



Julho 2020
Volume 14 \ Número 3

Boletim Regional





Julho 2020
Volume 14 \ Número 3

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bc.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bc.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bc.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bc.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bc.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bc.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bc.gov.br).

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1061

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 14, n. 3.

Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- * dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Telefone: 145 (custo de ligação local)

Internet: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>>

Sumário

Apresentação	5
Sumário executivo	7
Região Norte	11
Região Nordeste	15
Bahia _____	19
Ceará _____	22
Pernambuco _____	25
Região Centro-Oeste	29
Região Sudeste	35
Minas Gerais _____	39
Rio de Janeiro _____	43
São Paulo _____	47
Região Sul	53
Paraná _____	59
Rio Grande do Sul _____	65
Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais	71
Boxes	
Consumo por faixa de renda municipal _____	77
Consumo de energia como <i>proxy</i> da atividade industrial _____	82
Retorno ao trabalho sob efeito da pandemia _____	85
Apêndice	89

Apresentação

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

Indicadores recentes da atividade sugerem recuperação parcial da economia brasileira. Todavia, o processo de recuperação tem ocorrido de forma desigual, com setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social ainda bastante deprimidos, apesar da recomposição de renda gerada pelos programas de governo. Mesmo com melhor conhecimento da dimensão dos impactos iniciais da pandemia, o grau de incerteza sobre o ritmo de recuperação da economia permanece acima do usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais. Regionalmente, os impactos econômicos da pandemia foram relevantes e de intensidade relativamente semelhante, com exceção do Centro-Oeste, que registrou efeitos menos pronunciados.

O comportamento da economia no Norte repercutiu os impactos da pandemia da Covid-19. O IBCR-N recuou 6,9% no trimestre até maio, em relação ao encerrado em fevereiro (0,6%), de acordo com dados dessazonalizados, com retrações de 4,5% no Pará e de 15,2% no Amazonas. A diminuição das vendas do comércio varejista, mais acentuada do que a observada na média do país, refletiu, em grande parte, o isolamento social intenso no período. Indicadores de acompanhamento mais tempestivos sugerem recuperação das vendas em junho e início de julho, em linha com a redução do distanciamento social.

No Nordeste, o impacto da pandemia sobre a atividade econômica, no trimestre encerrado em maio, foi disseminado entre as atividades, com exceção do setor agropecuário, que se beneficiou de condições climáticas favoráveis. A despeito do dinamismo da agricultura e da maior abrangência do auxílio emergencial na região, que serviram como fatores de mitigação da crise sanitária, prevaleceram os efeitos contracionistas do distanciamento social sobre os serviços e segmentos industriais ligados ao comércio (vestuário, calçados e têxtil). Alguns sinais de recuperação são mais evidentes nos dados

mensais da produção industrial e do comércio varejista em maio. Indicadores com informações mais recentes sinalizam continuidade da recuperação parcial da economia nos meses de junho e no início de julho.

O nível de contração da economia do Centro-Oeste, no trimestre encerrado em maio, foi menos intenso do que o observado no país, refletindo, principalmente, a estrutura econômica regional, que apresenta maior participação de atividades relacionadas com o setor primário e com o beneficiamento e distribuição desses produtos, aliada ao desempenho recorde da safra de soja. Ainda que o setor primário tenha apresentado resultado positivo, foram significativas as adversidades impostas sobre as atividades de serviços mais intensivas em mão de obra. Nesse sentido, o IBCR-CO, na série com ajuste sazonal, recuou 3,5% no trimestre encerrado em maio, com retração menos intensa do que as registradas nas demais regiões do país. A retomada da economia chinesa, a colheita da segunda safra de milho e a resiliência do setor industrial local permanecem sendo elementos de sustentação da atividade econômica na região nos próximos trimestres.

A trajetória dos principais indicadores econômicos do Sudeste confirmou, até o trimestre encerrado em maio, o impacto significativo da pandemia da Covid-19. O IBCR-SE recuou 6,6% no período, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação. Embora tenha registrado queda trimestral, o indicador cresceu 2,2% em maio comparativamente ao mês anterior, considerados dados dessazonalizados. Adicionalmente, a evolução de dados mais tempestivos – como os de consumo de energia elétrica e vendas com cartão de débito – sugere que a economia continuou o processo de recuperação em junho e início de julho. Prospectivamente, o ritmo e a sustentação da recuperação permanecem bastante incertos, em parte, decorrente da pouca previsibilidade associada à evolução da pandemia.

Na região Sul, os principais indicadores corroboram os efeitos significativos da pandemia da Covid-19 sobre o nível de atividade. O IBCR-S recuou 6,8% no trimestre encerrado em maio, com o desempenho condicionado pelos resultados de março (-3,7%) e abril (-7,8%), haja vista o crescimento no último mês (4,4%). Estatísticas mais tempestivas sugerem continuidade do processo de recuperação parcial,

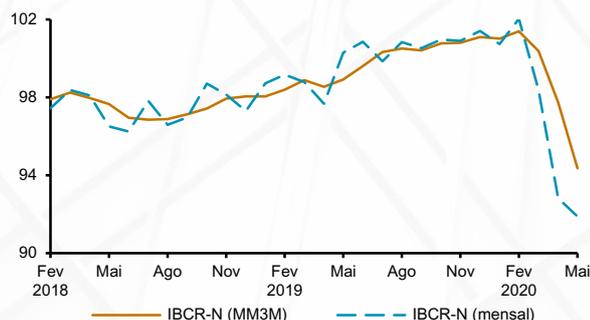
evidenciada pela retomada de algumas atividades. No entanto, o cenário permanece desafiador, em particular, pelo impacto severo no mercado de trabalho e pelo grau de incerteza ainda presente na economia, em razão do estágio ainda crescente da pandemia, diferentemente do que ocorre em outras regiões.

Região Norte



Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Norte

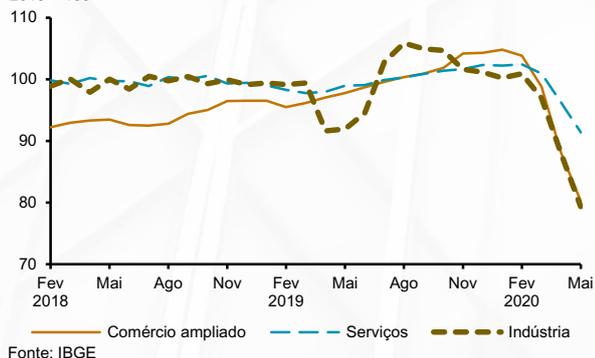
Dados dessazonalizados
2019 = 100



Os principais indicadores econômicos evidenciam os impactos da pandemia da Covid-19 na economia do Norte. O Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) recuou 6,9% no trimestre até maio, em relação ao encerrado em fevereiro (0,6%), de acordo com dados dessazonalizados, com retrações de 4,5% no Pará e de 15,2% no Amazonas. Em maio a contração situou-se em 1,0%, após recuo de 5,7% em abril. Indicadores antecedentes sinalizam recuperação de forma mais disseminada pelas atividades a partir de junho.

Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100

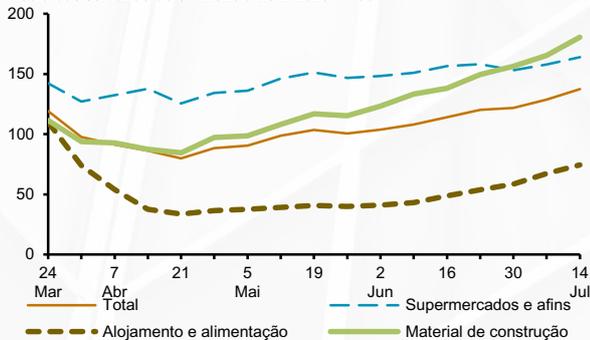


Fonte: IBGE

Em relação aos indicadores de demanda, observou-se forte contração do volume de vendas do comércio ampliado (-22,7%) no trimestre finalizado em maio, ante o encerrado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. A redução das vendas, mais acentuada do que a observada na média do país, refletiu, em grande parte, o isolamento social intenso na região, reduzido de forma significativa a partir de junho.

Gráfico 1.3 – Vendas com cartão de débito – Norte^{1/}

Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Média móvel de quatro semanas.

Informações mais tempestivas evidenciam a melhora no desempenho do comércio varejista. As transações de bens e serviços efetuadas com cartão de débito registraram expansão nominal de 37,7% na média móvel de quatro semanas até quatorze de julho, em relação ao período antes do início da pandemia¹, segundo dados da Câmara Interbancária de Pagamentos – Sistema de Liquidação de Cartões (CIP/SLC). Destaque para as vendas de material de construção, com crescimento de 80,6% no período, e com forte aceleração a partir de junho.

Sondagem relacionada à confiança de consumidores e empresários refletiu o ambiente de pessimismo dos agentes. Ressalte-se, entretanto, movimento de melhora em maio e junho da percepção dos empresários industriais, apesar de patamar bem abaixo do período anterior aos impactos da pandemia. O Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) e o Índice de Confiança do Empresário do Comércio

1/ Considerado o período de 8.1.2020 a 25.2.2020.

Gráfico 1.4 – Confiança dos agentes – Norte

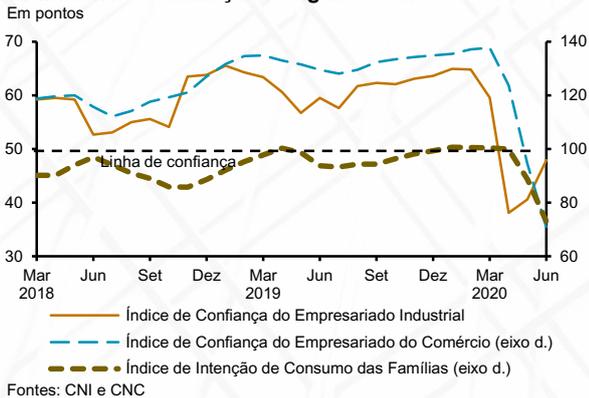


Tabela 1.1 – Requerentes do Seguro-Desemprego

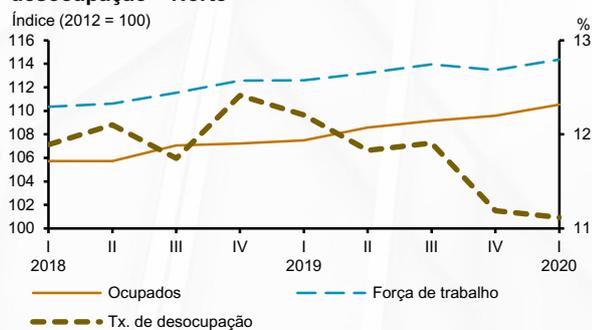
Junho de 2020

	Variação %			Total (mil)		Variação (mil)
	Mês ^{1/}	Trim -1 ^{1/}	Trim -4	2º Trim 2019	2º Trim 2020	
Norte	-25,9	20,7	10,2	89,8	98,9	9,2
Acre	-16,6	6,4	-6,7	4,0	3,7	-0,3
Amapá	-24,2	4,4	-5,5	3,5	3,3	-0,2
Amazonas	-37,3	26,9	25,2	18,9	23,6	4,8
Pará	-11,1	18,8	6,1	37,5	39,8	2,3
Rondônia	-28,1	23,2	9,4	13,7	14,9	1,3
Roraima	-20,2	11,5	0,2	2,9	2,9	0,0
Tocantins	-32,8	21,4	14,1	9,3	10,6	1,3

Fonte: Ministério da Economia/Secretaria de Trabalho

1/ Dessazonalizado.

Gráfico 1.5 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Norte^{1/}

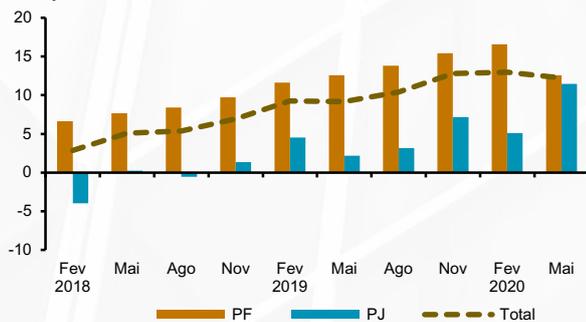


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte^{1/}

Variação em 12 meses – %



(Icec), divulgados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), recuaram ao longo de todos os meses do segundo trimestre.

O indicador agregado da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, recuou 10,8% no trimestre encerrado em maio, com alta apenas em Rondônia (5,1%). Não obstante, considerada a evolução da média móvel semanal das vendas com cartão de débito (CIP/SLC) relativas ao setor de serviços na região Norte houve recuperação da atividade no segmento – após atingir o pior nível ao final de abril – ainda que em ritmo menor do que o observado para as vendas do comércio. Os segmentos de restaurantes e similares contraíram 26,5%, enquanto o de hotéis e similares, 19,1% no mesmo período.

Dados dessazonalizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE indicam que no primeiro trimestre a taxa de desocupação no Norte (11,1%) ficou praticamente estabilizada no patamar do último trimestre de 2019 (11,2%), tendo a população ocupada recuado 1,4%, já refletindo os primeiros sinais da deterioração do mercado de trabalho por causa da pandemia. Com efeito, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19), pesquisa experimental do IBGE que permite o acompanhamento mais tempestivo da economia no contexto da pandemia, evidenciaram o crescimento do pessoal desocupado ao longo do segundo trimestre, aumentando 1,2 p.p. na passagem de maio para junho.

O emprego formal no Norte reduziu 42.270 postos no trimestre encerrado em maio. Os setores mais afetados foram o comércio (-16.221), indústria de transformação (-7.523) e alojamento e alimentação (-5.871). Por outro lado, o setor saúde humana e serviços sociais, ligado diretamente à estrutura de enfrentamento à Covid-19, apresentou criação líquida de vagas (1.915). Dados de pedidos de seguro desemprego, no entanto, sinalizam desaceleração nos desligamentos dos postos de trabalho, com redução das solicitações no mês de junho em todos os estados da região, movimento que se intensificou na primeira quinzena de julho.

Como efeito da pandemia da Covid-19 sobre a atividade no trimestre encerrado em maio, as linhas de crédito destinadas às pessoas físicas foram mais fortemente afetadas (-0,2% relativamente ao trimestre anterior), com retração expressiva em cartão de crédito à vista (-20,8%) e cheque especial

Tabela 1.2 – Produção agrícola – Norte
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2019	2020	
Grãos ^{3/}	38,6	9 807	10 499	7,0
Soja	27,6	5 704	6 220	9,0
Milho	6,3	2 978	3 166	6,3
Arroz (em casca)	3,8	944	949	0,5
Outras lavouras				
Mandioca	16,9	7 317	6 744	-7,8
Banana	5,5	843	877	4,0
Cacau	5,3	136	149	9,3
Café	3,3	152	159	5,0
Cana-de-açúcar	1,8	4 608	4 476	-2,9
Laranja	1,0	355	346	-2,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

Tabela 1.3 – Produção industrial – Norte
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019		2020
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,7	-21,3	-0,5
Indústrias extrativas	38,3	1,0	-12,3	0,5
Indústrias de transformação	61,7	-1,9	-33,8	-2,3
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	-2,3	-29,2	-0,3
Bebidas	10,4	0,5	-47,2	-6,9
Outros equip. transporte	8,4	2,2	-66,6	-10,4
Produtos de metal	2,1	-7,5	-16,1	-3,7
Metalurgia	3,4	1,1	-9,7	58,3
Produtos alimentícios	2,6	-1,4	-33,3	-12,5
Prod. miner. não-metálicos	2,1	3,8	4,5	0,6
Produtos de madeira	1,2	2,6	-35,2	-10,4

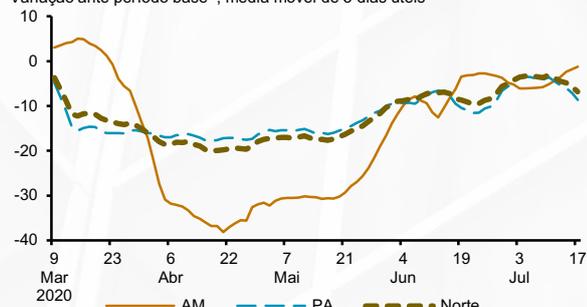
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.7 – Consumo de energia elétrica na Ind. de transformação (mercado livre) – Norte, AM e PA

Variação ante período base^{1/}, média móvel de 5 dias úteis



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

(-15,8%). Por outro lado, as operações destinadas às empresas cresceram 6,0% no período, sobretudo pela demanda de crédito para financiamento às exportações e para capital de giro.

No setor primário, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de junho, do IBGE, para a colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 projeta crescimento de 7,0% na produção em relação a 2019, com alta de 9,0% para a soja e de 6,3% para o milho. Em relação às demais culturas, a estimativa é de queda de 7,8% na produção de mandioca.

A produção industrial da região apresentou forte contração (-21,3%) no trimestre encerrado em maio, de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, ficando o *carry over* em -18,8% para 2020. A indústria extrativa regional refluuiu 12,3% no período, enquanto a indústria de transformação, 33,8%. Setores como equipamentos de transporte (-66,6%) e bebidas (-47,2%) apresentaram os maiores recuos. Apenas o segmento de produtos minerais não-metálicos cresceu no trimestre (4,5%). Não obstante, na margem o setor mostrou sinais de resiliência com a expansão de 7,0% em maio, após forte contração em abril (20,5%), influenciado pelo desempenho da indústria de transformação (7,4%). O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci), segundo a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) recuou para 76,6% em maio, 5,1 p.p. menor que o registrado em fevereiro, refletindo a desaceleração da atividade fabril diante da pandemia.

Entretanto, estatísticas de alta frequência, como o consumo de energia elétrica pela indústria de transformação, servem de *proxy* para acompanhar com menor defasagem o comportamento conjuntural no setor. Nesse sentido, informações obtidas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), indicam tendência de crescimento mais pronunciado da produção industrial em junho e julho.

O comércio externo da região seguiu mostrando desempenho positivo no segundo trimestre do ano, com *superavit* de US\$3,0 bilhões, expansão de 46,4% em relação ao mesmo período de 2019. As exportações totalizaram US\$5,5 bilhões, com variações anuais de 8,8% no *quantum* e de -4,4% nos preços. As importações atingiram US\$2,5 bilhões e recuaram tanto nos preços (4,0%) quanto no volume (19,4%). A China foi o destino de 43,4% das exportações do Norte, com um incremento de 28,9%

Tabela 1.4 – Comércio exterior – Norte

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2019	2020	Var. %
Exportações	9 206	10 474	13,8
Básicos	7 657	8 418	9,9
Industrializados	1 548	2 056	32,7
Semimanufaturados	558	747	34,0
Manufaturados ^{1/}	991	1 308	32,0
Importações	6 364	5 676	-10,8
Bens de capital	471	486	3,1
Bens intermediários	5 252	4 602	-12,4
Bens de consumo	256	179	-29,8
Combustíveis e lubrificantes	385	409	6,1
Saldo comercial	2 842	4 798	68,8

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 1.5 – IPCA – Norte^{1/}

Discriminação	Pesos ^{2/}	Variação %		
		2019	2020	
		Ano	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	5,35	0,42	-0,69
Livres	73,2	5,05	0,87	0,25
Alimentação no domicílio	19,2	8,92	2,27	2,88
Serviços	27,2	4,07	0,80	-0,81
Serviços subjacente	16,8	4,01	0,69	-0,09
Bens Industrializados	26,7	2,20	-0,04	-0,56
Monitorados	26,8	6,35	-0,79	-3,27
Principais itens				
Alimentação	24,8	7,65	2,06	2,28
Habitação	15,5	4,39	-1,36	0,10
Artigos de residência	4,0	0,60	0,08	-3,16
Vestuário	6,4	1,61	-0,87	0,02
Transportes	19,0	4,57	-0,39	0,00
Saúde	13,2	6,23	0,26	-3,82
Despesas pessoais	8,2	6,01	0,54	2,52
Educação	3,7	5,46	5,54	0,00
Comunicação	5,2	0,81	-0,37	0,00

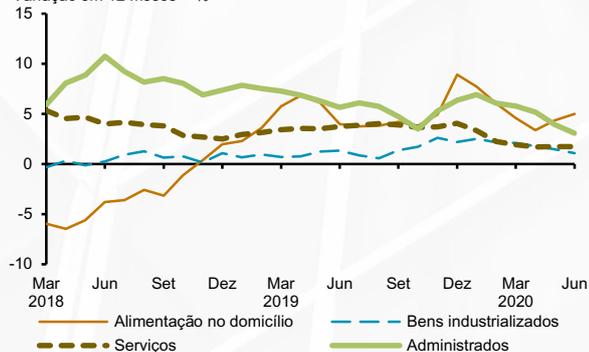
Fonte: IBGE

1/ Dados referentes à Região Metropolitana de Belém (RMB) e o município de Rio Branco.

2/ Referentes a junho de 2020.

Gráfico 1.8 – IPCA – Norte

Variação em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

no valor, em relação ao primeiro semestre de 2019. O país também foi a principal origem das importações da região, com 37,6% de participação.

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi afetada pela pandemia, ainda que em magnitude menor do que as projeções iniciais das secretarias de fazenda da região. O total arrecadado alcançou R\$8,7 bilhões no segundo trimestre, redução de 7,8% em relação a igual período de 2019, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizaram R\$5,8 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variação nominal de -17,6%, na comparação com igual período do ano anterior.

A evolução dos preços na região, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), reforça o caráter desinflacionário deste início dos efeitos da pandemia. No trimestre encerrado em junho os preços recuaram 0,70%, impulsionado pelos preços monitorados (-3,27%). Os preços livres variaram 0,25% no período, influenciados, principalmente, pelo comportamento dos preços da alimentação no domicílio, trajetória condizente com as condições impostas de isolamento social, que, em alguns casos, dificultou a produção e distribuição de alimentos e, ao mesmo tempo, fez crescer o volume de refeições no domicílio.

Em síntese, a atividade econômica no Norte foi expressivamente impactada pelos efeitos da pandemia, notadamente no trimestre encerrado em maio. Porém, dados mais recentes de junho e início de julho mostram dissipação gradual desses impactos. Prospectivamente, nos próximos meses será possível observar mais claramente o ritmo do processo de retomada da economia local.

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Nordeste

Dados dessazonalizados
2019 = 100

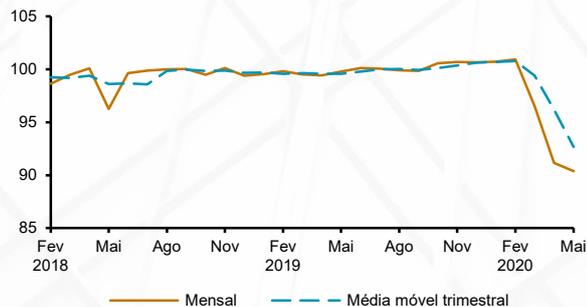
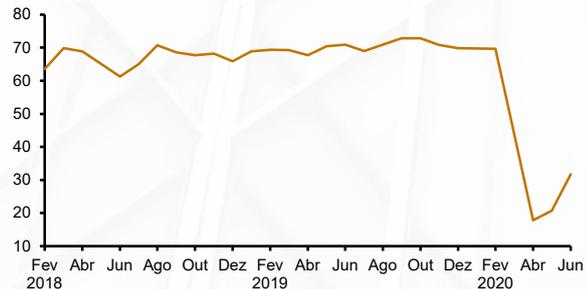


Gráfico 2.2 – Emplacamentos de automóveis e comerciais leves – Nordeste

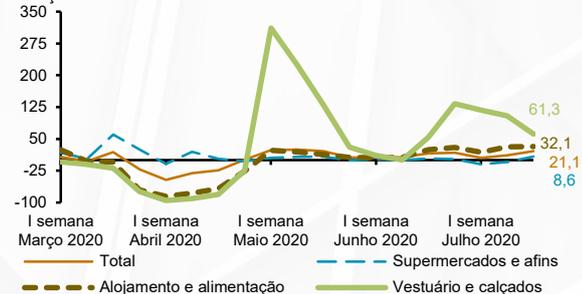
Dados dessazonalizados
2014=100



Fonte: Fenabrave

Gráfico 2.3 – Vendas com cartão de débito – Nordeste^{1/}

Variação %



Fonte: CIP/SLC

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

A evolução da atividade econômica no Nordeste refletiu os impactos da pandemia da Covid-19 a partir de março, conforme antecipado em versão anterior desse Boletim. O impacto foi disseminado entre as atividades econômicas, com exceção do setor agropecuário, que se beneficiou de melhores condições climáticas. Dados referentes a junho e início de julho – expectativas dos agentes, licenciamento de veículos, consumo de energia e vendas com cartão de débito – sinalizam recuperação parcial da atividade, acompanhando o aumento da mobilidade das pessoas.

Indicadores tradicionais de demanda mostram sinais mistos até maio, com recuperação parcial no varejo e continuidade da retração nos serviços. O volume de vendas do comércio ampliado teve alta de 13,6% em maio ante abril, quando havia retraído 18,7%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC divulgados pelo IBGE. Os serviços mercantins não financeiros, medidos pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), foram influenciados pelo distanciamento social, com retração em todos os meses do trimestre encerrado em maio. Espera-se alguma recuperação do segmento, reflexo da reabertura da economia em diversos estados da região.

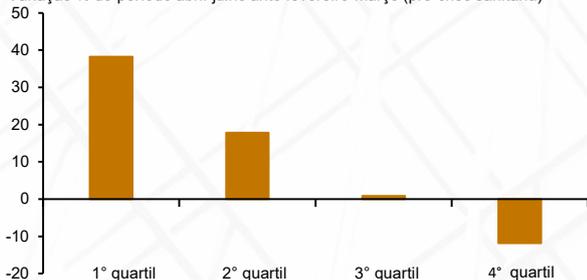
As vendas com cartão de débito, utilizadas como *proxy* do comportamento mais recente do consumo, registraram alta de 21,1% nas duas semanas de julho encerradas no dia 13 em relação às terminadas em 15 de junho, de acordo com CIP/SLC. Destaque-se a comercialização de vestuário e calçados (61,3%), cabeleireiros e outros serviços pessoais (47,5%), restaurantes (32,2%), material de construção (20,9%) e postos de combustível (20,7%).

O mercado de trabalho foi fortemente impactado. Algum efeito foi verificado no primeiro trimestre, com a taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua trimestral elevando-se 0,3 p.p ante o anterior, para 15,6%, segundo dados dessazonalizados, refletindo reduções de 0,1% na força de trabalho e de 0,4% na população ocupada. Embora os dados regionais do

Gráfico 2.4 – Vendas com cartão de débito – Nordeste

Por quartil da população da região (ordenada a partir dos municípios de menor renda domiciliar)

Variação % do período abril-julho ante fevereiro-março (pré-crise sanitária)

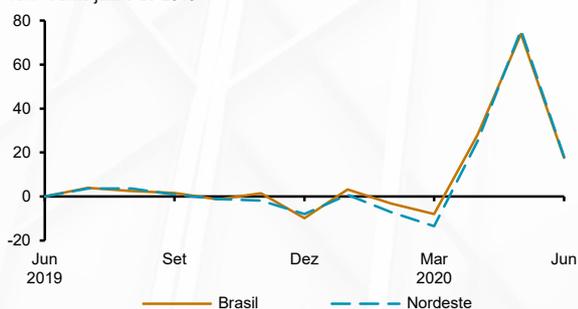


Fonte: CIP/SLC e IBGE

Gráfico 2.5 – Pedidos de seguro desemprego – Nordeste

Dados dessazonalizados

Var. % ante junho de 2019

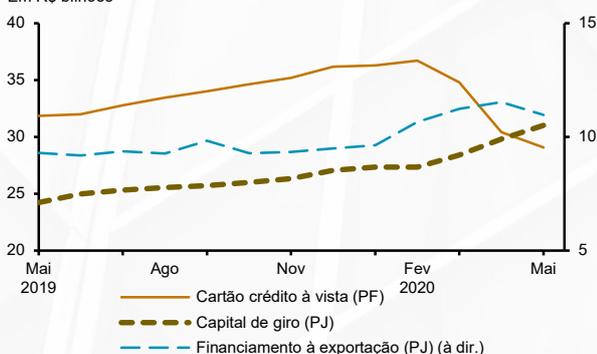


Fonte: Ministério da Economia/Secretaria de Trabalho

Gráfico 2.6 – Saldo das operações de crédito – Nordeste

Dados dessazonalizados

Em R\$ bilhões



segundo trimestre ainda não estejam disponíveis, a PNAD Contínua mensal – com dados relativos a abril e maio apenas para o Brasil – mostrou que as ocupações mais associadas à informalidade foram mais atingidas, o que repercutirá de forma mais acentuada no Nordeste, região que tem maior participação de informais (trabalhadores sem carteira assinada e conta própria correspondem, em conjunto, a aproximadamente 56,9% dos ocupados ante 42,5% na média do país).

No que se refere aos rendimentos, o auxílio emergencial atingiu 58,9% dos domicílios do Nordeste em junho, ante 43,0% no Brasil, de acordo com a PNAD COVID19. Além da maior abrangência, destaca-se que o valor médio do benefício no mês correspondeu a 69,4% da renda média da região (45,3% no país).

Considerando dados por municípios, o auxílio emergencial estimulou sobretudo o consumo naqueles de menor renda. O primeiro quartil da população nordestina que mora em municípios de renda média mais baixa expandiu as compras com cartão de débito em aproximadamente 40% na média de abril a 20 de julho, comparativamente à média de fevereiro a primeira quinzena de março (período pré-crise), enquanto os municípios do último quartil retraíram as compras em 11,9%, em parte refletindo a indisponibilidade de produtos e serviços.²

O mercado de trabalho formal, segundo dados do Caged/ME, eliminou 55,4 mil postos no trimestre encerrado em maio, em comparação com 4,8 mil fechados no mesmo período de 2019. Destacaram-se as eliminações de postos no comércio, indústria de transformação, e alojamento e alimentação. Na série com ajuste sazonal, o índice de emprego retraiu 2,0% no trimestre encerrado em maio ante o anterior. Dados mais tempestivos, relativos aos requerimentos de seguro desemprego, sugerem menor número de demissões em junho (dados dessazonalizados pelo Banco Central), após expansões em abril e maio. Em julho, informações relativas à primeira quinzena ratificam a redução dos desligamentos no mercado formal.

A estabilidade do estoque de crédito (R\$143,7 bilhões em maio) contribuiu para suavizar a queda da demanda, repercutindo medidas do Banco Central para o enfrentamento da crise. No segmento de pessoas jurídicas houve crescimento (ampliação

2/ Ver boxe “Consumo por faixa de renda municipal”, nesta edição do Boletim Regional.

Tabela 2.1 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		2020/2019
		2019	2020	
Produção de grãos	52,8	19 188	21 923	14,3
Soja	31,8	10 496	11 593	10,5
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	1 013	985	-2,8
Milho	7,9	6 519	8 063	23,7
Feijão	2,6	617	741	20,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	9,8	49 672	52 726	6,1
Banana	5,5	2 488	2 274	-8,6
Mandioca	3,8	3 799	3 741	-1,5

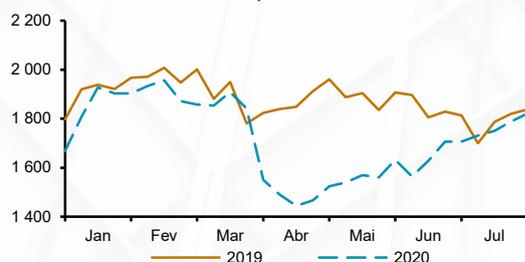
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

Gráfico 2.7 – Consumo de energia – Indústria de transformação – Nordeste^{1/}

Em MWm – Média semanal por dia útil



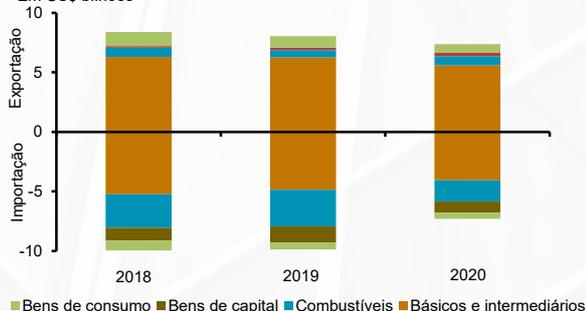
Fonte: CCEE

1/ Para julho média calculada até a 3ª semana do mês.

Gráfico 2.8 – Comércio exterior – Nordeste

Janeiro - junho

Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

de 3,7% do saldo em maio ante fevereiro) pela necessidade de liquidez e, no caso das pessoas físicas, retração (1,5%) em ambiente de menor atividade comercial. As linhas mais demandadas pelas empresas foram as de financiamento à exportação e capital de giro (mais recentemente destacam-se os desembolsos através do Pronampe³ para empresas de pequeno porte). As famílias reduziram principalmente operações com cartão de crédito à vista.

Em 2020, a produção de grãos no Nordeste deverá atingir 21,9 milhões de toneladas, de acordo com informações do (LSPA), do IBGE de junho, alta de 14,3% em relação ao colhido em 2019. A pesquisa projeta crescimento de 23,7% na safra de milho, 20,2% de feijão e 10,5% de soja.

A produção industrial nordestina, segundo informações da PIM-PF do IBGE, cresceu 12,7% em maio ante abril na série com ajuste sazonal (expandiram nove dos quatorze ramos pesquisados). Entretanto, houve retração de 22,2% no trimestre finalizado em maio em relação ao encerrado em fevereiro. Em junho, dados setoriais de consumo de energia da CCEE sugerem continuidade da retomada da produção industrial regional, com destaque para os estados do Ceará, Pernambuco e Maranhão.

A confiança dos empresários nordestinos registrou melhora moderada na percepção da atividade. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), avançou 7,2 pontos em junho, para 41,4 pontos.

O comércio exterior apresentou, no primeiro semestre, retração, mais intensa nas importações do que nas exportações. O saldo comercial da região registrou *superavit* de US\$57,6 milhões no primeiro semestre de 2020 (o último *superavit* para os seis primeiros meses do ano ocorreu em 2009). As exportações decresceram 8,4% e as importações, 25,9% no período. A retração dos embarques repercutiu variações de -18,2% nos preços e 11,9% no *quantum*; os produtos básicos (milho em grãos, algodão em bruto, soja em grãos) registraram expansão de 9,8% e industrializados, contração de 14,6%. A queda das compras refletiu retração em todas as categorias.

3/ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

Tabela 2.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2019			Maio de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
AL	7 005	- 766	- 293	7 746	- 369	46
BA	22 546	624	1 353	28 170	1 593	2 379
CE	9 479	- 409	164	14 348	548	1 138
MA	5 432	- 366	- 71	4 981	- 930	- 679
PB	2 731	- 446	- 346	2 460	- 577	- 491
PE	12 322	- 904	- 209	16 385	1 356	1 885
PI	4 307	- 439	- 202	4 547	- 150	38
RN	3 717	- 59	23	4 263	448	533
SE	3 482	- 144	37	4 790	56	213
Total (A)	71 020	-2 909	457	87 691	1 975	5 062
Brasil^{4/} (B)	908 220	-16 518	32 197	968 498	851	44 823
(A/B) (%)	7,8	17,6	1,4	9,1	232,2	11,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.3 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %				
		2019		2020		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses	
IPCA	100,0	4,12	0,90	-0,13	2,22	
Livres	74,8	3,45	1,22	0,48	3,04	
Alimentação no domicílio	16,6	6,86	3,44	3,83	10,51	
Bens industrializados	24,5	0,96	0,15	-0,79	-0,64	
Serviços	33,7	3,17	0,97	-0,19	2,08	
Monitorados	25,2	6,24	0,01	-1,87	-0,08	
Principais itens						
Alimentação e bebidas	22,5	5,68	2,83	3,27	8,82	
Habitação	14,5	3,88	0,74	-0,17	1,48	
Artigos de residência	4,0	-1,02	-0,99	-0,50	-2,47	
Vestuário	5,3	-0,28	-0,52	-2,74	-2,76	
Transportes	17,7	4,26	-0,81	-3,72	-3,89	
Saúde	14,9	5,18	0,32	0,06	1,59	
Despesas pessoais	9,7	4,33	0,67	-0,21	3,92	
Educação	6,4	5,62	4,81	0,02	5,51	
Comunicação	4,9	0,25	-0,06	0,89	1,42	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

No âmbito fiscal, os governos estaduais, capitais e demais municípios apresentaram *deficit* primário de R\$2,0 bilhões nos doze meses encerrados em maio de 2020, com destaque, para os resultados negativos na Bahia, Pernambuco e Ceará. A dívida pública dos governos dos estados e municípios da região totalizou R\$87,7 bilhões em maio de 2020, alta de 23,5% frente ao registrado em 2019.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$39,2 bilhões no primeiro semestre de 2020, representando retração nominal de 5,7% ante igual período de 2019, segundo a Cotepe. As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), decresceram 7,0% para R\$34,9 bilhões, de acordo com a STN, refletindo a redução do nível de atividade econômica em virtude dos impactos da Covid-19.

Os preços ao consumidor na região^{4/}, medidos pelo IPCA, variaram -0,13% no segundo trimestre do ano após alta de 0,90% no primeiro. Esse comportamento refletiu a menor variação dos preços livres, 0,48% ante 1,22%, e queda dos preços monitorados, -1,87% ante 0,01%, com destaque para as reduções nos preços de óleo diesel, gasolina, energia elétrica residencial e ônibus interestadual. Os preços de serviços caíram 0,19% ante alta de 0,97% no primeiro trimestre.

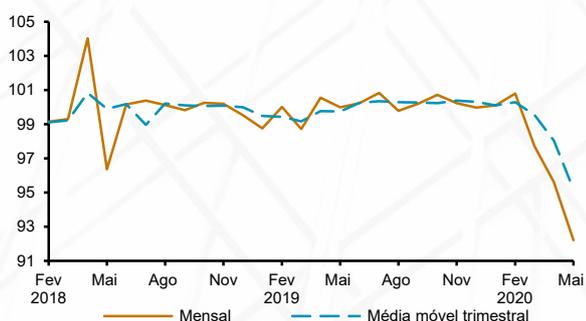
Em síntese, no trimestre encerrado em maio, a despeito do dinamismo da agricultura – destacando-se soja e milho, em parte voltados à exportação – e da maior abrangência do benefício emergencial na região, que serviram como fatores de mitigação da crise sanitária, prevaleceram os efeitos contracionistas do distanciamento social sobre os serviços e segmentos industriais ligados ao comércio (vestuário, calçados e têxtil). Alguns sinais de recuperação são mais evidentes nos dados mensais da produção industrial e do comércio varejista em maio. Indicadores com informações mais recentes sinalizam continuidade da recuperação parcial da economia nos meses de junho e no início de julho.

4/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

2.1 Bahia

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Bahia

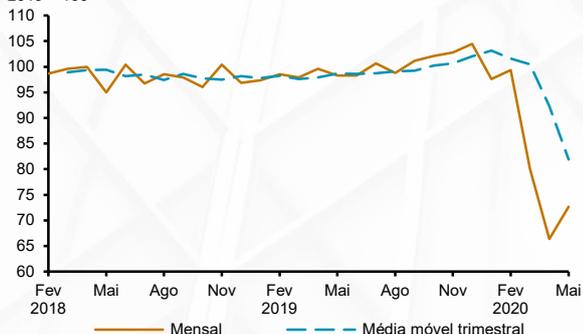
Dados dessazonalizados
2019 = 100



De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o Produto Interno Bruto (PIB) ficou estável (0,3%) no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano anterior. A agropecuária e a indústria de transformação – derivados de petróleo e celulose – apresentaram alta no período, contrabalançada pela queda nos serviços, especialmente comércio e transportes.

Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100

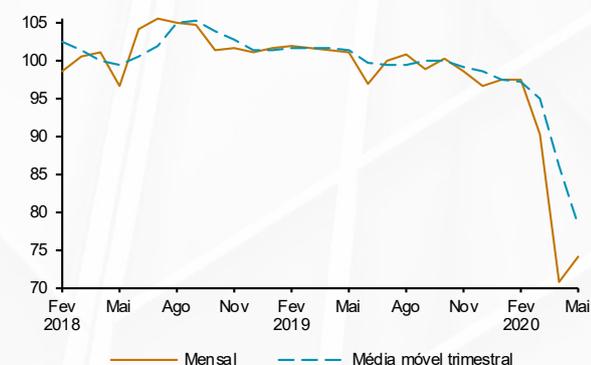


Fonte: IBGE

Dados mais recentes para a atividade econômica na Bahia evidenciam o impacto do avanço da pandemia da Covid-19. O IBCR-BA recuou 5,1% no trimestre até maio, na comparação com o encerrado em fevereiro, quando assinalara estabilidade. Informações mensais indicam retração em todos os meses do trimestre (3,1% em março; 2,1% em abril e 3,6% em maio, considerando dados com ajuste sazonal). A retração relativamente pequena em abril, quando do momento mais restritivo do isolamento, repercutiu o resultado positivo da safra de soja (+13,5% em comparação à produção de 2019), com grande participação na agricultura do estado e colheita concentrada nesse mês⁵. O esgotamento desse efeito positivo da colheita de soja influenciou a retração do IBCR em maio, apesar do melhor desempenho mensal no comércio, indústria e serviços.

Gráfico 2.1.3 – Volume de serviços – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

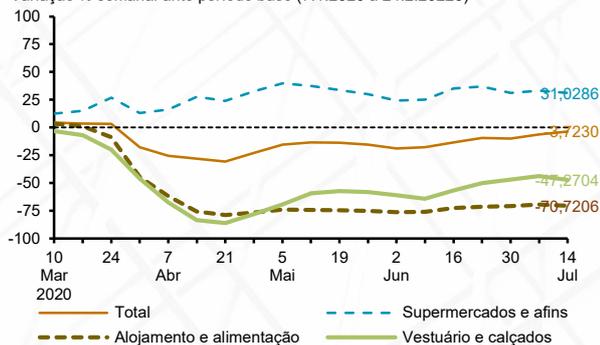
Sob a ótica da demanda, indicadores mostram que a evolução do comércio varejista no trimestre até maio dependeu das diferentes restrições de funcionamento dos setores, segundo as recomendações sanitárias. As vendas do comércio ampliado caíram 27,3% no trimestre encerrado em maio, comparativamente ao trimestre anterior, segundo a série dessazonalizada. O único setor a apresentar variação positiva foi hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, setor classificado como atividade essencial. Na comparação mensal, o comércio ampliado expandiu 9,5% em maio ante queda de 17,1% em abril, na série com ajuste sazonal.

O volume dos serviços não-financeiros prestados na Bahia recuou 19,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia retraído 2,1%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

5/ A soja corresponde a 41% da produção agrícola do estado (dados da PAM 2018) e com 59% sendo apropriados em abril.

Gráfico 2.1.4 – Vendas com cartão de débito – Bahia^{1/}

Variação % semanal ante período base (7.1.2020 a 24.2.20220)



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

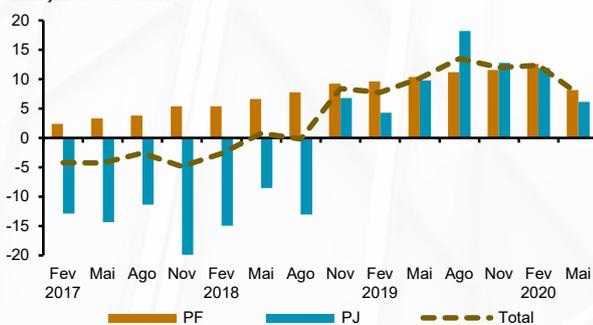
Discriminação	Dado mensal (em mil)					
	2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Total	0,9	6,2	-12,9	-32,5	-17,0	
Indústria de transformação	0,9	1,1	-1,0	-2,9	-4,4	
Comércio	-0,9	0,9	-3,5	-9,6	-4,2	
Serviços	-0,2	3,8	-7,3	-14,0	-6,1	
Construção civil	0,3	0,2	-1,6	-5,6	-1,7	
Agropecuária	0,9	-0,1	0,0	-0,1	-0,2	
SIUP	0,1	0,1	0,1	0,0	-0,2	
Outros ^{1/}	-0,2	0,1	0,4	-0,3	-0,4	

Fonte: Ministério da Economia/Novo Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}

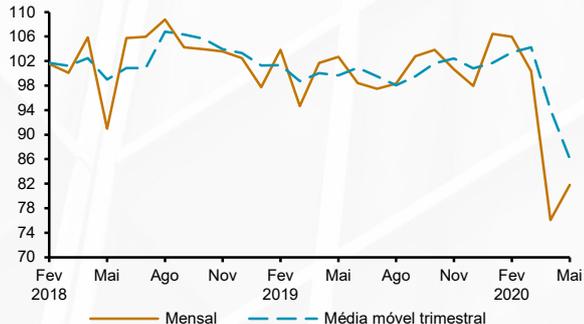
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Gráfico 2.1.6 – Produção industrial – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

Dados da CIP/SLC referentes ao valor das vendas efetuadas com cartão de débito apontam mudanças no padrão de consumo que afetam setores varejistas e de prestação de serviços. Embora o total de transações já apresente patamar próximo ao período anterior à pandemia, os setores de alojamento e alimentação e vestuário e calçados apresentam quedas respectivas de 70,7% e 47,3%, na comparação com o período base (7 de janeiro a 24 de fevereiro).

No mercado de trabalho formal, foram fechadas 62,4 mil vagas no trimestre encerrado em maio, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (+15,2 mil novas vagas no mesmo período de 2019). As atividades econômicas mais afetadas foram comércio e alojamento e alimentação. As solicitações de seguro desemprego recuaram 23,6% em junho, na série dessazonalizada, sugerindo desaceleração no ritmo dos desligamentos.

A taxa de desemprego atingiu 18,7% no primeiro trimestre de 2020, segundo a PNAD Contínua trimestral do IBGE, resultado que significa estabilidade da taxa em relação ao trimestre anterior, nos dados dessazonalizados. Dados da PNAD COVID19 entre maio e junho revelam que 141 mil novos postos de trabalho foram abertos, além de aumento na massa de rendimento emergencial de 12,1%.

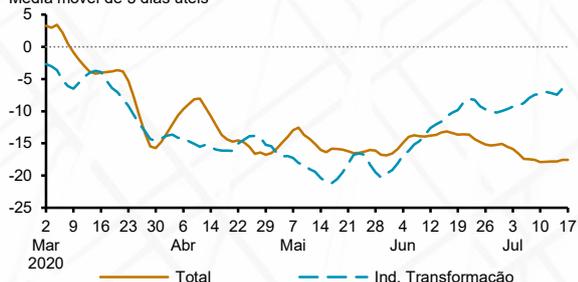
O mercado de crédito baiano apresentou, no trimestre até maio, crescimento de 0,9%. O desempenho refletiu crescimento de 4,9% no saldo a pessoas jurídicas e queda de 1,1% no saldo a pessoas físicas. O financiamento à exportação, com aumento de 50% no trimestre é o destaque entre as contas direcionadas à Pessoa Jurídica; para as Pessoas Físicas, o maior impacto foi produzido pela queda no cartão de crédito à vista.

Relativamente às condições de oferta, o LSPA de junho, do IBGE, projeta crescimento da produção baiana de grãos de 13,0% na comparação com 2019. A lavoura de soja, cuja colheita está finalizada, ficou estimada em 6,0 milhões de toneladas, a segunda maior da série histórica do levantamento – inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de toneladas).

A indústria baiana sofreu os impactos da pandemia, com retração de 16,8% da produção no trimestre encerrado em maio, segundo dados dessazonalizados do IBGE. Houve reduções em março e, sobretudo, em abril (-24,2%), com recuperação parcial em maio (7,6%). Na indústria de transformação, o resultado

Gráfico 2.1.7 – Consumo de energia elétrica – Bahia

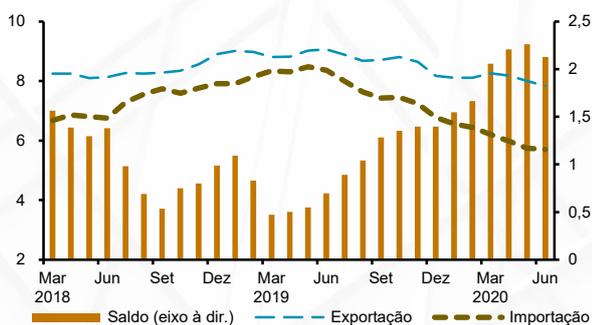
Variação % ante período base (6.1.2020 a 21.2.2020)
Média móvel de 5 dias úteis



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Gráfico 2.1.8 – Balança comercial – Bahia

Acumulado 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2019	2020		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,00	3,93	0,67	0,05	2,34
Livres	74,86	3,29	0,81	0,41	2,73
Alimentação no domicílio	15,69	5,92	2,81	5,00	11,29
Bens industrializados	22,79	1,01	-0,16	-1,56	-1,36
Serviços	36,38	3,43	0,62	-0,24	1,73
Monitorados	25,14	5,95	0,28	-1,00	1,29
Principais itens					
Alimentação	21,80	4,97	2,30	4,27	9,55
Habitação	13,93	4,22	0,61	0,44	2,39
Artigos de residência	4,03	-1,02	-2,19	-1,10	-4,23
Vestuário	5,11	-0,57	-1,22	-4,63	-5,45
Transportes	17,44	4,45	-0,99	-3,90	-3,64
Saúde	15,52	4,58	0,67	0,29	2,11
Despesas pessoais	10,96	4,58	0,58	0,01	3,77
Educação	6,33	5,11	4,95	-0,02	5,26
Comunicação	4,89	0,79	-0,18	1,23	2,02

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

negativo atingiu 8 dos 11 setores pesquisados, com retração de 73,3% em fabricação de veículos no trimestre. Dados mais recentes do consumo de energia elétrica na indústria de transformação apontam continuidade da recuperação parcial em junho e início de julho.

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US\$1,2 bilhão no primeiro semestre do ano, resultado 163,9% superior ao obtido no mesmo período de 2019, refletindo recuos de 8,8% nas exportações e 31,1% nas importações, que somaram US\$3,5 bilhões e US\$2,4 bilhões, respectivamente. O comportamento das vendas externas repercutiu o recuo de 18,2% nos preços e aumento de 11,5% no *quantum*. A redução das importações refletiu variações de -13,3% nos preços e de -20,6% no *quantum*. Houve aumento apenas nas compras de bens de capital, 7,9%.

A inflação, medida pela variação do IPCA para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), atingiu 0,05% no trimestre encerrado em junho, ante 0,67% no trimestre anterior. Houve desaceleração dos preços livres (de 0,81% para 0,41%), e queda dos preços monitorados (-1,00% ante alta de 0,28% no primeiro trimestre), repercutindo, especialmente, a variação no preço da gasolina (-8,81%). Em sentido oposto, houve aumento de 5,00% nos preços de alimentação no domicílio.

Nos doze meses encerrados em junho, a inflação da RMS alcançou 2,34%, ante 3,27% em março, refletindo, em especial, desaceleração nos preços de serviços e de bens industrializados.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Ceará

Dados dessazonalizados
2019 = 100

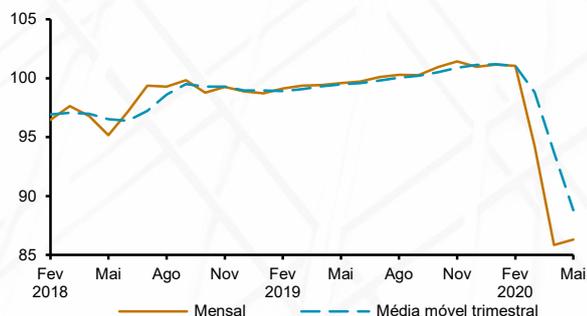
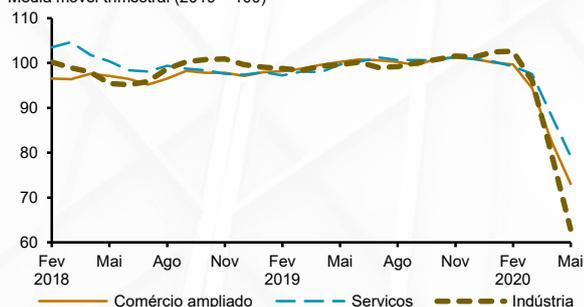


Gráfico 2.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Ceará

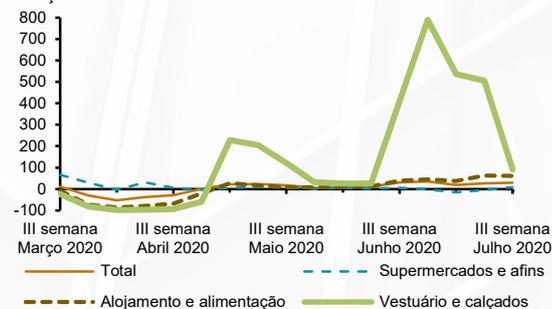
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.2.3 – Vendas com cartão de débito – Ceará^{1/}

Variação %



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

1/ Variação de duas semanas em relação a igual período do mês anterior.

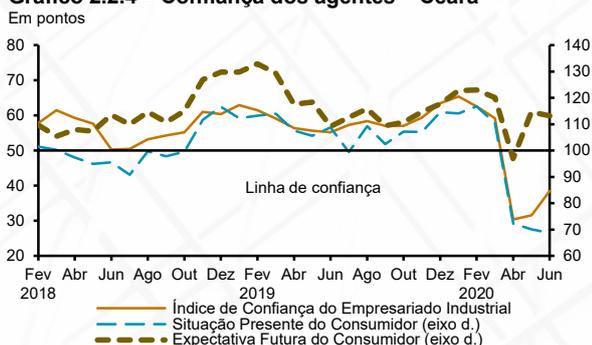
O avanço da pandemia da Covid-19 a partir da segunda metade de março repercutiu no nível de atividade do primeiro trimestre de 2020, conforme dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). O PIB do Ceará recuou 0,5% no período, comparativamente ao mesmo trimestre de 2019, com expansão de 0,7% na agropecuária e retrações de 0,4% nos serviços e de 0,8% na indústria.

Os efeitos relacionados à pandemia da Covid-19 interromperam o processo de crescimento da economia causando reduções expressivas nos indicadores macroeconômicos. O IBCR-CE recuou 12,1% no trimestre finalizado em maio (-8,0% no indicador do Nordeste). O isolamento social e restrições das atividades adotadas como forma de barrar o avanço da doença, desde março, refletiram no desempenho da indústria, do comércio e do setor de serviços de forma disseminada no estado. Em frequência mensal, o IBCR-CE manteve-se praticamente estável em maio (+0,5%), refletindo, especialmente, o desempenho do setor primário (alta de 61,4% na safra de grãos) e a recuperação dos indicadores de comércio, em ambiente ainda adverso na indústria e nos serviços.

As vendas do comércio ampliado tiveram alta de 8,4% em maio ante abril, de acordo com dados dessazonalizados da PMC divulgados pelo IBGE, com retração de 26,7% no trimestre encerrado em maio; enquanto o volume de prestação de serviços não financeiros registrou queda de 1,9% e retração de 20,3% no trimestre, nas mesmas bases de comparação, de acordo com dados da PMS do IBGE.

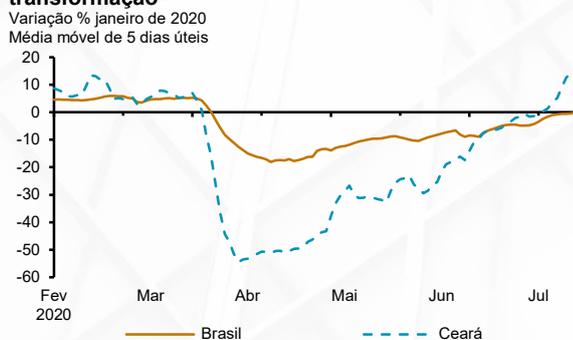
Dados mais recentes sugerem início do processo de acomodação dos efeitos da atual pandemia sobre a atividade econômica. Os valores das vendas efetuadas com cartão de débito registraram alta de 30,1% nas duas semanas encerradas em 13 de julho em relação às findas em 15 de junho, de acordo com dados da CIP/SLC. Os setores de supermercados (8,6%) e farmácias (8,0%), beneficiados no início da pandemia, retomaram resultados positivos, após retrações ocorridas entre maio e junho. Dentre os demais setores, destaque na comercialização de vestuário e calçados (90,5%) e restaurantes (59,3%), reflexo da abertura gradual da economia.

Gráfico 2.2.4 – Confiança dos agentes – Ceará



Fontes: Fiec e Fecomércio CE

Gráfico 2.2.5 – Consumo de energia – Indústria de transformação^{1/}



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
1/ Para julho, dados disponíveis até o dia 17.

Indicadores qualitativos referentes à confiança dos consumidores continuam a sofrer com as incertezas advindas da pandemia, mostrando, contudo, recuperação ante o observado em abril. O Índice de Confiança do Consumidor divulgado pela Fecomércio-CE atingiu 95,4 pontos em junho (87,1 pontos em abril).

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE a atividade industrial cearense, na margem, recuou 0,8% em maio comparativamente a abril, patamar aquém da recuperação verificada na região, de 12,7% na mesma base, dados dessazonalizados. No trimestre finalizado em maio, retração de 38,7% no Ceará e de 22,2% no Nordeste. Em maio, resultado positivo em quatro dos onze ramos pesquisados, com destaque para o crescimento de 37,0% na metalurgia.

O faturamento real da indústria de transformação cearense decresceu 46,2% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual intervalo de 2019, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução no pessoal empregado (13,6%), nas horas trabalhadas (43,7%) e na remuneração real (19,1%). A utilização da capacidade instalada média atingiu 59,4% no período ante 76,2% no terminado em maio de 2019.

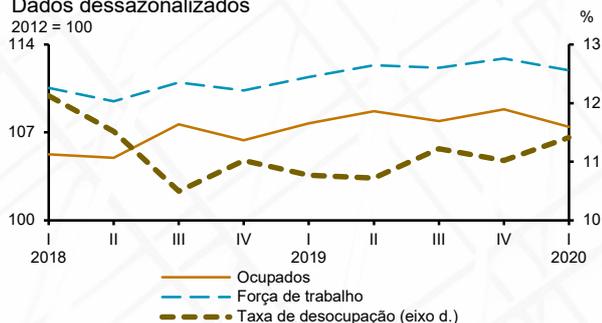
A confiança dos empresários cearense, divulgada pela Fiec, registrou melhora parcial na percepção da atividade econômica. O Índice de Confiança do Empresariado Industrial avançou 8,1 pontos em junho, para 38,5 pontos, ante 30,4 pontos em abril, nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2016.

Dados setoriais de consumo de energia elétrica da CCEE após forte recuo entre abril e maio indicam maior utilização do insumo pela indústria de transformação, sugerindo retomada parcial da produção industrial em junho e julho.

O mercado de crédito estadual seguiu o comportamento observado para o País: diminuição nos gastos com cartão de crédito à vista (-23,8%) e cheque especial (-17,0%) pelas famílias, reflexo da alteração nos padrões de consumo a partir da segunda quinzena de março, e a expansão das linhas de financiamento à exportação (10%) e capital de giro (20%), repercutindo o aumento expressivo na demanda por liquidez pelas empresas.

Gráfico 2.2.6 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Ceará

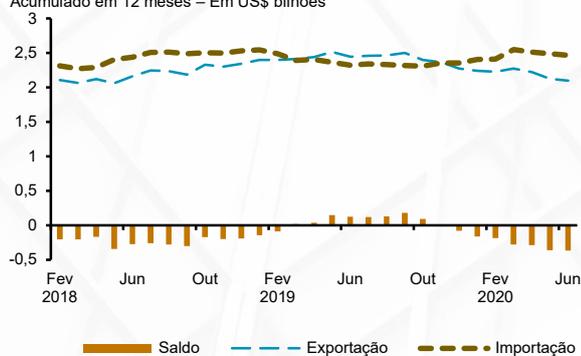
Dados dessazonalizados
2012 = 100



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 2.2.7 – Balança comercial – Ceará

Acumulado em 12 meses – Em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.2.1 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %			
		2019	2020		12 Meses
			I Trî	II Trî	
IPCA	100,0	5,01	1,29	-0,30	2,65
Livres	74,4	4,21	1,75	0,50	3,71
Alimentação no domicílio	17,1	6,72	3,51	3,59	9,88
Bens industrializados	24,6	2,28	0,34	-0,59	0,19
Serviços	32,7	3,67	1,95	-0,24	3,06
Monitorados	25,6	7,93	0,05	-2,54	-0,14
Principais itens					
Alimentação	23,1	5,78	2,96	3,59	8,53
Habitação	16,4	6,70	1,01	-0,65	0,14
Artigos de residência	4,0	0,35	-0,11	-2,66	-3,61
Vestuário	4,5	1,16	-0,46	-1,34	-0,34
Transportes	18,3	4,40	-0,26	-4,87	-2,97
Saúde	13,8	5,48	0,43	-0,07	1,86
Despesas pessoais	8,4	6,03	1,20	-0,02	6,28
Educação	6,8	6,13	5,56	0,16	6,33
Comunicação	4,7	-0,70	0,48	-0,49	-0,13

Fonte: IBGE

^{1/} Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

No mercado de trabalho formal, foram eliminados 36,2 mil empregos no trimestre encerrado em maio. Dados da PNAD Contínua trimestral do IBGE, dessazonalizados pelo Banco Central, apontam redução de 1,3% na população ocupada e de 0,8% na força de trabalho no primeiro trimestre de 2020 em relação ao anterior, repercutindo em aumento de 0,4 p.p. na taxa de desocupação. Informações mais recentes da PNAD COVID19, do IBGE, sugerem continuidade do ajuste do mercado de trabalho em junho, com retração de 1,7% dos ocupados e aumento de 2,4% da força de trabalho comparativamente a maio.

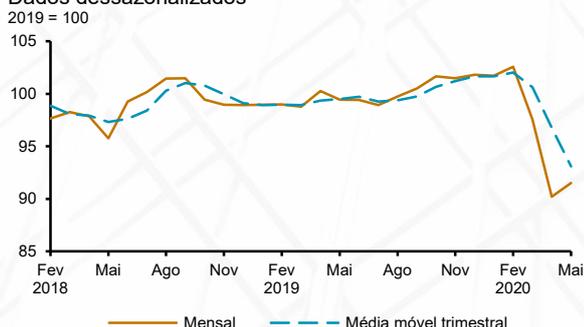
No âmbito fiscal, a pandemia se fez sentir tanto na arrecadação quanto nos repasses federais. A arrecadação do ICMS atingiu, no primeiro semestre de 2020, R\$5,5 bilhões, queda nominal de 10,1% ante os seis primeiros meses de 2019, dados da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotep). As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundeb, decresceram 6,7% para R\$4,9 bilhões, de acordo com a STN.

O *deficit* registrado pela balança comercial do Ceará (US\$255,0 milhões) no primeiro semestre do ano, ante um *superavit* no mesmo período do ano anterior (US\$33,4 milhões) decorreu, sobretudo, do aumento de 34,7% no *quantum* das importações. Em valores, foram registrados aumentos de 66,0% em bens de capital, 27,0% em bens de consumo, 16,0% em bens intermediários. Tanto os preços dos bens exportados como o dos importados registraram redução no período, 14,8% e 18,4%, respectivamente.

O IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou, no segundo trimestre, variação negativa de 0,30%, (patamar inferior ao registrado no País, 0,43%), sobretudo, em decorrência de redução mais acentuada dos preços monitorados na RMF (-2,54%) nos itens energia elétrica residencial e gás veicular.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Pernambuco
Dados dessazonalizados



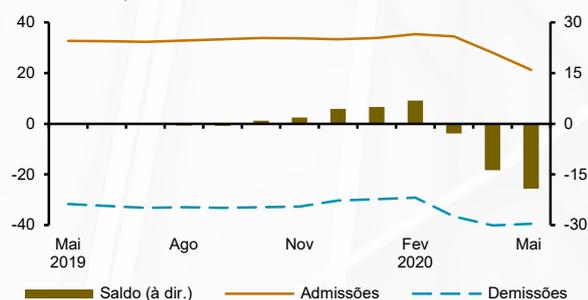
A atividade econômica pernambucana foi influenciada por mudanças bruscas no seu comportamento, repercutindo os efeitos do avanço da pandemia da Covid-19 no país. O IBCR-PE recuou 8,8% no trimestre encerrado em maio comparativamente ao anterior, segundo dados dessazonalizados. Houve suspensão de atividades em diversos ramos da indústria e comércio, aliados a perdas acentuadas no mercado de trabalho; o estímulo creditício e o auxílio emergencial evitaram retração maior da demanda. A série mensal do IBCR-PE mostra que o patamar mínimo da atividade foi verificado em abril – houve expansão de 1,4% em maio. Apesar das incertezas associadas ao processo de recuperação, indicadores mais tempestivos sugerem aceleração nos próximos meses.

A tendência de melhora gradual no mercado de trabalho pernambucano foi interrompida pelo aumento dos casos da Covid-19, com efeito acentuado sobretudo no setor de serviços. De acordo com a PNAD Contínua trimestral do IBGE, a desocupação alcançou 14,1% no primeiro trimestre de 2020, recuando 0,5 p.p. ante o anterior e alcançando a menor taxa desde 2016, segundo dados dessazonalizados. Contudo, observa-se no período efeito inicial da pandemia, dada a retração de 2,0% da população ocupada (PO) – especialmente em postos de trabalho mais associadas à informalidade – e de 2,6% da força de trabalho.

Gráfico 2.3.2 – Emprego formal – PE

Dados dessazonalizados

Em milhares de postos de trabalho - Média móvel trimestral



Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Dados mais recentes indicam estabilidade da População Ocupada em junho na comparação com o mês anterior, de acordo com a PNAD COVID19, com redução de 30% no total de pessoas afastadas do trabalho e avanço de participação do emprego informal. A pesquisa também registra ampliação do alcance do auxílio emergencial, de 51,8% para 56,9% dos domicílios pernambucanos em junho. Na Região Metropolitana do Recife (RMR) o benefício atinge 51,1% dos lares e, no restante do estado, 61,4%, o que evidencia que a evolução da massa de rendimentos tem sido suavizada pelo auxílio.

No que se refere aos empregos com carteira, foram eliminados 63,0 mil postos no trimestre até maio, em comparação com menos 4,2 mil vínculos em igual período do ano anterior, de acordo com o Caged. As maiores retrações aconteceram na indústria de transformação, em comércio e reparação de veículos, e em alojamento e alimentação; somados, esses

segmentos fecharam 41,0 mil postos. Ao contrário, a demanda por atendimento médico frente à pandemia impulsionou o segmento de saúde, com expansão trimestral de 3,2 mil vagas. Por sua vez, menos pedidos de seguro desemprego em junho (com recuo de 29,1% ante o mês precedente, segundo dados dessazonalizados pelo Banco Central) sugerem redução dos desligamentos na margem.

Indicador *proxy* de demanda das famílias, o volume de vendas do comércio varejista ampliado, após recuar 8,8% em março (ante o mês anterior) e 16,7% em abril, avançou 9,9% em maio, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Dados mais contemporâneos, relativos a vendas com cartão de débito, segundo a CIP/SLC, indicam continuidade da recuperação. Nas duas semanas até o dia 13 de julho, comparadas ao mesmo período do mês precedente, houve crescimento de 25,1% no valor nominal. Alguns setores intensamente atingidos pela pandemia sinalizam recuperação parcial, como tecidos, vestuário e calçados, 163,5%, veículos, 39,5%, e postos de combustível, 23,7%. Cabe ressaltar que, no período considerado, o crescimento se estendeu a todas as categorias de atividade observadas pela CIP/SLC.

O setor de serviços tem sido o mais afetado pelos efeitos do combate a pandemia da Covid-19 (22,0% no trimestre encerrado em maio ante o anterior), de acordo com a PMS do IBGE. Destaque-se o recuo nas atividades turísticas e nos serviços prestados às famílias, 58,9% e 55,3%, respectivamente. Na margem, os dados da CIP/SLC evidenciam recuperação: cabeleireiros e serviços correlatos, 112,4%, e hotéis e restaurantes, 28,4%, nas duas semanas encerradas em 13 de julho em relação ao mesmo período de junho, embora, em ambos os casos, o patamar atual ainda seja bastante inferior ao pré-crise.

A produção da indústria de transformação, que vinha se destacando pelo dinamismo (6,0% nos doze meses encerrados em fevereiro frente a -1,2% da média nacional), contraiu 17,6% no trimestre encerrado em maio ante o anterior, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional do IBGE⁶. Dentre os principais ramos, o automobilístico passou parte do trimestre paralisado, com reflexos na cadeia de fornecedores. No caso da refinaria de

Tabela 2.3.1 – Produção industrial – Pernambuco
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/} 2020	Variação % no período		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral ^{1/}	100,0	2,8	-17,6	0,9
Produtos alimentícios	29,4	11,7	-3,2	5,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	14,4	-3,3	21,1
Outros produtos químicos	10,1	2,3	-10,9	-4,3
Bebidas	8,0	2,8	-28,6	-0,8
Produtos minerais não-metálicos	6,8	-3,1	-21,9	-6,2
Veículos	6,4	-11,4	-56,8	-5,4
Sabões, detergentes, etc	4,2	-1,4	4,3	2,4

Fonte: IBGE/PIM-PF

1/ Inclusive veículos e deriv. petróleo, ponderados pelo VTI da PIA 2015 (IBGE).

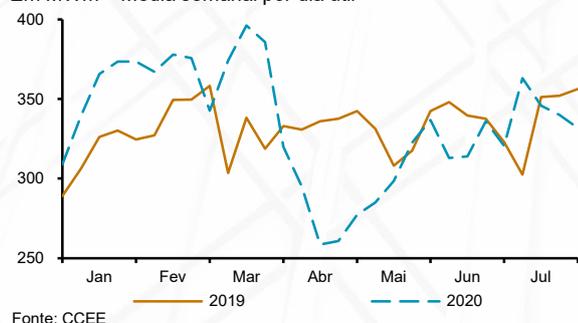
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

6/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, a qual se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam.

petróleo, houve certa adequação da produção face à queda na demanda por combustíveis, embora a produção em 2020 supere 2019. Em sentido oposto, o único segmento que cresceu foi o de produtos de limpeza, 4,3%.

Gráfico 2.3.3 – Consumo de energia – Ind. transformação – Pernambuco^{1/}

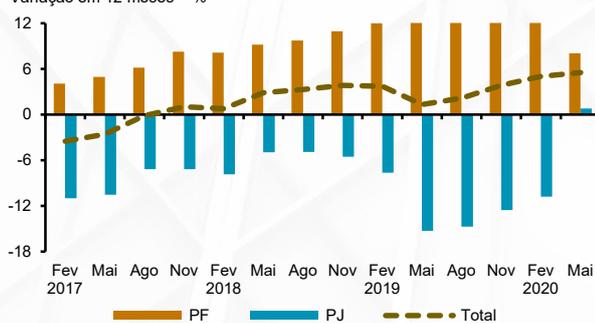
Em MWh – Média semanal por dia útil



Fonte: CCEE

Gráfico 2.3.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.3.2 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019	2020	
			Ano	II Tri
IPCA	100,0	3,71	0,14	1,36
Livres	74,9	3,13	0,88	1,78
Alimentação no domicílio	16,4	6,87	4,38	6,30
Bens industrializados	25,3	1,07	0,26	0,66
Serviços	33,2	2,49	-0,32	0,68
Monitorados	25,1	5,55	-1,98	0,24

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

Os dados de alta frequência relacionados ao consumo elétrico em Pernambuco, registrados pela CCEE, refletem efeitos a partir das restrições de atividades econômicas iniciadas em março. Com quedas no consumo médio total (20% frente ao patamar de início do ano) e da manufatura de transformação (30%), os dados de margem apontam recuperação industrial mais acelerada em junho.

Em meio à necessidade de liquidez por parte das empresas, o saldo de crédito às pessoas jurídicas (PJ) cresceu 2,3% em maio em relação a fevereiro, com ênfase em capital de giro. Mais recentemente, empresas de pequeno porte utilizaram recursos direcionados ao Pronampe, cujos desembolsos atingiram R\$394,4 milhões no estado até 22 de julho (17,5% do Nordeste). No âmbito do crédito às pessoas físicas (PF), o saldo diminuiu 2,4%, em meio a menores compras com cartão de crédito à vista.

Na esfera fiscal, o *deficit* primário dos governos do estado, capital e outros municípios de Pernambuco alcançou R\$1,4 bilhão no acumulado de doze meses até maio de 2020. A dívida pública dos governos do estado e municípios foi de R\$16,4 bilhões em maio de 2020, crescendo 33,0% frente a dezembro 2019. A receita de ICMS no primeiro semestre de 2020 totalizou R\$8,3 bilhões, retraindo 6,9% em relação a igual período de 2019 e as transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, decresceram 7,7% de acordo com a STN.

O IPCA da RMR variou 0,14% no segundo trimestre do ano, ante 0,99% no anterior, com desaceleração dos preços livres (de 1,21% para 0,88%, refletindo, em parte, a redução de 33,11% em passagem aérea) e monitorados (de 0,38% para -1,98%, destacando-se a queda dos preços da gasolina, -9,15%). Considerados períodos de doze meses, a variação dos preços na RMR atingiu 1,36% em junho.

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados

2019 = 100

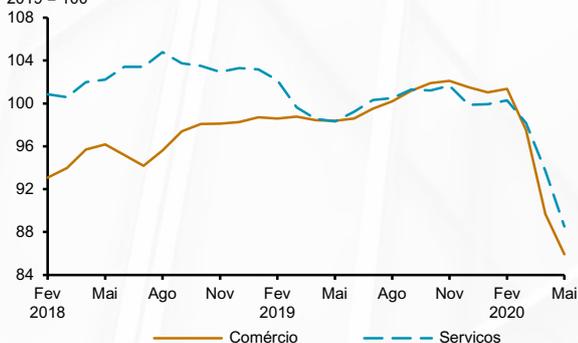


A atividade econômica no Centro-Oeste retraiu no trimestre encerrado em maio, impactada pela pandemia da Covid-19. Entretanto, o nível de contração da economia na região foi menos intenso do que o observado no país, refletindo tanto a característica da estrutura econômica regional, que apresenta maior participação de atividades relacionadas com o setor primário e com o beneficiamento e distribuição desses produtos, como pelo desempenho recorde da safra de soja. Ainda que o setor primário tenha apresentado resultado positivo, foram significativas as adversidades impostas sobre as atividades de serviços mais intensivas em mão de obra ou que acarretam aglomeração social, como bares, restaurantes, hotelaria, recreação e o comércio em geral, excetuando o setor de supermercados. Nesse sentido, o IBCR-CO, na série com ajuste sazonal, recuou 3,5% no trimestre encerrado em maio, com retração menos intensa do que as registradas nas demais regiões do país.

Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2019 = 100

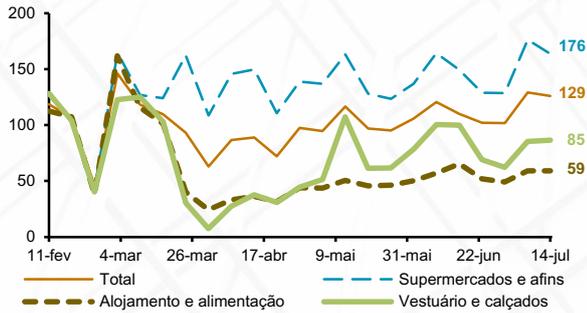


Fontes: IBGE e BCB

O comércio da região foi um dos segmentos mais afetados pelas restrições de funcionamento e de circulação de pessoas. As vendas tiveram retração de 15,2% no trimestre encerrado em maio no conceito ampliado, magnitude inferior à contração observada em nível nacional (-19,0%), segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. A retração foi mais acentuada no Distrito Federal (-23,3%), em parte, pela característica de maior adensamento populacional e concentração de lojas em shopping centers; nos demais estados da região, a queda no volume de vendas variou de -7,8%, no Mato Grosso do Sul, a -13,8% em Goiás. Assim como no país, os indicadores divulgados para Goiás e Distrito Federal mostraram crescimento apenas no ramo de hiper e supermercado e retração acentuada no de veículos. Apresentando características semelhantes, o volume de serviços na região reduziu 11,7% no período (-15,1% no país), com diminuição mais intensa no Distrito Federal (-18,9%) e estabilidade no Mato Grosso, segundo a PMS/IBGE.

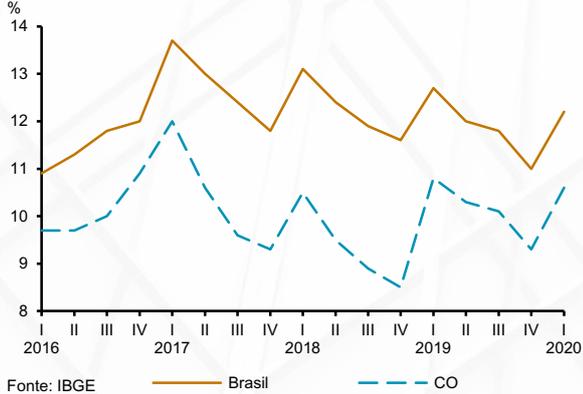
Indicadores alternativos com dados mais recentes mostram recuperação parcial da atividade na região.

**Gráfico 3.3 – Vendas com cartão de débito
Centro-Oeste^{1/}**



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/Média das semanas entre 7.1 a 21.2 = 100.

Gráfico 3.4 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste

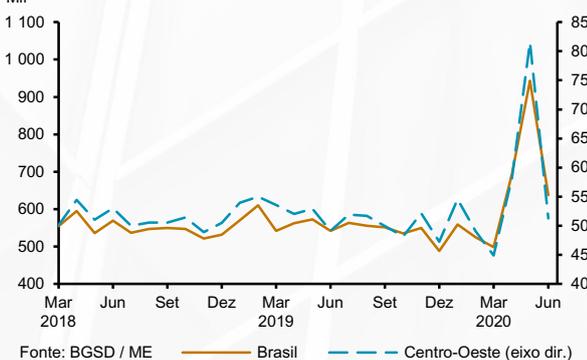


Fonte: IBGE

Os pagamentos realizados com cartão de débito compilados a partir da CIP/SLC nos primeiros quatorze dias de julho aumentaram 17,0% na comparação com os dias 3 a 16 de junho, superando inclusive o volume de pagamentos registrado no início do ano. Esse resultado, entretanto, não é homogêneo, concentrando-se nos setores de supermercados, farmácias, material de construção e veículos; os setores de hotéis, restaurantes, serviços pessoais e combustíveis ainda estão significativamente abaixo do período anterior aos efeitos da pandemia.

Os indicadores da PNAD Contínua, do IBGE, referentes ao primeiro trimestre captaram marginalmente os efeitos da pandemia no mercado de trabalho, uma vez que as medidas de afastamento social concentraram-se nas duas últimas semanas de março. A pesquisa indicou a geração de 21 mil novas ocupações no período, na comparação com o primeiro trimestre de 2019, concentrada no mercado formal (ocupação por conta própria com CNPJ e no setor privado com carteira) e, por estados, no Mato Grosso. A taxa de desocupação na região reduziu 0,2 p.p. na comparação interanual, chegando a 10,6%, mantendo-se abaixo da taxa nacional (12,2%). A massa de rendimento real habitual, por sua vez, diminuiu 3,0%, refletindo contrações no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul. A queda no rendimento médio foi determinante para a diminuição da massa, tendo neutralizado o efeito do aumento na população ocupada. Dados da pesquisa PNAD COVID19 mostram que a taxa de desocupação na região alcançou 12,4% no período de 31 de maio a 27 de junho, aumentando ante a taxa apurada entre 3 e 30 de maio (11,4%). Da população ocupada, o percentual de pessoas afastadas do trabalho por conta de medidas de afastamento social diminuiu de 13,8%, na semana de 3 a 9 de maio, para 11,1% na semana de 21 a 27 de junho, enquanto o percentual de pessoas que trabalhavam de forma remota variou de 10,7% para 11,0%.

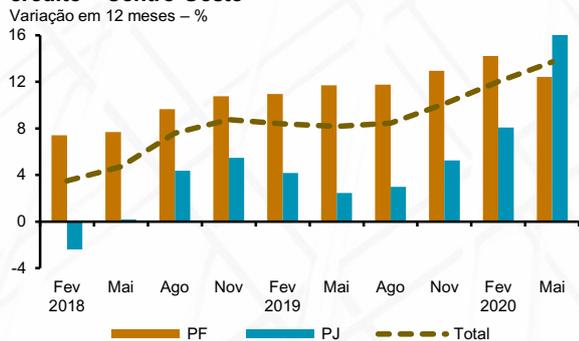
**Gráfico 3.5 – Requerimentos de Seguro Desemprego
Dados dessazonalizados**



Fonte: BGS/D / ME

Dados mais recentes do Caged, relativos ao mercado de trabalho formal, indicam redução de 86 mil postos de trabalho na região no trimestre finalizado em maio, concentrada nos setores de serviços (-47 mil, sendo -20 mil no segmento de alojamento e alimentação) e comércio (-31 mil). O índice de emprego formal contraiu 1,5% no trimestre, segundo dados dessazonalizados, mostrando conjuntura mais favorável do que a média nacional, que apresentou redução de 2,2%. Segundo dados dessazonalizados dos requerimentos, houve crescimento em abril e maio comparativamente à média do período anterior à pandemia, retornando em junho ao patamar observado antes de abril.

Gráfico 3.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste^{1/}
Variação em 12 meses – %

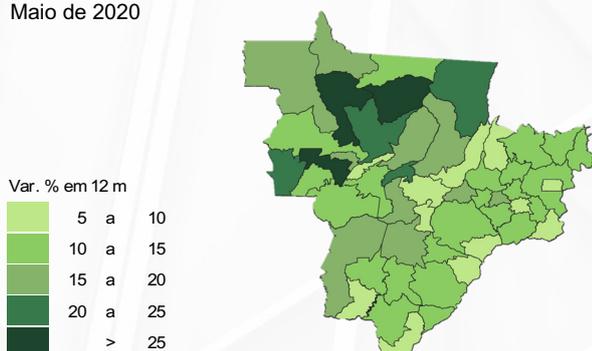


1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Informações da primeira quinzena de julho sinalizam continuidade do movimento de redução dos pedidos.

O aumento na demanda de crédito das empresas no contexto da pandemia impulsionou o mercado de crédito no Centro-Oeste, sobressaindo-se ante os impactos da desaceleração na expansão dos financiamentos às famílias. A carteira de crédito na região cresceu 3,6% no trimestre encerrado em maio, implicando variação interanual de 13,7% em maio (12,0% em fevereiro), com expansões de 24,7% no crédito livre e 5,3% no crédito direcionado. No segmento de pessoas físicas houve desaceleração generalizada na evolução das diversas modalidades, com destaque para a queda de 18,0% no saldo do cartão de crédito à vista, em linha com a contração no consumo ocorrido durante a pandemia, o que reduziu a variação trimestral do saldo do segmento para 0,8%. Nesse período, apenas as operações de renegociações de dívidas se destacaram. Nesse contexto, a taxa de crescimento interanual dos empréstimos às famílias desacelerou de 14,2% para 12,4% entre fevereiro e maio. Em sentido oposto, houve elevada demanda de crédito das empresas para reforçar o caixa, tendo em vista a queda expressiva nas vendas do segmento. O saldo dos empréstimos às empresas cresceu 8,8% no trimestre, o que elevou a taxa de crescimento interanual de 8,1% para 16,0%. Destaca-se o aumento nas operações de financiamentos à exportação, capital de giro e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por atividade econômica, ressaltam-se as contratações dos segmentos de comércio, transporte ferroviário e indústrias de alimentos e bebidas.

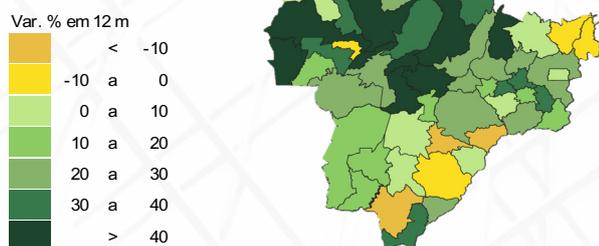
Figura 3.1 – Crédito a pessoas físicas – Centro-Oeste^{1/}
Maio de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

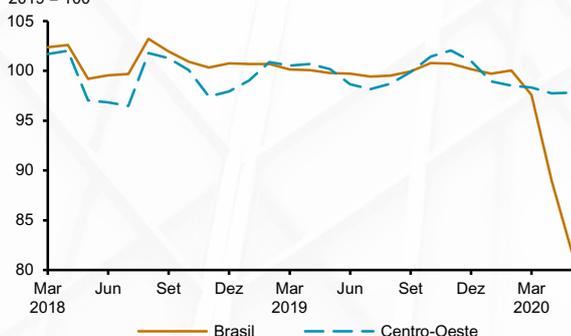
Por microrregião, observa-se desaceleração no ritmo de crescimento do crédito a pessoas físicas em 35 das 52 localidades no Centro-Oeste. Nas capitais da região a taxa de expansão interanual dos financiamentos às famílias passou de 11,5%, em fevereiro, para 9,0% em maio, ressaltando-se as variações observadas em Cuiabá e Campo Grande, 11,8% e 11,6%, respectivamente. No interior, que registra taxa de crescimento mais elevada, tendo em vista uma maior participação do crédito rural na composição do crédito, houve uma desaceleração em menor intensidade, passando de 16,3% para 15,3%. Destacam-se, entre as localidades com as maiores taxas de expansão, as microrregiões de Tangará da Serra, Arinos e Sinop, todas no Mato Grosso e com aumento nos saldos dos empréstimos superior a 25%, impulsionado por financiamentos a exportação e crédito rural, ambos relacionados à atividade rural.

Figura 3.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Centro-Oeste^{1/}
Maio de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Gráfico 3.7 – Produção industrial – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 3.1 – Produção agrícola – Centro-Oeste
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação %
		2019	2020	
Grãos	84,8	111 517	115 781	3,8
Soja	55,5	52 027	57 889	11,3
Milho	17,8	53 590	51 886	-3,2
Algodão (caroço)	9,0	3 052	3 095	1,4
Feijão	1,3	679	641	-5,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,5	151 253	152 000	0,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

O crédito a pessoas jurídicas registrou significativa aceleração nos últimos três meses, tanto nas capitais como no interior. Nas capitais, que concentram 62% do crédito às empresas da região, a taxa de crescimento interanual dos empréstimos passou de 4,9%, em fevereiro, para 11,9% em maio, com destaque para Cuiabá, cuja variação evoluiu de 12,0% para 29,7%. No interior, que usualmente apresenta taxa de crescimento superior à das capitais, observou-se aceleração de 13,6% para 23,5%, destacando-se as localidades de Rondonópolis, Sudoeste de Goiás, Média Ponte e Parecis.

Assim como os setores de comércio e serviços, diversos segmentos industriais tiveram suas atividades afetadas pelas medidas adotadas para conter a disseminação da Covid-19, principalmente nos meses de março e abril. Entre as indústrias que apresentaram quedas mais acentuadas da produção no trimestre encerrado em maio, destaca-se principalmente a automobilística, seguida pelas de fabricação de produtos de metal e de bebidas. Por outro lado, os segmentos de fabricação de alimentos, extração mineral, produtos farmacêuticos e metalurgia registraram crescimento no período, ressaltando-se o primeiro, por registrar a maior participação na composição da indústria do Centro-Oeste. No geral, a produção industrial da região recuou apenas 0,7% no trimestre, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE, contrastando com a queda de 18,2% registrada pela indústria brasileira como um todo. O *carry-over* da indústria do Centro-Oeste indica uma contração de 0,7% em 2020, contrastando com a queda de 16,4% desse indicador para a indústria nacional.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (IcEI) do Centro-Oeste recuou 24 pontos de março para abril – maior queda mensal da série iniciada em 2010 –, atingindo 37,6 pontos. Nos dois meses seguintes, em linha com os resultados da produção e com o início do processo de reabertura das empresas, houve uma melhora na confiança, o que elevou o indicador para 47,6 pontos em junho, patamar superior ao indicador representativo da média nacional (41,2 pontos).

A agricultura contribuiu para arrefecer os impactos da pandemia na atividade econômica do Centro-Oeste, com destaque para a colheita da soja, concentrada nos primeiros meses do ano. A produção de grãos deverá expandir 3,8% em 2020, atingindo volume recorde de 115,8 milhões de toneladas. Na pecuária de corte, os abates de bovinos na região

retraíram 13,0% nos primeiros cinco meses do ano, na comparação com igual período de 2019, segundo dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF)/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carne bovina expandiram 0,4% em peso nesse período, e 19,7% em valor, refletindo a valorização dos preços de proteína animal no mercado internacional ocorrida no final de 2019 e, posteriormente, a desvalorização cambial. Os abates de suínos e de aves aumentaram 2,1% e 2,2%, na ordem, no mesmo período considerado acima.

Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-Junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	15 046	16 691	10,9	-7,1
Básicos	12 687	14 381	13,3	5,4
Industrializados	2 359	2 310	-2,1	-20,4
Importações	4 347	4 162	-4,3	-5,2
Bens de capital	258	242	-6,1	37,2
Bens Intermediários	2 407	2 038	-15,4	-4,1
Bens de consumo	1 030	1 296	25,8	-20,1
Combustíveis e lubrificantes	635	570	-10,2	-24,6
Saldo comercial	10 699	12 528	17,1	-13,1

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 3.3 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2019			Maio de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
DF	9 051	709	951	7 121	-1 723	-1 507
GO	21 183	886	2 425	21 635	-507	1 033
MS	6 278	-865	-452	6 616	-1 201	-844
MT	3 473	-922	-603	2 379	-1 756	-1 497
Total (A)	39 985	-193	2 322	37 751	-5 187	-2 815
Brasil^{4/} (B)	908 220	-16 518	32 197	968 498	851	44 823
(A/B) (%)	4,4	1,2	7,2	3,9	-609,8	-6,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

Apesar das restrições de circulação de pessoas e funcionamento das empresas, observou-se aumento de 10,9% nas exportações da região no primeiro semestre de 2020, na comparação com igual período do ano anterior, impulsionado pelas vendas de soja, carne bovina, algodão em bruto e carne de frango. Em sentido contrário, houve queda nos embarques de milho, celulose e ouro semimanufaturado. As importações, por sua vez, recuaram 4,3%, influenciadas pela diminuição nas aquisições de adubos e fertilizantes, máquinas e aparelhos agrícolas e automóveis de passageiros. No semestre, o resultado do comércio exterior do Centro-Oeste apresentou *superávit* de US\$12,5 bilhões, com expansão de 17,1% em relação ao mesmo período de 2019.

Em termos fiscais, as unidades do Centro-Oeste apresentaram evolução da dívida diferente das demais unidades da federação: enquanto a dívida de todos os estados cresceu 6,6% entre dezembro de 2019 e maio de 2020, a dívida dos estados do Centro-Oeste diminuiu 5,6%, destacando-se a contração no Mato Grosso e no Distrito Federal. Houve uma melhora no desempenho fiscal, medido pelo resultado primário, em todas as unidades da região, destacando-se o Distrito Federal e Goiás, que reverteram o *deficit* registrado em 2019 e registraram *superávit* no período de doze meses encerrado em maio.

O IPCA da região Centro-Oeste^{7/} recuou 0,58% no segundo trimestre de 2020, desacelerando ante a variação de -0,01% registrada no primeiro trimestre. O resultado decorreu principalmente das retrações observadas nos grupos de preços monitorados (-1,81%) e serviços (-0,46%), ressaltando-se, no primeiro, a queda nos preços de óleo diesel, gasolina e ônibus interestadual, impactados pela queda nos preços do petróleo, e no segundo,

7/ Composto pela agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande.

Gráfico 3.8 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal

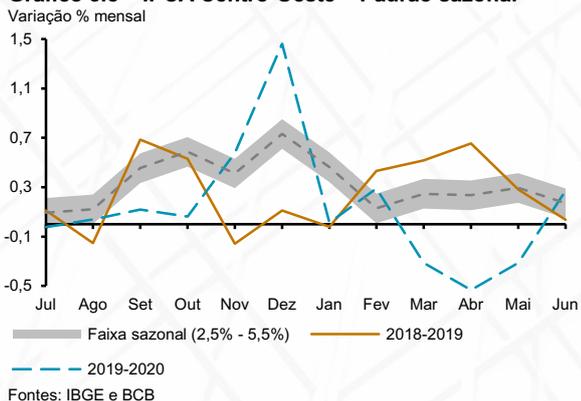
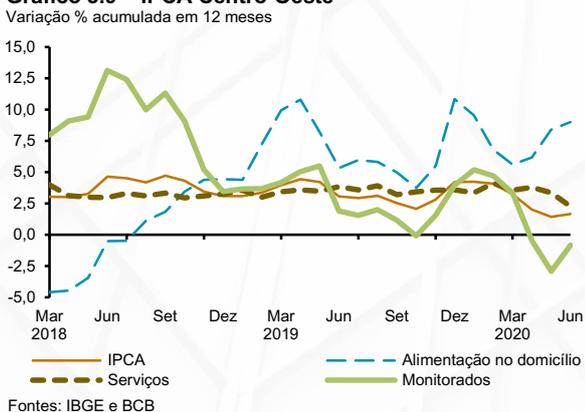


Gráfico 3.9 – IPCA Centro-Oeste



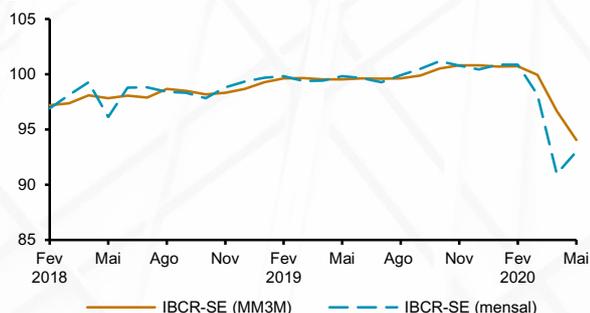
nos itens de passagem aérea, hotel, excursão e refeição fora do domicílio, sensíveis à queda na demanda provocada pelo isolamento social e pela interrupção das atividades não essenciais. O grupo de produtos industrializados também contribuiu para o comportamento benigno da inflação, ao registrar variação de -0,66%, enquanto os itens de alimentação no domicílio apresentaram alta de 1,96%, com as principais pressões vindo de produtos *in natura*. O índice de difusão recuou para 47,4%, comparativamente a 51,3% no trimestre anterior.

Considerando o período de doze meses, a inflação do Centro-Oeste variou 1,64% em junho (3,23% em março), com aumentos de 8,99% em alimentação no domicílio e 2,24% em serviços, e quedas de 0,71% em bens industrializados e 0,83% em monitorados.

Em suma, o desempenho negativo da economia do Centro-Oeste repercutiu os efeitos da pandemia da Covid-19 e das medidas requeridas para enfrentá-la. A retração, todavia, foi comparativamente pequena frente às das outras regiões e ao que se observa internacionalmente. A retomada da economia chinesa, a colheita da segunda safra de milho e a resiliência do setor industrial local permanecem sendo elementos de sustentação da atividade econômica na região nos próximos trimestres.

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Sudeste

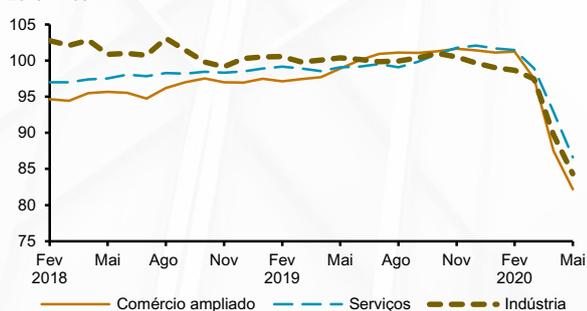
Dados dessazonalizados
2019 = 100



A trajetória dos principais indicadores econômicos confirmou, até o trimestre encerrado em maio, o impacto significativo da pandemia da Covid-19 sobre a economia da região Sudeste desde meados de março. O IBCR-SE recuou 6,6% no período, em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando decrescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação. Embora tenha registrado queda trimestral, o indicador cresceu 2,2% em maio comparativamente ao mês anterior, considerados dados dessazonalizados. Adicionalmente, a evolução de dados mais tempestivos – como os de consumo de energia elétrica e vendas com cartão de débito – sugere que a economia continuou o processo de recuperação em junho e início de julho.

Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral^{1/}
2019 = 100



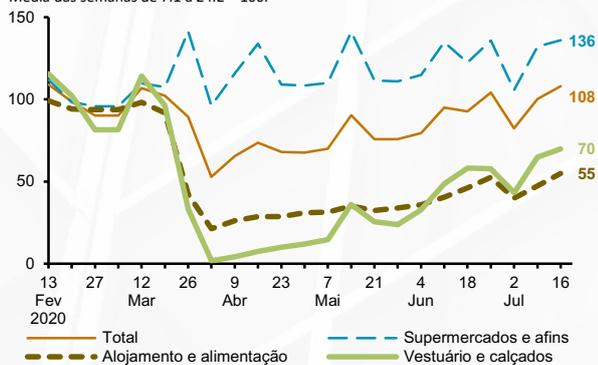
Fonte: IBGE

1/ Últimos quatro pontos – dados mensais.

Refletindo a mudança do padrão de consumo decorrente das medidas de combate à pandemia da Covid-19, as vendas do comércio ampliado diminuíram 18,8% no trimestre terminado em maio em relação ao encerrado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. No mesmo sentido, o indicador de volume de serviços não financeiros recuou 14,7% no trimestre encerrado em maio frente ao trimestre anterior, quando decrescera 0,3% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE.

Gráfico 4.3 – Vendas com cartão de débito – Sudeste

Média das semanas de 7.1 a 24.2 = 100.



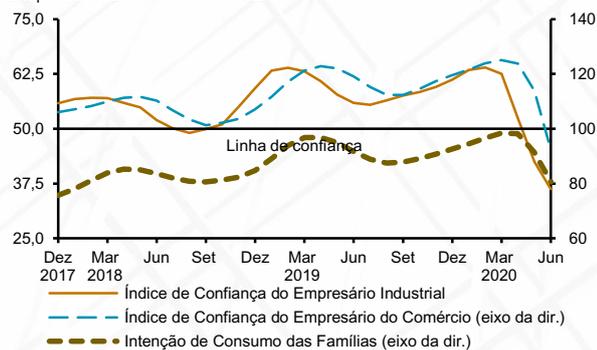
Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

Na análise mensal, o comércio ampliado apresentou recuperação parcial de 21,4% em maio, após queda acumulada de 30,5% em março e abril, enquanto o volume de serviços ainda continuou repercutindo o distanciamento social, recuando 0,7% em maio, depois de retrações de 7,3% e 11,6% nos meses anteriores.

Dados de vendas com cartão de débito, disponibilizados pela CIP/SLC, evidenciaram continuidade da recuperação das vendas no varejo, com elevação de 11,4% nos valores nominais recebidos pelas empresas em segmentos do comércio e de serviços, quando comparada a média das duas semanas compreendidas entre 29 de junho e 13 de julho com a das quatro semanas anteriores.

Gráfico 4.4 – Confiança dos agentes – Sudeste

Em pontos – Média móvel trimestral

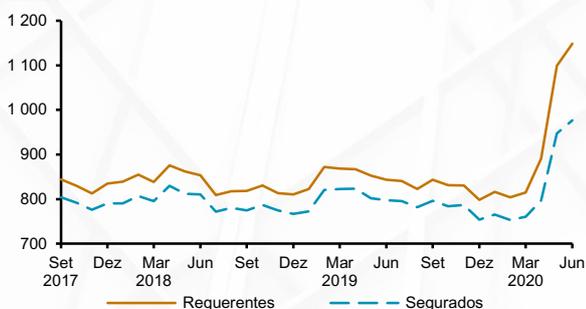


Fontes: CNC e CNI

Gráfico 4.5 – Seguro desemprego – Requerentes e Segurados – Sudeste

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

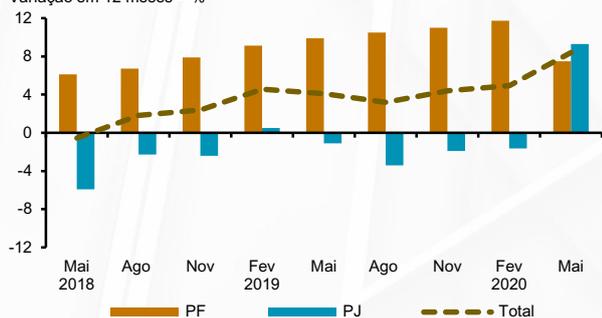
Milhares



Fonte: Ministério da Economia/Secretaria de Trabalho

Gráfico 4.6 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo diminuíram fortemente ao longo do segundo trimestre. O ICF caiu de 100,2, em março, para 67,6, em junho, e o Icec, de 125,5 para 61,3 em junho. As quedas acentuadas dos dois indicadores de confiança no segundo trimestre resultaram de recuos em todos os componentes dos índices, destacando-se a piora nos associados às condições atuais.

No mercado de trabalho formal, de acordo com dados do Caged/Ministério da Economia (ME), foram eliminados 753,9 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em maio de 2020. O setor de serviços foi o mais afetado, com a redução de 357,3 mil. Dentro de serviços, destacaram-se os segmentos alojamento e alimentação (-143,5 mil) e atividades administrativas e serviços complementares (-91,3 mil). Mais da metade da perda de postos de trabalho no trimestre aconteceu em abril (-450,8 mil).

Refletindo a piora no mercado de trabalho, a quantidade de requerentes do seguro desemprego aumentou 35,7% e o total de segurados cresceu 22,3%, na comparação entre o 2º trimestre de 2019 e de 2020. Considerando dados dessazonalizados, houve alta de 260,1 mil requerentes em março para 473,6 mil em maio, maior valor da série iniciada em janeiro de 2000, recuando para 309,4 mil em junho. O número de segurados apresentou o mesmo comportamento, com o maior valor da série em maio (402,5 mil) e recuo em junho (269,4 mil).

No mercado de crédito, a busca por adequação de liquidez e manutenção de contratos pelas empresas levou à expansão da carteira de pessoas jurídicas, 9,8% no trimestre encerrado em maio, repercutindo principalmente o desempenho das modalidades de capital de giro e de financiamento à exportação. Em sentido contrário, o crédito para pessoas físicas diminuiu 1,1% no trimestre, especialmente em função do cartão de crédito à vista.

Do lado da oferta, as projeções de bom desempenho da agricultura tendem a contrapor, em parte, os impactos da pandemia da Covid-19. O LSPA do IBGE, de junho, aponta expansão de 7,8% da safra de grãos em 2020. Também são esperados aumentos para as colheitas de café (20,1%), em período de bienalidade positiva, de laranja (5,4%) e de cana-de-açúcar (3,3%).

A produção industrial caiu 14,5% no trimestre encerrado em maio, ante queda de 1,8% no terminado em fevereiro, conforme dados dessazonalizados da

Tabela 4.1 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

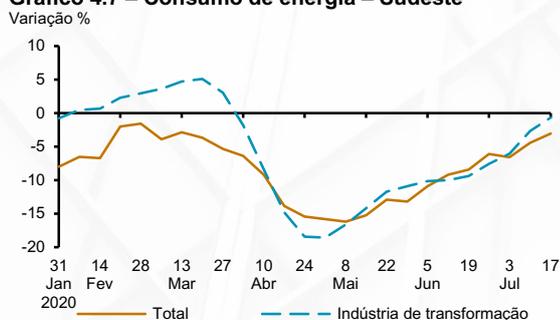
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2020		12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	-1,8	-14,5	-4,9
Indústrias extrativas	13,6	-5,9	-1,5	-0,2
Indústrias de transformação	86,4	-1,8	-16,5	-5,4
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-5,3	-60,1	-20,3
Produtos alimentícios	12,7	-2,4	9,0	3,6
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-0,2	-8,0	2,5
Metalurgia	7,1	1,3	-18,7	-9,4
Outros produtos químicos	5,8	-1,5	-4,3	-1,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.7 – Consumo de energia – Sudeste^{1/}

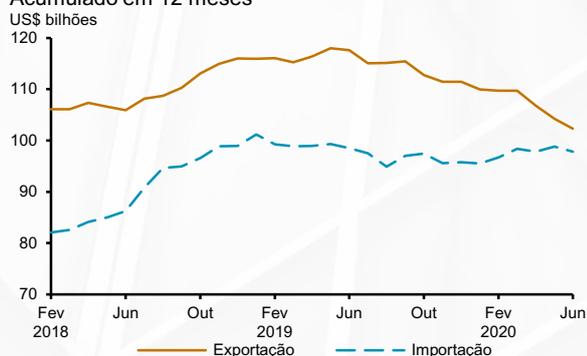


Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); elaboração BCB.

1/ Variação da média de quatro semanas em relação a igual período do ano anterior, com ajuste para dias úteis

Gráfico 4.8 – Balança comercial – Sudeste

Acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério da Economia

PIM-PF Regional do IBGE. Apenas os setores de alimentos, fumo, produtos de limpeza e farmacêuticos apresentaram elevações. Em maio, houve alta de 8,0%, após queda acumulada de 22,7% em março e abril, resultando em *carry-over* de -14,5% para o ano de 2020, acima do desempenho do Brasil (-16,4%). A fabricação de veículos automotores encontra-se 63% abaixo do patamar de fevereiro, mesmo com a alta de maio.

O consumo de energia elétrica na região, segundo a CCEE, sinaliza continuidade do crescimento da produção fabril em junho e início de julho. Houve aumento de 7,1% no consumo da indústria de transformação nas quatro semanas terminadas em 17 de julho, quando comparado com o mesmo período do mês anterior, com destaque para a indústria química (8,5%).

Os impactos da pandemia também refletiram na balança comercial, que variou de *superavit* de US\$10,0 bilhões, no primeiro semestre de 2019, para *deficit* de US\$1,2 bilhão, em igual período de 2020. O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela retração de 16,7% das exportações, decorrente de variações de -11,1% nos preços e de -6,3% no *quantum*^{8/}, com destaque para os produtos industrializados (-23,7% em valor), responsáveis por pouco mais da metade da pauta da região. As importações, sensibilizadas pelas variações de -3,2% nos preços e de 0,9% no *quantum*, aumentaram 4,5%, com ênfase nas maiores aquisições de bens de capital, notadamente plataformas de perfuração/exploração de petróleo (US\$2,1 bilhões, no primeiro semestre de 2019, e US\$5,1 bilhões, em igual período de 2020). Por outro lado, destaquem-se as menores importações de combustíveis e lubrificantes, além de bens de consumo, especialmente automóveis de passageiros.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado para a região foi negativo em R\$928 milhões no acumulado de doze meses até maio (*superavit* de R\$7,7 bilhões em doze meses até dezembro de 2019), repercutindo especialmente o desempenho de São Paulo, cujo saldo positivo passou de R\$8,5 bilhões para R\$699 milhões. No Rio de Janeiro, o *deficit* primário recuou de R\$665 milhões para R\$126 milhões.

A variação trimestral do IPCA no Sudeste registrou reversão de 0,64%, no primeiro trimestre de 2020,

8/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Tabela 4.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2019			Maio de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}	
ES	20	-321	-129	1 139	650	828
MG	130 289	522	8 684	141 484	851	8 445
RJ	185 102	665	11 536	202 590	126	9 911
SP	342 909	-8 543	7 948	354 761	- 699	13 791
Total (A)	658 320	-7 677	28 039	699 974	928	32 974
Brasil^{4/} (B)	908 220	-16 518	32 197	968 498	851	44 823
(A/B) (%)	72,5	46,5	87,1	72,3	109,1	73,6

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

(+) déficit (-) superávit

para -0,38%, no segundo trimestre desse ano, impactada, principalmente, pelo comportamento dos preços monitorados, que passou de 0,47% para -1,96%, com destaque para a aceleração do recuo dos preços da gasolina, de -0,69% para -9,99%. Nos mesmos períodos, os preços livres desaceleraram de 0,71% para 0,17%, com destaque para a redução dos preços de bens industriais e de serviços.

Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da região atingiu 2,35% em junho (3,55% em junho de 2019). A evolução refletiu a desaceleração dos preços monitorados, de 4,19% para 0,92%, e dos preços livres, de 3,31% para 2,83%, ressaltando-se o comportamento benigno dos preços de serviços e bens industriais, que variaram, na ordem, 2,21% e 0,62% nos doze meses até junho.

Em síntese, a atividade econômica da região Sudeste foi impactada de forma expressiva pelos efeitos negativos da pandemia da Covid-19, notadamente a partir da segunda quinzena de março, quando houve maior distanciamento social como forma de minimizar o impacto da pandemia. Dados mais tempestivos, no entanto, sinalizam o início de um processo de recuperação da atividade da região, ainda sujeito a incertezas e cuja sustentação depende de fatores sanitários e econômicos.

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

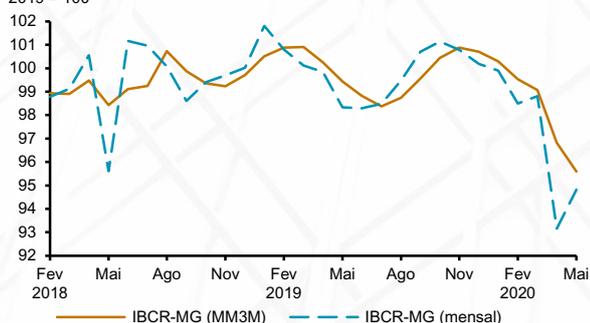
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período				
		2019	2020		12 meses	
		Ano	I Tri	II Tri		
IPCA	100,0	4,35	0,64	-0,38	2,35	
Livres	74,8	3,88	0,71	0,17	2,83	
Alimentação no domicílio	13,1	7,85	1,36	3,03	8,43	
Bens industrializados	21,6	1,83	-0,07	-0,21	0,62	
Serviços	40,0	3,60	0,92	-0,53	2,21	
Monitorados	25,2	5,64	0,47	-1,96	0,92	
Principais itens						
Alimentação	19,3	6,31	1,41	2,29	7,14	
Habitação	16,4	4,44	0,55	-0,48	2,15	
Artigos de residência	3,4	-0,12	-1,53	1,67	-0,36	
Vestuário	4,0	0,88	-1,06	-0,81	-0,87	
Transportes	19,2	3,57	-0,52	-4,01	-2,74	
Saúde	13,3	5,44	0,82	0,28	2,65	
Despesas pessoais	11,2	4,39	0,49	-0,27	3,06	
Educação	6,8	4,54	4,47	0,05	5,11	
Comunicação	6,1	1,23	0,65	0,63	2,65	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

4.1 Minas Gerais

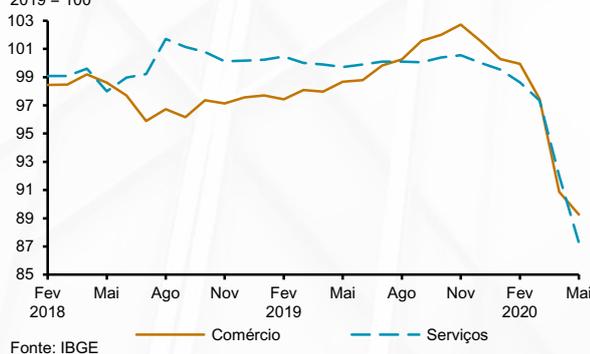
Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Minas Gerais
Dados desazonalizados
2019 = 100



No primeiro trimestre de 2020 observaram-se os primeiros impactos econômicos da pandemia da Covid-19 em Minas Gerais. O PIB do estado retraiu 1,8%, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP), apresentando contração principalmente nos setores de serviços, comércio e construção civil. Em sentido contrário, destacou-se o desempenho da agropecuária, ressaltando-se a colheita de soja, assim como os resultados positivos da indústria de transformação e do setor público.

No trimestre encerrado em maio, houve intensificação do impacto da pandemia quando observou-se maior distanciamento social. O IBCR-MG recuou 4,0% no período, comparativamente ao trimestre anterior. A retração na atividade econômica mineira foi menos intensa do que a média do país, em parte, pelos desempenhos da agricultura, tendo em vista as safras recordes de soja e café, e da indústria extrativa, que havia registrado significativa contração no trimestre anterior.

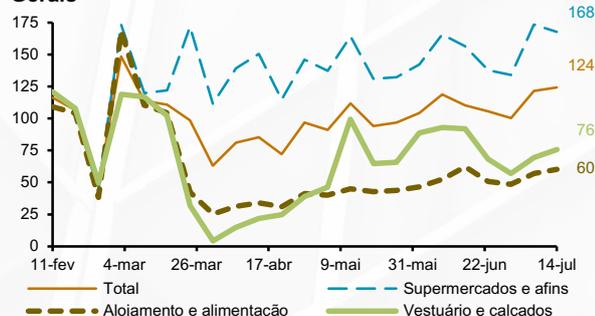
Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

O comércio foi umas das atividades mais impactadas pelas restrições de funcionamento e de circulação de pessoas, apresentando contração acentuada do volume de vendas nos meses de março e abril, quando o indicador do comércio ampliado recuou 22,3% em relação ao patamar de fevereiro, na série com ajuste sazonal da PMC/IBGE. Em maio, com o retorno de parte das atividades, verificou-se aumento nas vendas, que terminaram 4,8% abaixo das vendas de fevereiro. Considerando os dados do trimestre encerrado em maio, verificou-se redução de 10,7% em relação ao trimestre anterior, contração menos intensa que a registrada em nível nacional (-19,0%).

Gráfico 4.1.3 – Vendas com cartão de débito – Minas Gerais^{1/}

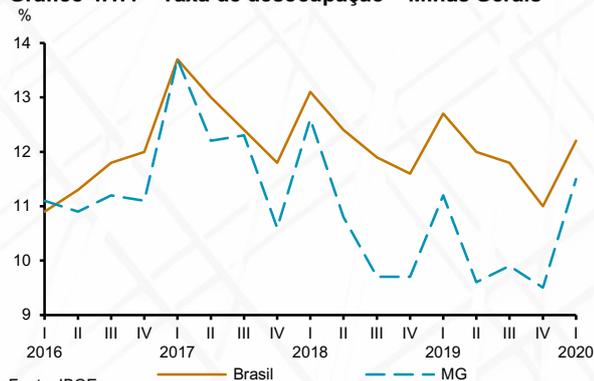


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/Média das semanas entre 08/01 a 21/02 = 100

O setor de serviços, diferente do comércio, não apresentou recuperação em maio, uma vez que muitas atividades dependem de contato pessoal e seguiram com restrição de funcionamento. Os serviços às famílias, que recuaram com mais intensidade, registraram alguma recuperação em maio, mas ainda operavam 50,0% abaixo do nível de fevereiro. No trimestre encerrado em maio observou-se contração de 11,5% no volume dos serviços, segundo a PMS/IBGE.

Os dados de pagamentos realizados com cartão de débito, disponibilizados pela CIP/SLC, mostram recuperação gradual das empresas de comércio e serviços, porém de forma heterogênea. Houve

Gráfico 4.1.4 – Taxa de desocupação – Minas Gerais



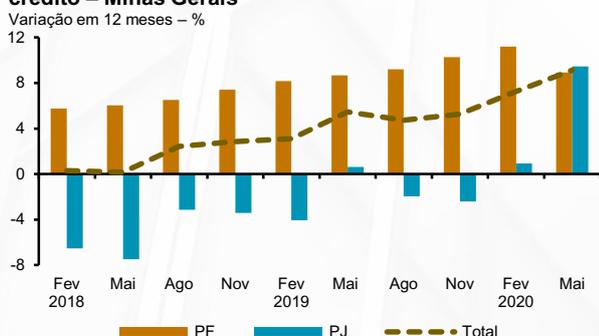
Fonte: IBGE

Gráfico 4.1.5 – Requerimentos de Seguro Desemprego



Fonte: BGSD / ME

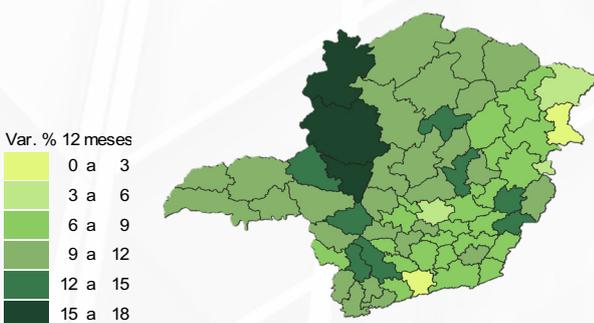
Gráfico 4.1.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais^{1/}



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Figura 4.1.1 – Crédito a pessoas físicas – Minas Gerais^{1/}

Maio de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

avanço de 7,2% no valor nominal das vendas nos primeiros catorze dias de julho, comparativamente ao período de 3 a 16 de junho. Em relação ao início do ano, os segmentos de material de construção, supermercados, farmácias e veículos e peças registraram pagamentos com cartão de débito superiores, mas atividades de alojamento e alimentação; vestuário e calçados; e serviços pessoais ainda apresentaram queda superior a 20%.

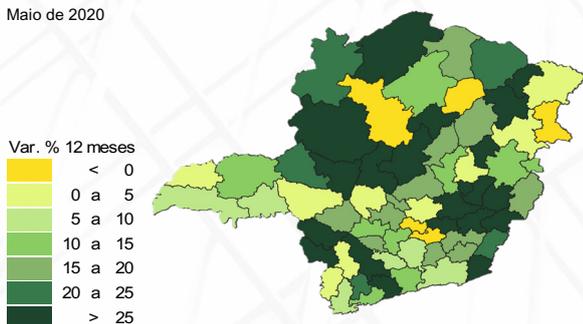
Os indicadores da PNAD Contínua/IBGE referentes ao primeiro trimestre não capturaram plenamente os efeitos da pandemia no mercado de trabalho. Dessa forma, constata-se no primeiro trimestre o crescimento de 26 mil na população ocupada, na comparação interanual. Dados do Caged/ME mostram eliminação de 144 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio. Em linha com esses indicadores, os dados de requerimentos de seguro desemprego mostram forte crescimento em abril e maio, mês em que atingiu o maior volume de pedidos de auxílio, 103,3 mil, 64% superior à média de 2019. Em junho houve recuo na demanda de seguro desemprego, totalizando no trimestre 259,7 mil solicitações, sinalizando desaceleração nos desligamentos.

O mercado de crédito em Minas Gerais registrou forte demanda das empresas no trimestre encerrado em maio, refletindo a necessidade de financiamento pela queda de receitas no contexto da pandemia, enquanto o crédito às famílias desacelerou, com arrefecimento nas principais modalidades. Os financiamentos do SFN no estado cresceram 4,0% no trimestre encerrado em maio, o que elevou a variação interanual de 7,3%, em fevereiro, para 9,1%, com acréscimos de 13,3% no segmento de crédito livre e 4,1% em recursos direcionados.

A desaceleração no ritmo de crescimento do crédito a pessoas físicas ocorreu tanto na capital como no interior. Na microrregião de Belo Horizonte, a variação interanual dos empréstimos às famílias passou de 7,6%, em fevereiro, para 5,1% em maio, recuo mais acentuado do que no interior por causa da participação mais elevada do cartão de crédito à vista – modalidade que mais contraiu no período – na composição do crédito nos arredores da capital. No interior, o ritmo de expansão decresceu de 12,1% para 10,4%, ressaltando-se, entre as áreas com maior dinamismo, o noroeste de Minas (Patos de Minas, Paracatu e Unaí) e o sul de Minas (Alfenas e Varginha), todas impulsionadas pelo crédito rural.

Figura 4.1.2 – Crédito a pessoas jurídicas – Minas Gerais ^{1/}

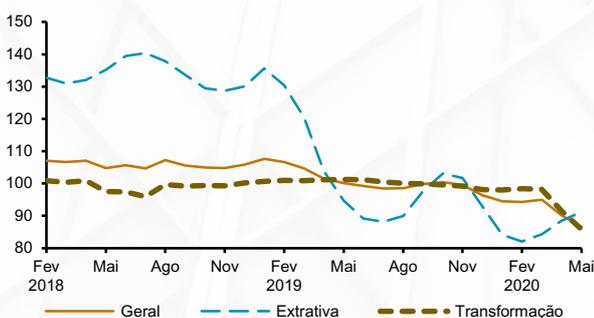
Maio de 2020



Varição % dos saldos das operações com valor superior a R\$1 mil.

Gráfico 4.1.7 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 4.1.1 – Produção agrícola – Minas Gerais

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas		Variação %
		Produção ^{2/} 2019	2020	
Grãos	31,9	14 450	15 185	5,1
Soja	17,1	5 166	5 846	13,2
Milho	10,0	7 522	7 601	1,0
Feijão	3,0	537	508	-5,3
Outras lavouras				
Café	38,6	1 501	1 948	29,8

Fonte: IBGE

^{1/} Por valor da produção – PAM 2018.

^{2/} Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

No segmento de pessoas jurídicas, a expansão do crédito no trimestre encerrado em maio ocorreu de forma mais expressiva na capital – 60% do crescimento do crédito às empresas no período ocorreu na microrregião de Belo Horizonte – por conta da concentração de grandes empresas e do governo do estado. A variação interanual do crédito na capital passou de uma queda de 5,5%, em fevereiro, para acréscimo de 1,3% em maio. No interior, a demanda de crédito das empresas também foi acentuada, o que expandiu o ritmo de crescimento dos financiamentos de 7,1%, em fevereiro, para 18,9% em maio, ressaltando-se as microrregiões de Três Marias, Manhuaçu, Cataguases e São Sebastião do Paraíso, regiões com variação do crédito superior a 48%.

Assim como os setores de comércio e serviços, a indústria de transformação registrou queda acentuada no trimestre encerrado em maio (-12,8%), ressaltando-se as contrações nos segmentos automobilístico (-60,8%), de produtos de metal (-36,1%), e de fabricação de máquinas e equipamentos (-31,3%). Em sentido oposto, as indústrias de alimentos, papel e celulose e fumo registraram aumento da produção no período. A indústria extrativa apresentou resultado positivo, em parte, pela base de comparação deprimida, quando atingira menor nível de produção por conta de interrupção nas atividades de algumas unidades produtoras no trimestre encerrado em fevereiro.

A produção de grãos deve crescer 5,1%, impulsionada pelo aumento de 13,2% na produção de soja. O café, por sua vez, está em ano de alta produtividade, e deve registrar crescimento de 30% em relação à safra anterior, com a colheita avançando também sobre os meses de junho e julho. Outro destaque é a cana-de-açúcar, cuja produção deve alcançar 76,2 milhões de toneladas, superando o recorde de produção de 2013.

As exportações do estado contraíram 6,9% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano anterior, impactadas pela queda nos embarques de minério de ferro, ferro-ligas, ouro semimanufaturado, celulose e tubos de ferro ou aço. Em sentido contrário, destaca-se o aumento nas vendas de soja, açúcar, carne de bovino e ferro fundido bruto. As importações recuaram 8,8% no período, influenciadas pela queda nas aquisições de bens intermediários e combustíveis e lubrificantes. No semestre, o resultado do comércio exterior de

Tabela 4.1.2 – Comércio exterior – Minas Gerais
Janeiro-Junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais			Brasil
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	12 454	11 600	-6,9	-7,1
Básicos	7 118	7 174	0,8	5,4
Industrializados	5 335	4 426	-17,0	-20,4
Importações	4 225	3 854	-8,8	-5,2
Bens de capital	726	702	-3,3	37,2
Bens Intermediários	2 526	2 268	-10,2	-4,1
Bens de consumo	543	600	10,4	-20,1
Combustíveis e lubrificantes	430	284	-34,0	-24,6
Saldo comercial	8 228	7 746	-5,9	-13,1

Fonte: Ministério da Economia

Minas Gerais apresentou *superavit* de US\$7,7 bilhões, 5,9% inferior ao saldo em mesmo período de 2019.

O impacto recessivo da pandemia se fez sentir não só na atividade econômica como também no nível de preços da RMBH. O IPCA variou -0,76% no segundo trimestre, ante aumento de 0,75% no trimestre anterior, com destaque para as reduções dos preços no grupo de itens monitorados (-2,72%), produtos industrializados (-0,57%) e serviços (-0,30%). Em sentido oposto, o grupo de alimentação no domicílio apresentou elevação de 1,55%, com destaque para o aumento em cereais, leguminosas e oleaginosas, bem como em pães e leites. O índice de difusão atingiu 47,9%, de 55,1% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, a inflação atingiu 1,86% em junho, frente a 3,43% em março. A variação em alimentação no domicílio atingiu 8,60%, enquanto os demais grupos contribuíram para o comportamento benigno do indicador, com variações de 1,71% em serviços, 0,34% em produtos industrializados, e 0,10% em preços monitorados.

Gráfico 4.1.8 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

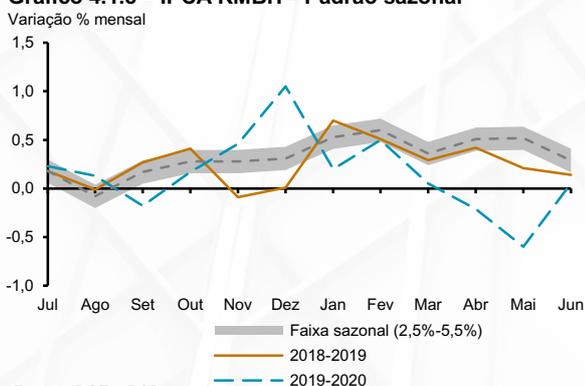
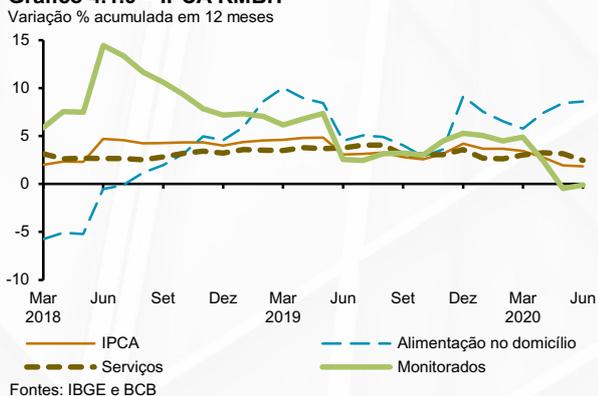


Gráfico 4.1.9 – IPCA RMBH



4.2 Rio de Janeiro

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados
2019 = 100

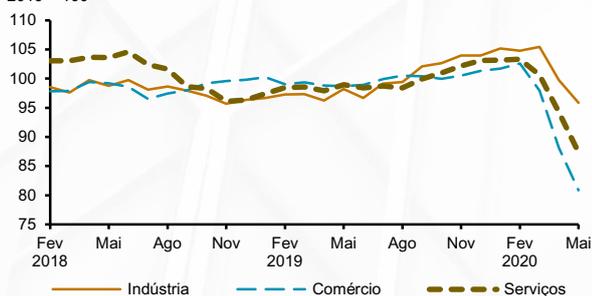


A atividade econômica fluminense retraiu no trimestre finalizado em maio, após cinco trimestres consecutivos de expansão, impactada pelos efeitos da pandemia. Houve contração nos setores de comércio e serviços e recuo generalizado em praticamente todos os segmentos da indústria, em ambiente de aumento da fragilidade do mercado de trabalho, forte redução da confiança empresarial e diminuição do crédito a pessoas físicas.

Nesse contexto, o IBCR-RJ diminuiu 8,0% no trimestre terminado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando expandira 0,5%, na mesma base de comparação, segundo dados com ajuste sazonal. Na margem, após expressivos recuos em março e abril, a economia fluminense apresentou recuperação parcial em maio. Nesse mês, o IBCR-RJ registrou incremento de 1,7%, refletindo principalmente o avanço do setor de serviços, em especial, do comércio e de intermediação financeira.

Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



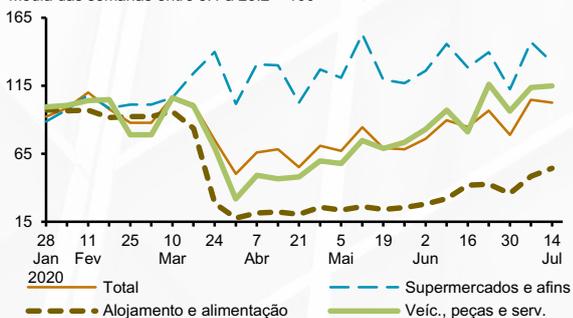
Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado decresceram 21,2% no trimestre finalizado em maio, considerados dados dessazonalizados da PMC/IBGE. O desempenho na margem repercutiu os efeitos negativos da pandemia, em especial o fechamento das lojas físicas, a redução da massa salarial e a desaceleração do crédito a pessoas físicas.

Assim como o comércio, o volume de serviços não financeiros no estado recuou 15,6% no trimestre encerrado em maio, após aumento de 1,1% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE. O resultado do período repercutiu, em grande parte, os desempenhos negativos dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-12,9%) e dos serviços prestados às famílias (-53,9%), tais como hotéis, restaurantes e atividades esportivas e recreativas, que foram severamente impactados pela pandemia.

Gráfico 4.2.3 – Vendas com cartão de débito – Rio de Janeiro^{1/}

Média das semanas entre 8.1 a 25.2 = 100

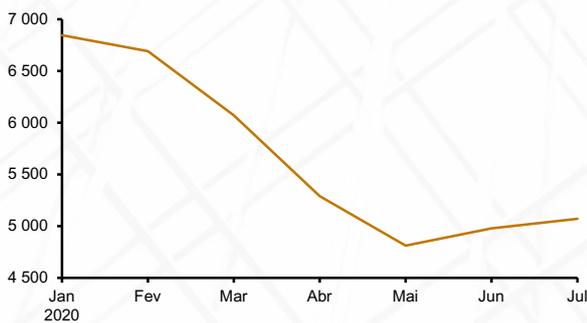


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

Dados mais tempestivos, contudo, mostram sinais de recuperação do setor de serviços e, principalmente, do comércio no estado. Desde o início de julho, segundo dados da CIP/SLC, o volume total de aquisições de bens e serviços, através do uso de cartões de débito, retornou ao patamar anterior ao início da epidemia, com destaque para o segmento de veículos (vendas, peças e serviços). No entanto, o setor de alojamento e alimentação, importante para a economia fluminense, ainda apresenta

Gráfico 4.2.4 – Consumo total de energia elétrica – Rio de Janeiro

MWm (média diária) - Julho dados até dia 17.



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Tabela 4.2.1 – Produção industrial – Rio de Janeiro

Geral e setores selecionados

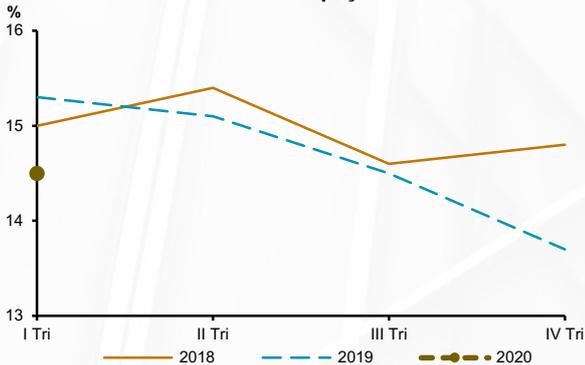
Setores	Pesos ^{1/} 2020	Variação % no período		
		Fev ^{2/} Mai ^{2/} Ac. 12 meses		
Indústria geral	100,0	0,8	-8,5	3,9
Indústrias extrativas	28,1	1,9	-3,5	21,7
Indústrias de transformação	71,9	-1,0	-13,5	-4,8
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-3,2	-5,9	5,6
Metalurgia	10,4	10,1	-14,4	-7,5
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	2,8	-66,5	-19,0
Bebidas	3,9	1,2	-8,6	-8,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2.5 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

lenta recuperação, situando-se em patamar 46% abaixo do nível pré-epidemia. O único segmento com desempenho acima do início do ano foi o de supermercados e afins (inclui “atacarejo”).

Outro indicador contemporâneo que sinaliza uma possível recuperação da atividade econômica fluminense é o consumo total de energia elétrica no estado, da CCEE. Em julho, até o dia 10, houve incremento de 5,4% no consumo médio diário de energia, em relação a maio, mês em que o indicador atingiu o menor nível da série.

Em linha com o comércio e o setor de serviços, a indústria fluminense interrompeu sua trajetória de expansão, recuando 8,5% no trimestre terminado em maio. Com peso relevante no estado e relativamente menos impactada pela epidemia, a cadeia produtiva do petróleo propiciou ao estado um desempenho industrial superior ao observado em nível nacional e na região Sudeste. Enquanto a indústria de transformação diminuiu 13,5%, com destaque para o segmento de veículos automotores, -66,5%, o segmento extrativo recuou 3,5% no período.

No mesmo sentido das estatísticas divulgadas pelo IBGE, dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) revelam queda acentuada na confiança dos empresários fluminenses no período. O Icei, que vinha em trajetória de alta, atingiu 42,0 pontos na média do trimestre encerrado em maio (62,9 pontos no terminado em fevereiro).

Com base na análise dos dados disponíveis da PNAD Contínua, do IBGE, ainda não é possível observar os reflexos da epidemia no mercado de trabalho do estado. A taxa de desocupação (14,2%) permaneceu estável no primeiro trimestre de 2020, em relação ao quarto trimestre de 2019, de acordo com dados dessazonalizados, reflexo dos recuos de 0,9% da população ocupada e da força de trabalho. Na comparação interanual, no primeiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego diminuiu 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, dados mais recentes de emprego formal no estado evidenciam o impacto da epidemia no mercado de trabalho fluminense, elevando o seu nível de ociosidade. Os pedidos de seguro-desemprego, segundo o ME, apresentaram aumento de 47,7% no segundo trimestre de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019, e de 61,9% em relação ao trimestre imediatamente anterior, considerados

Tabela 4.2.2 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro

Novos postos

Discriminação	No mês (em mil)		
	2020		
	Mar	Abr	Mai
Total	-26,8	-83,6	-36,0
Indústria de transformação	-1,9	-8,9	-5,1
Comércio	-8,9	-21,3	-8,5
Serviços	-14,4	-44,9	-18,1
Construção civil	-1,9	-7,9	-4,6
Agropecuária	0,1	0,0	0,1
Serviços ind. utilidade pública	0,0	-0,2	-0,4
Outros ^{1/}	0,1	-0,3	0,6

Fonte: Caged

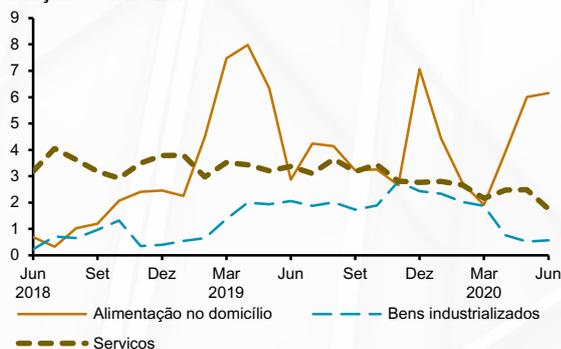
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

dados dessazonalizados. Adicionalmente, dados do Caged revelam a eliminação de 146,4 mil postos de trabalho formais apenas no período entre março e maio de 2020, dos quais 116,1 mil nos setores de comércio e serviços. O índice de emprego formal dessazonalizado, calculado a partir dos dados do Caged, indica recuo de 3,1% do emprego formal no trimestre finalizado em maio.

O mercado de crédito continuou em expansão no trimestre encerrado em maio, refletindo o aumento expressivo dos empréstimos destinados a pessoas jurídicas. Na margem, as operações contratadas por pessoas jurídicas cresceram 9,9%, após acréscimo de 0,7% no trimestre anterior, repercutindo, em especial, os aumentos nos financiamentos concedidos às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool, às *holdings* de instituições não-financeiras e às empresas de comércio atacadista, com exceção de veículos e motocicletas. Em sentido contrário, o segmento de operações com pessoas físicas recuou 2,2% no trimestre (+2,0% no trimestre anterior), com destaque para a modalidade cartão de crédito à vista, bastante penalizada pelos efeitos da atual pandemia. Como resultado, o saldo total das operações acima de R\$1 mil expandiu 5,0% no trimestre terminado em maio, após elevação de 1,2% no trimestre finalizado em fevereiro.

Gráfico 4.2.6 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro

Variação % em 12 meses



A balança comercial fluminense apresentou *deficit* de US\$1,9 bilhão no primeiro semestre de 2020 (*superavit* de US\$5,9 bilhões em igual período de 2019), de acordo com o ME. O desempenho repercutiu fundamentalmente o incremento das importações, 67,7%, ressaltando-se o aumento nas aquisições de bens de capital, responsáveis por 76% do acréscimo das importações, principalmente as importações fictas de plataformas de petróleo. As exportações recuaram 16,0%, com destaque para o decréscimo na venda de bens manufaturados.

No âmbito fiscal, os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro somaram *deficit* nominal de R\$9,9 bilhões nos últimos doze meses terminados em maio (R\$11,5 bilhões no ano de 2019), repercutindo, em grande parte, a menor apropriação de juros, que totalizaram R\$9,8 bilhões, ante R\$10,9 bilhões em 2019 (redução de 10,0%). Paralelamente, o resultado primário dos entes governamentais passou de *deficit* de R\$0,7 bilhão para *deficit* de R\$0,1 bilhão, apesar dos decréscimos, na ordem, de 2,1% e 1,6% nas transferências da União e na arrecadação de ICMS do estado. A dívida líquida

Tabela 4.2.3 – IPCA – Rio de Janeiro

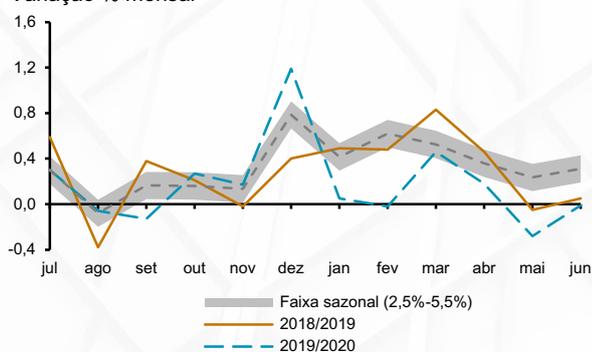
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2019		2020	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,11	1,64	0,49	-0,11
Livres	70,4	-0,15	1,88	0,35	0,23
Alimentação no domicílio	13,7	-2,78	5,34	0,13	3,52
Bens industrializados	18,9	0,16	0,50	0,24	-0,33
Serviços	37,9	0,62	1,31	0,48	-0,65
Monitorados	29,6	0,71	1,09	0,82	-0,90

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2020.

Gráfico 4.2.7 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal

Variação % mensal



alcançou R\$202,6 bilhões em maio, aumentando 9,4% em relação a dezembro de 2019.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), divulgado pelo IBGE, desacelerou de 0,49% no primeiro trimestre de 2020 para -0,11% no segundo trimestre, situando-se abaixo da mediana histórica relativa ao período de 2014 a 2019 e da variação observada no segundo trimestre do ano anterior (0,46%). Esse comportamento repercutiu, em grande parte, o arrefecimento dos preços monitorados, de 0,82% para -0,90%, destacando-se as quedas nos preços da gasolina e dos produtos farmacêuticos, e dos preços de serviços, de 0,48% para -0,65%, com destaque para as desacelerações em seguro voluntário de veículo, alimentação fora do domicílio e hospedagem. Os preços dos serviços subjacentes também desaceleraram de 0,67% para -0,09% nos trimestres mencionados. O índice de difusão médio atingiu 43,2% no segundo trimestre, ante 52,8% no trimestre anterior.

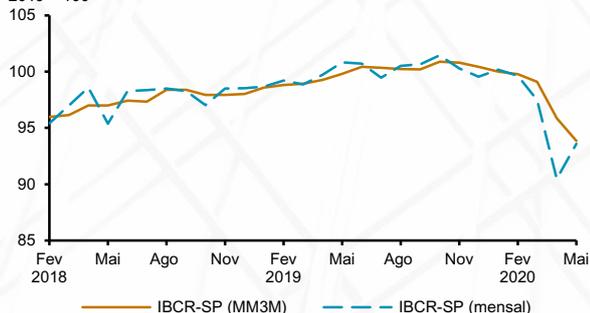
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 2,13% em junho, ante 3,49% em junho de 2019, repercutindo, principalmente, os efeitos dos arrefecimentos dos preços monitorados, de 4,72% para 1,72%, e dos preços de serviços, de 3,38% para 1,76%.

4.3 São Paulo

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – São Paulo

Dados dessazonalizados

2019 = 100



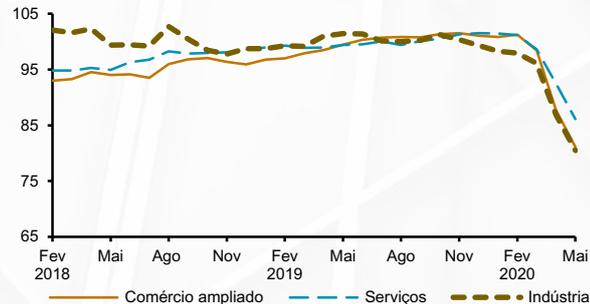
Os principais indicadores de atividade econômica, referentes ao trimestre encerrado em maio, confirmaram a expectativa de impacto desfavorável e acentuado da pandemia da Covid-19 sobre a economia do estado. Entretanto, informações mais tempestivas apontam para um arrefecimento da contração verificada sobretudo em abril, sinalizando um início de recuperação da atividade na margem. Nesse sentido, o IBCR-SP recuou 6,0% no trimestre encerrado em maio ante o finalizado em fevereiro, considerando dados dessazonalizados, com retrações em março (-2,2%) e abril (-7,2%) e reversão gradual em maio (+3,4%). Ressalte-se que a queda da atividade econômica no estado foi amortecida principalmente pelo comportamento dos serviços de intermediação financeira, que, junto com a agropecuária, foram as únicas atividades que apresentaram crescimento no trimestre.

Com as restrições legais impostas ao livre funcionamento dos estabelecimentos comerciais em decorrência da pandemia, registrou-se, especialmente em abril, redução significativa do consumo das famílias, com repercussões acentuadas e imediatas sobre o resultado das vendas do comércio, do fornecimento de serviços, e da produção industrial. Nesse contexto de distanciamento social, postos de trabalho foram eliminados em número significativo no processo de acomodação de empresas e empreendedores (formais e informais) à nova realidade, repercutindo negativamente sobre a renda disponível e a demanda no período.

Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral^{1/}

2019 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado recuaram 19,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao trimestre anterior, finalizado em fevereiro, segundo dados da PMC do IBGE, tendo todos os segmentos apresentado retração, com exceção do vinculado à alimentação. Entretanto, a abertura dos dados para o trimestre indica concentração da queda no mês de abril, quando as vendas do comércio ampliado declinaram 23,2%. Em maio, houve recuperação parcial das perdas observadas nos meses de março e abril, com crescimento de 18,1% das vendas do comércio ampliado.

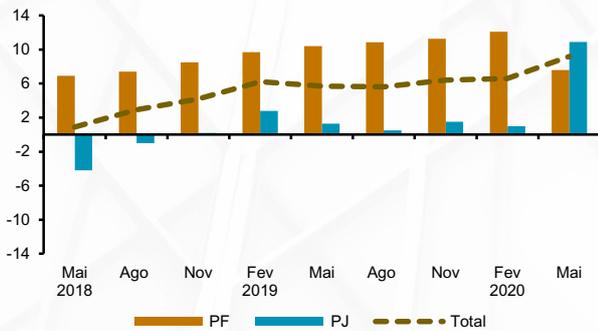
O volume de serviços não financeiros, com desempenho similar ao indicador de vendas do comércio, recuou 14,9% no trimestre encerrado em maio em relação ao trimestre finalizado em fevereiro. A avaliação mensal evidencia retração em todos os

meses do trimestre, com maior intensidade em abril (-11,8%).

Corroborando os resultados das pesquisas do IBGE, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) estima que o comércio varejista e serviços registraram os piores resultados para um mês de abril desde o início dos levantamentos (2008 e 2010). Segundo Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV), do estado de São Paulo, e Pesquisa Conjuntural do Setor de Serviços (PCSS), do município de São Paulo, o faturamento do comércio varejista e de serviços recuou 22,8% e 33,4%, respectivamente, em relação a abril de 2019. A FecomercioSP estima, neste contexto, uma retomada bastante gradual do setor varejista, com expectativa de retração de 10% no faturamento no semestre e de 7,1% no acumulado do ano.

Gráfico 4.3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito^{1/} – São Paulo

Variação em 12 meses – %



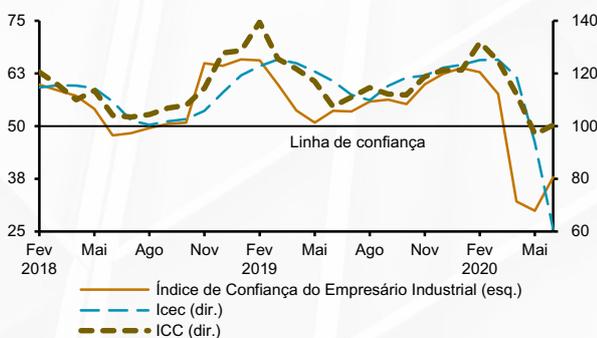
1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Indicadores do mercado imobiliário sugerem comportamento diferenciado para a construção, que não sofreu as mesmas restrições de funcionamento dos outros setores. Segundo pesquisa do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais em São Paulo (Secovi-SP), as vendas de unidades residenciais novas na cidade de São Paulo cresceram 25,1% em maio, na comparação mensal, em movimento de recuperação em relação ao recuo de 28,3% em abril. Para a entidade, o resultado de maio sinaliza que a expectativa de forte retração do setor, em razão da quarentena, não se concretizou.

Para adequação de liquidez e manutenção de contratos, os empréstimos às pessoas jurídicas aumentaram, em maio, 9,6% no trimestre e 10,9% em dozes meses, condicionados principalmente pelo capital de giro e pelo financiamento à exportação.

Gráfico 4.3.4 – Confiança dos agentes – São Paulo

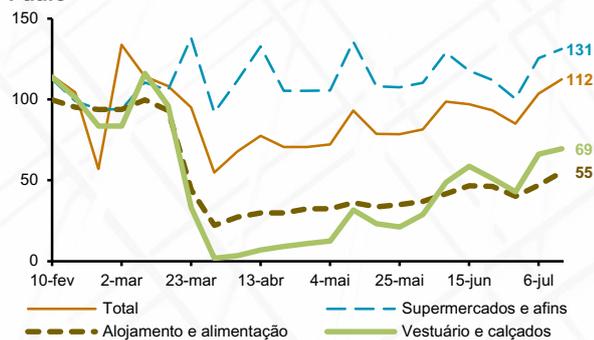
Em pontos - dados mensais dessazonalizados



Fontes: Fecomercio-SP e CNI

Indicadores qualitativos confirmam cenário menos otimista entre os agentes econômicos. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela FecomercioSP, recuou de 124,6 pontos em março para 96,8 pontos em maio, com prevalência do pessimismo em relação às condições econômicas atuais, mas exibiu alguma recuperação em junho, alcançando 100,4 pontos. Em relação ao empresário do comércio, o ICEC referente a junho aponta para perda de 64,2 pontos em relação a março (125,2 pontos), dos quais praticamente metade somente entre maio e junho, significando um acirramento do pessimismo do setor, com destaque para o índice das condições econômicas atuais.

Gráfico 4.3.5 – Vendas com cartão de débito – São Paulo^{1/}

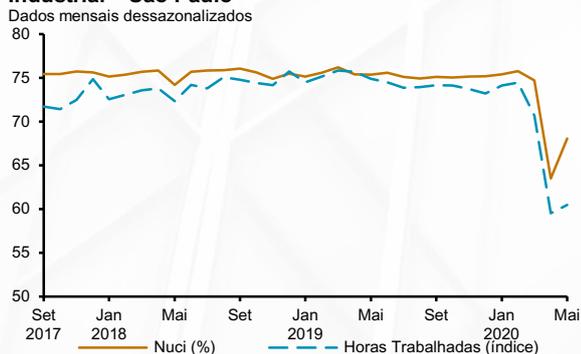


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Média das semanas entre 7.1 a 24.2 = 100.

Dados mais tempestivos para o comércio varejista e o setor de serviços sugerem perspectiva de recuperação gradual da atividade. Dados da CIP/SLC de vendas com cartão de débito evidenciaram recuperação de 19,8% nos valores nominais recebidos pelas empresas do estado, em segmentos do comércio e de serviços, quando se compara a média do período compreendido entre 29 de junho e 13 de julho sobre a das quatro semanas anteriores. Destacaram-se positivamente os setores de vestuário e calçados (39,6%) e de alojamento e alimentação (21,5%).

O desempenho da indústria, no trimestre finalizado em maio, seguiu, em linhas gerais, o comportamento do comércio e dos serviços. Segundo a PIM-PF/IBGE, a produção industrial recuou 17,8%, na comparação com igual período encerrado em fevereiro. Após queda acumulada de 27,3% entre fevereiro e abril, a produção industrial voltou a crescer em maio (10,6%), relativamente a abril, mas o nível de produção encontra-se ainda em patamar 19,6% abaixo do observado em fevereiro, com destaque para o segmento de veículos automotores (-58,2%).

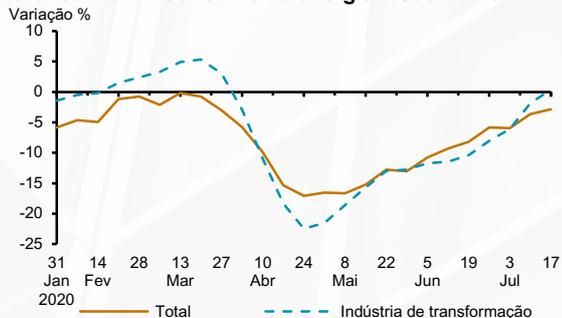
Gráfico 4.3.6 – Nuci e Horas Trabalhadas na Produção Industrial – São Paulo



Fonte: Fiesp

O emprego na indústria de transformação não apresentou queda expressiva no trimestre encerrado em maio (-1,4%), na comparação com o finalizado em fevereiro, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), favorecido pela Medida Provisória 936, aprovada em junho de 2020 pelo Congresso Nacional, que prevê a suspensão temporária dos contratos de trabalho e a possibilidade de redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários. Entretanto, o total de horas trabalhadas na produção recuou 14% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Ressalte-se, porém, que em maio as horas trabalhadas na indústria cresceram 1,6%.

Gráfico 4.3.7 – Consumo de energia – São Paulo^{1/}



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); elaboração BCB

1/ Variação da média de quatro semanas em relação a igual período do ano anterior, com ajuste para dias úteis.

O nível de ociosidade da indústria cresceu durante a pandemia, com o Nuci atingindo 68% em maio, ante 75,7% em fevereiro, mas com recuperação parcial em relação a abril, ápice da crise da atividade produtiva no estado, quando alcançou 63,5%, pior desempenho da série histórica iniciada em 2001.

Indicadores de mais alta frequência sinalizam um arrefecimento do impacto da crise sobre a indústria do estado no final de junho e início de julho. O consumo de energia elétrica da indústria de transformação em São Paulo, segundo a CCEE, recuperou-se gradualmente, apresentando expansão de 0,4% nas quatro semanas finalizadas em 17 de

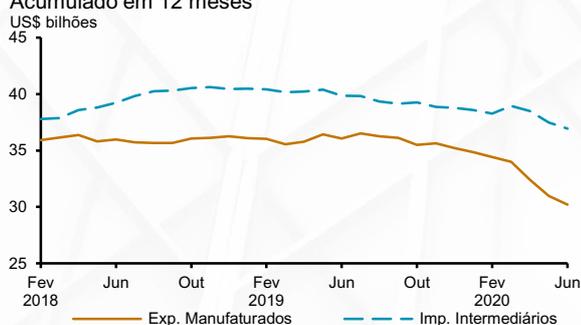
julho, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, condicionado principalmente pelos setores químico (10,6%) e de metalurgia (7,1%). Dados de vendas das indústrias, oriundos das notas fiscais eletrônicas do estado, indicam recuperação da atividade fabril. O valor nominal de documentos emitidos cresceu 22%, quando comparadas as médias de vendas por dia útil da semana encerrada em 11/07 sobre o mesmo período do ano anterior.

O resultado desfavorável da indústria repercutiu negativamente sobre a confiança do empresário industrial. O Icej, divulgado pela Fiesp, registrou em maio o pior desempenho para a série histórica (29,9 pontos), refletindo o comportamento da indústria em abril. Entretanto, o Icej apresentou recuperação em junho, sinalizando um menor pessimismo do empresário industrial, tendo alcançado 37,9 pontos.

No primeiro semestre de 2020, as exportações de bens manufaturados recuaram 29% em relação a igual período de 2019, com destaque para a retração das vendas de aviões (-63,1%) e máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração (-50,9%), sobretudo destinados aos Estados Unidos, e automóveis de passageiros (-45%), em especial para a Argentina, principal mercado de destino das exportações brasileiras do produto. O comportamento da produção industrial do estado impactou as aquisições de bens intermediários, principal categoria econômica na pauta de importações paulistas (67,4%), que registraram diminuição de 9,5% no primeiro semestre do ano, relativamente a igual período de 2019. Desse modo, refletindo o enfraquecimento das demandas doméstica e externa em meio à pandemia da Covid-19, houve retração das exportações (-20,6%) e das importações (-11,8%) no primeiro semestre de 2020, resultando em elevação do *deficit* comercial de São Paulo, de US\$5,0 bilhões, no primeiro semestre de 2019, para US\$6,5 bilhões, em igual período de 2020.

Com a acentuada retração da atividade econômica no estado, o mercado de trabalho sofreu os impactos da crise que se instalou em razão da pandemia. No trimestre encerrado em maio, foram eliminados 440,8 mil postos de trabalho formais, de acordo com o Caged/ME. O setor de serviços foi o mais afetado, com redução de 215,3 mil vagas. Em consequência do significativo aumento da desocupação no mercado de trabalho, o número de requerentes ao seguro desemprego cresceu 33,7% no segundo trimestre de 2020, em relação a igual período de

Gráfico 4.3.8 – Exportação de produtos manufaturados e Importação de bens intermediários – São Paulo
Acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério da Economia

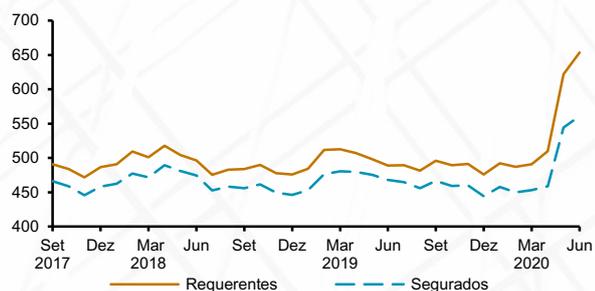
Tabela 4.3.1 – Evolução do emprego formal – São Paulo
Novos postos de trabalho

Discriminação	Dado mensal (em mil)				
	2020				
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Total	23,6	62,7	-75,9	-260,9	-104,0
Indústria de transformação	19,2	11,2	-7,3	-54,6	-34,4
Comércio	-21,6	2,0	-26,3	-67,7	-27,1
Serviços	9,0	34,8	-40,7	-123,2	-51,4
Construção civil	11,2	5,8	-3,7	-15,6	-7,1
Agropecuária	6,5	2,8	0,3	0,7	16,6
SIUP	-0,3	0,7	0,3	-0,4	-0,6
Outros ^{1/}	-0,3	5,4	1,6	-0,0	-0,1

Fonte: Ministério da Economia/Novo Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 4.3.9 – Seguro desemprego – Requerentes e Segurados – São Paulo
 Dados dessazonalizados
 Milhares



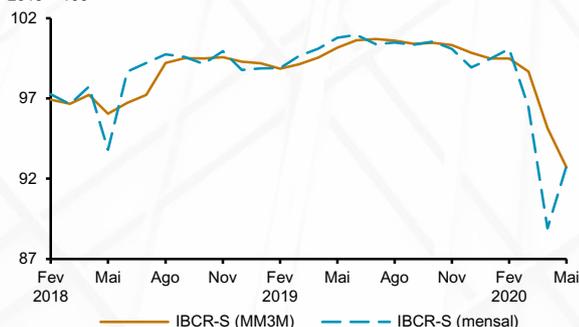
Fonte: Ministério da Economia/Secretaria de Trabalho

2019. Na comparação com o primeiro trimestre do ano, houve expansão de 33,1%, considerados dados dessazonalizados. Em relação ao total de segurados, foram registradas elevações respectivas de 19,8% e 23,8%.

Em razão da restrição à atividade econômica para combater a propagação da Covid-19, e da conseqüente redução da produção e do consumo, a arrecadação tributária do estado registrou recuo a partir de abril, de acordo com a Secretaria da Fazenda de São Paulo. A arrecadação do ICMS recuou 5,4% no acumulado do ano até junho em comparação com igual período de 2019, com destaque para o setor de produção de petróleo, combustíveis e lubrificantes (-13,6%) e para o comércio varejista (-7,5%). No segundo trimestre do ano, a queda da arrecadação do ICMS se acentuou, atingindo 16,2% em relação a igual período de 2019.

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Sul

Dados dessazonalizados
2019 = 100

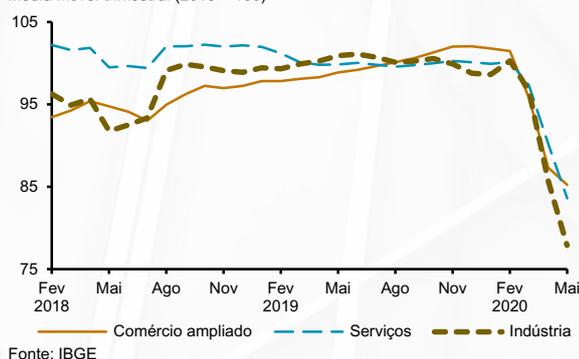


Os indicadores de atividade refletiram a gravidade e difusão do impacto da Covid-19 sobre a economia do Sul. O conjunto de informações disponíveis nesse Boletim sugere que abril tenha sido o ápice da crise, e estatísticas mais tempestivas apontam para desaceleração da queda a partir de maio. Apesar disso, o grau de incerteza permanece elevado, tendo em vista o estágio ainda crescente da pandemia, diferentemente do que ocorre em outras regiões.

O nível de atividade no Sul – medido pelo IBCR-S – recuou 6,8% no trimestre encerrado em maio, na comparação com o finalizado em fevereiro (-0,8%). Note-se que o fraco desempenho foi condicionado pelos resultados de março (-3,7%) e abril (-7,8%), haja vista o crescimento no último mês (4,4%). Apesar da melhora na margem, a atividade permanece deprimida – comparativamente a igual intervalo de 2019, o IBCR-S contraiu 7,3%, com resultados negativos para os três meses. Em horizonte mais longo, houve recuo de 1,2% em doze meses até maio, consistindo no primeiro resultado negativo para essa base de comparação desde março de 2017.

Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



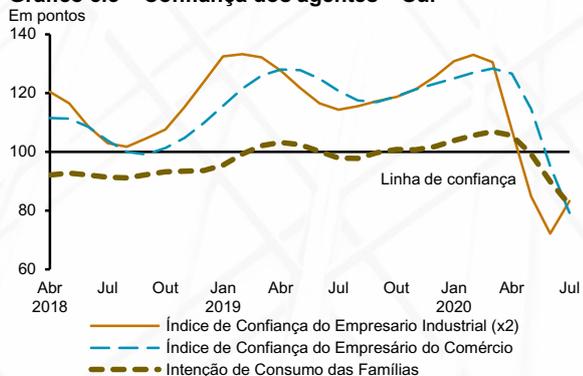
Fonte: IBGE

No âmbito do comércio, o volume de vendas, incluídas as automotivas e de material de construção, cresceu 25,7% em maio, após cair 17,2% em março e 9,9% em abril, influenciado, sobretudo, pela retomada nas atividades automotiva, de vestuário e calçados, e de móveis e eletrodomésticos. No trimestre, houve redução de 16,0% no volume comercializado, relativamente ao anterior, repercutindo menores vendas em nove das dez atividades pesquisadas (exceto hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo). Em doze meses, as vendas – que já vinham com tendência de arrefecimento no crescimento – mantiveram-se estáveis em maio, na comparação com igual intervalo anterior (+0,1%).

Informações mais recentes da Fenabrave apontam para recuperação do comércio automotivo na margem. Considerando dados livres de influência sazonal, o licenciamento de veículos e de comerciais

– que acumulara queda de 61,2% nos meses de março e abril – aumentou 48,0% no bimestre maio-junho. A despeito dessa reação, no primeiro semestre de 2020 foram licenciados 60 mil veículos a menos do que no primeiro semestre de 2019.

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

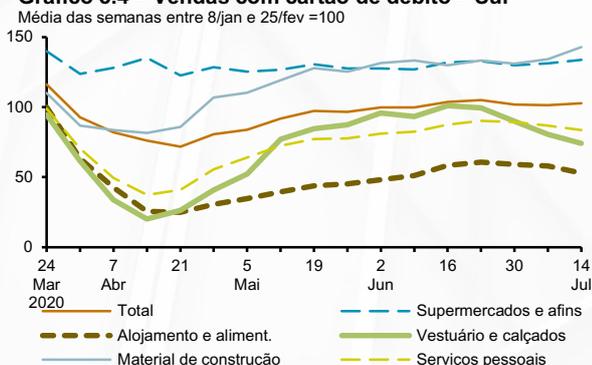


Fontes: CNI e CNC

A confiança dos empresários do comércio reportou pequena alta em julho, mas se manteve em zona de pessimismo. O Icec da CNC atingiu 74 pontos⁹, após mínima histórica em junho (71 pontos). Essa reação decorreu de avaliações mais favoráveis nas expectativas empresariais, inclusive quanto à contratação de funcionários. Nesse período, as famílias reavaliaram suas intenções de consumo, e o ICF totalizou 78 pontos em julho, sendo que o componente referente à perspectiva de consumo voltou ao nível do final de 2016, 49 pontos.

O volume de serviços não financeiros aumentou 4,6% em maio, recuperando parte das quedas de 1,9% e 14,9% observadas em março e abril, na avaliação mensal. O maior impacto adveio dos serviços prestados às famílias, que inclui, além de alojamento e alimentação, serviços pessoais, de educação e recreação, e que assinalou expansão de 27,7% em maio, após contração de 61,7% no bimestre anterior. No trimestre finalizado em maio, houve decréscimo de 16,5% nos serviços não financeiros, frente ao trimestre encerrado em fevereiro.

Gráfico 5.4 – Vendas com cartão de débito – Sul¹¹



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

11/ Média móvel de quatro semanas.

Dados mais tempestivos de transações com cartão de débito da CIP/SLC apontaram redução de 4,7% na receita nominal média quadrissemanal até 14 de julho, em relação ao período pré-pandemia¹⁰. No entanto, os segmentos de supermercados e afins e de material de construção reportaram patamares superiores aos do período-base, com altas respectivas de 33,7% e de 33,4%. Relativamente ao ápice da retração, a trajetória recente evidencia recuperação generalizada, inclusive nos segmentos mais afetados: alojamento e alimentação, vestuário e calçados e despesas pessoais, cujos decréscimos respectivos alcançaram 75,1%, 79,9% e 62,3% no período mais grave.

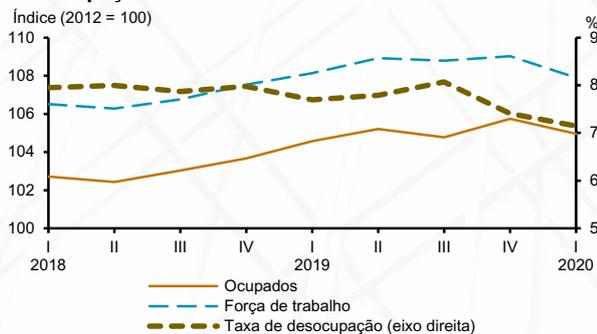
Panorama favorável também foi reportado em boletim da Receita Federal¹¹. Com base em médias diárias de notas fiscais eletrônicas (NFe), houve

9/ 100 pontos indicam neutralidade.

10/ Média das semanas entre 8.1 e 25.2.2020.

11/ As NFe captam, principalmente, as vendas entre empresas de médio e grande porte, bem como as não presenciais de empresas para pessoas físicas. Acesso em http://receita.economia.gov.br/dados/boletim-da-receita-federal_impactos-da-covid-19/boletim-da-receita-federal_impactos-da-covid-19.

Gráfico 5.5 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua).
1/ Dados dessazonalizados.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2019			2020 ^{2/}	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	1,9	10,9	80,2	67,9	-313,6
Indústria de transformação	7,9	-9,4	3,2	25,6	-100,0
Comércio	-3,4	-0,6	36,0	1,7	-77,0
Serviços	10,4	18,8	29,4	33,3	-106,7
Construção civil	3,2	3,3	3,0	4,8	-11,6
Agropecuária	-17,6	-1,6	8,2	3,9	-9,7
Serviços ind. de utilidade pública	0,1	-0,2	0,0	0,1	-1,1
Outros ^{3/}	1,3	0,6	0,4	0,0	-7,5

Fonte: Ministério da Economia

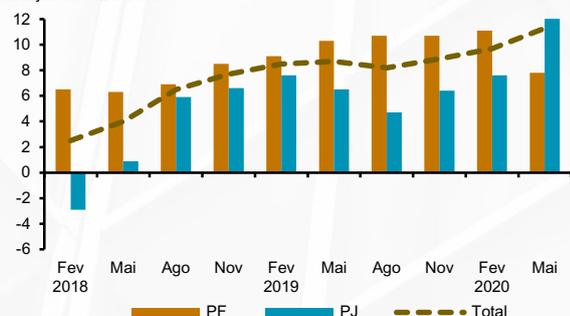
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Dados do Novo Caged sem ajuste para 2020.

3/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

aumento de 11,8% nas vendas em junho, em termos reais, após decréscimos de 13,8% em abril e 3,8% em maio, em relação a iguais meses de 2019.

De acordo com dados para o primeiro trimestre, a taxa de desocupação alcançou 6,8% da força de trabalho (FT), segundo a PNAD Contínua. A redução da taxa, na comparação com o primeiro trimestre de 2019, 8,1%, foi condicionada por elevação na ocupação (PO) e redução na FT. Nessa base, houve diminuição de 1,9% no rendimento médio real habitual e de 1,0% na massa de rendimentos. Considerando dados corrigidos para a sazonalidade, a retração da taxa no primeiro trimestre (7,1%), em relação a do quarto trimestre de 2019 (7,4%), repercutiu quedas na PO e, mais intensa, na FT.

Conforme a pesquisa PNAD COVID19 do IBGE, como resultado das medidas de distanciamento, em junho 9,9% da FT do Sul estava trabalhando remotamente e 7,8% estava afastada, apesar de manterem-se ocupadas. Na comparação dos dados entre os meses de maio e junho destaca-se o aumento na taxa de desemprego, de 8,9% para 10,0%. Dos domicílios do Sul, 29,7% receberam em junho auxílio emergencial do governo, indicando o expressivo alcance do programa.¹²

Estatísticas do emprego formal até maio evidenciam o grave impacto da pandemia em todas as atividades, totalizando o fechamento de 313,6 mil vagas com carteira assinada no trimestre encerrado naquele mês, principalmente nas indústrias de vestuário e calçados, serviços de alojamento e alimentação, além do comércio varejista. O nível de emprego com carteira assinada caiu 2,5% nesse intervalo, em relação ao trimestre anterior, dados dessazonalizados. Estatísticas tempestivas dos requerimentos de seguro-desemprego sugerem fim do processo de contração do mercado de trabalho. Comparativo interanual assinalou redução de 11,9% na primeira quinzena de julho, repercutindo quedas nos pedidos de benefícios por trabalhadores de todos os setores, em especial do comércio e da indústria.

O expressivo aumento na demanda por liquidez pelas pessoas jurídicas no início da pandemia impulsionou o mercado de crédito no Sul. O saldo das operações cresceu 3,3% no trimestre encerrado em maio, implicando variação interanual de 11,3%, ante 9,7% em fevereiro. Em relação às pessoas físicas, a súbita alteração nos padrões de consumo

12/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2020	2020/2019
Grãos	75,6	73 626	-4,7
Soja	50,6	34 303	-7,5
Milho	11,1	21 884	-12,8
Arroz	7,7	8 962	7,1
Trigo	3,7	6 279	37,5
Feijão	1,8	777	-4,7
Outras lavouras			
Fumo	7,0	675	-8,2
Mandioca	3,2	4 575	3,9
Cana-de-açúcar	2,9	41 341	1,1
Uva	1,4	848	9,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2020		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	-22,3	-5,3
Produtos alimentícios	19,7	2,8	1,2	2,8
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-7,2	-57,0	-9,6
Máquinas e equipamentos	8,8	-4,6	-21,3	-14,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	17,8	-10,3	-0,4
Outros produtos químicos	5,7	-4,0	-0,1	-7,2

Fonte: IBGE

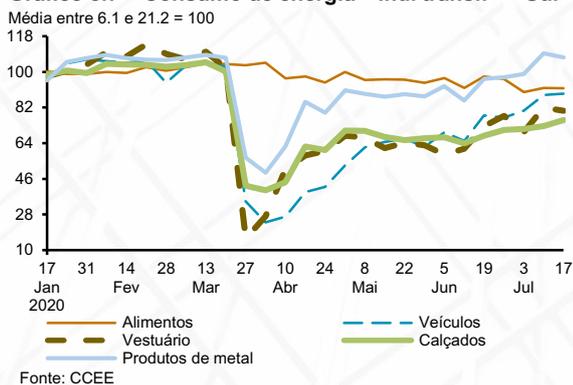
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

a partir da segunda quinzena de março resultou em desaceleração generalizada nas modalidades do segmento, com destaque para a queda de 17,8% no saldo do cartão de crédito à vista e a consequente retração de 0,9% no saldo total às famílias. Nesse contexto, a taxa de crescimento interanual dos empréstimos a pessoas físicas (PF) recuou de 11,1% em fevereiro para 7,8% em maio. Em relação às empresas, a repentina quebra nas cadeias produtivas elevou a necessidade de recursos para a manutenção de fluxo de caixa, implicando aumento trimestral de 9,9% no saldo total de empréstimos a PJ, sendo as maiores variações observadas nas modalidades de financiamentos à exportação (33,2%) e de capital de giro (16,0%). A taxa de crescimento interanual do crédito a pessoas jurídicas passou de 7,6% em fevereiro para 16,6% em maio. Dados preliminares para junho apontam continuidade desse processo, com crescimento mensal de 0,8% no estoque de crédito, mais intenso nas operações contratadas por empresas, 1,4%. A repactuação de contratos, por sua vez, contribuiu para que a inadimplência recuasse na margem, atingindo 2,5% às famílias e 1,5% às empresas em junho, ante os níveis de 2,7% e 1,8% em fevereiro, respectivamente.

A estimativa de junho para a produção agrícola em 2020, considerando a situação climática desfavorável ocorrida no RS na safra de verão, indica colheita de 73,6 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, 4,7% inferior à obtida no ciclo anterior, especialmente soja e milho, mitigada pela expansão esperada na produção regional de trigo. Para o arroz, cultivado em sistema de irrigação e concentrado no RS, espera-se aumento na quantidade, a despeito da queda de 1,6% na área colhida. Dentre as demais lavouras, destaque para a diminuição na produção de fumo e o crescimento nas colheitas de mandioca e uva. Relativamente à renda, o Mapa projeta elevação de 10,5% no valor bruto da produção (VBP) das lavouras no Sul e recuo de 2,2% no da pecuária.

A atividade industrial recuou 22,3% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro (0,4%), de acordo com dados regionais do IBGE, consolidados e dessazonalizados. Com exceção de produtos alimentícios, houve retração em dezessete atividades, sobretudo em veículos, têxteis, vestuário e calçados, e móveis. Em doze meses, a indústria passou de alta de 2,7% em fevereiro para queda de 5,3%, na comparação com igual período anterior. Estatísticas mais recentes do consumo de energia pela indústria de transformação,

Gráfico 5.7 – Consumo de energia – Ind. transf. – Sul

disponibilizadas pela CCEE, evidenciaram significativa desaceleração na queda, relativamente ao período-base (6 de janeiro a 21 de fevereiro). Considerando a média de cinco dias úteis, a redução na demanda pelo insumo passou de 22,1% no início de abril para 8,8% em junho e 2,9% em 17 de julho, sugerindo recuperação parcial da produção industrial nos próximos meses, destacando o arrefecimento na fabricação de veículos, confecções e artigos do vestuário, produtos de metal e calçados.

A confiança dos empresários industriais assinalou altas em junho e julho, após dois meses de recuo severo nas expectativas. O Icei totalizou média de 46,1 pontos nesse bimestre (32,7 pontos no anterior) e, apesar de se manter em zona que denota pessimismo do empresariado, houve melhora em todos os componentes avaliados.

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2019	2020	Var. %
Exportações	21 769	18 794	-13,7
Básicos	9 931	10 515	5,9
Industrializados	11 838	8 279	-30,1
Semimanufaturados	2 352	1 647	-30,0
Manufaturados	9 486	6 632	-30,1
Importações	18 536	15 607	-15,8
Bens de capital	2 470	1 925	-22,1
Bens intermediários	11 400	9 795	-14,1
Bens de consumo	3 317	2 578	-22,3
Combustíveis	1 348	1 310	-2,9
Saldo comercial	3 233	3 187	-1,4

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2019		Maio de 2020			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses		
		Primário Nominal ^{3/}		Primário Nominal ^{3/}		
PR	10 049	-2 112	-1 370	8 765	2 346	2 921
RS	94 912	855	5 481	100 810	719	5 178
SC	20 096	-387	503	19 638	167	932
Total (A)	125 058	-1 644	4 614	129 214	3 232	9 031
Brasil^{4/} (B)	908 220	-16 518	32 197	968 498	851	44 823
(A/B) (%)	13,8	10,0	14,3	13,3	380,0	20,1

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$3,2 bilhões no primeiro semestre de 2020. O saldo comercial manteve-se praticamente estável comparativamente a igual período de 2019, com retrações significativas tanto nas exportações quanto nas importações. As vendas externas (exclusive a exportação no âmbito do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural – Repetro), com reduções de 1,1% no *quantum* e de 6,9% nos preços, destacaram os embarques de básicos, em especial de soja para a China. Em sentido contrário, o fraco desempenho de industrializados refletiu, em parte, as menores exportações de veículos, tratores, peças e acessórios (contração de 47,1%). A recuperação da China pós-pandemia impactou a composição das exportações do Sul, tendo em vista que o país absorveu 32,1% das vendas da região nos seis primeiros meses de 2020, ante 29,1% em 2019. As importações – menos concentradas – reportaram quedas de 9,3% nos preços e de 7,3% nas quantidades adquiridas no primeiro semestre, em relação a igual período de 2019, e destacaram as aquisições de óleos de petróleo e adubos. A China se manteve como principal origem das importações, fornecendo 27,1% das compras no semestre.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul passou de *superavit* em 2019 para *deficit* em doze meses até maio, deterioração condicionada, em especial, pela reversão do resultado do Paraná. Nessa base de comparação, a necessidade

de financiamento regional ampliou 95,7% – o *deficit* nominal atingiu R\$9,0 bilhões no período. A dívida pública aumentou 3,3%, para R\$129,2 bilhões, condicionada pela ampliação do endividamento do RS, que compôs 78,0% do estoque regional.

A arrecadação de ICMS dos estados do Sul totalizou R\$88,4 bilhões em doze meses até junho. Principal tributo, essa receita foi negativamente impactada pelo menor nível de atividade econômica no primeiro semestre, recuando 4,8% em termos nominais, sobre igual intervalo de 2019. As transferências constitucionais aos estados e municípios do Sul totalizaram R\$26,2 bilhões em doze meses até junho, inclusive Fundeb (18,7% do total), valor 0,8% acima ao de igual intervalo anterior.

O IPCA no Sul¹³ registrou deflação no segundo trimestre de 2020, em decorrência da variação menos intensa nos preços livres e, principalmente, da redução nos preços monitorados. O comportamento dos preços livres resultou da combinação de alta em alimentação no domicílio com recuo nos preços dos demais segmentos. Nos preços monitorados, a significativa redução no preço da gasolina se constituiu na principal pressão para a baixa do indicador. Essa contribuição não deve se manter em julho, repercutindo os aumentos anunciados nas refinarias e na base de incidência do ICMS em alguns estados. Adicionalmente, o IPCA deverá repercutir os maiores preços das proteínas, tendo em vista o bom desempenho das vendas externas e a limitação da oferta doméstica.

Em resumo, os principais indicadores corroboram os efeitos significativos da pandemia da Covid-19 sobre o nível de atividade. Estatísticas mais tempestivas sugerem a reversão desse processo, evidenciando a retomada de algumas atividades. No entanto, o cenário permanece desafiador, em particular, pelo impacto severo no mercado de trabalho e pelo grau de incerteza ainda presente na economia, em razão do estágio da crise sanitária no Sul.

Tabela 5.6 – IPCA – Sul

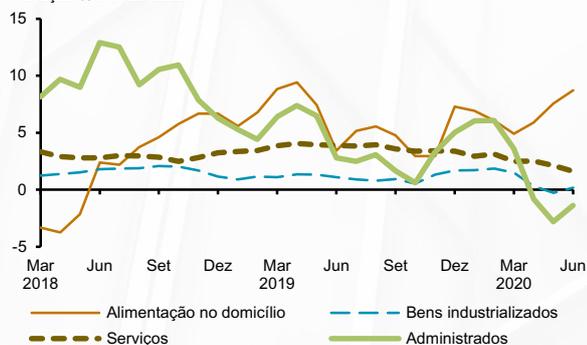
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2019		2020	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,37	1,73	0,13	-0,71
Livres	74,5	0,21	1,76	0,43	0,15
Alimentação no domicílio	14,3	0,01	4,54	1,19	2,78
Bens industrializados	25,1	-0,07	0,87	-0,02	-0,58
Serviços	35,1	0,51	1,05	0,45	-0,38
Administrados	25,5	0,86	1,63	-0,69	-3,11
Principais grupos					
Alimentação	20,2	0,34	3,30	1,48	2,35
Habitação	15,0	2,23	-1,02	-0,14	-0,06
Artigos de residência	4,0	-0,44	-0,85	-0,87	-0,91
Vestuário	4,9	-0,27	1,45	-1,30	0,35
Transportes	21,5	-0,59	2,68	-1,23	-4,95
Saúde	12,2	0,09	0,87	0,33	-0,68
Despesas pessoais	10,6	0,41	3,51	-0,16	-0,25
Educação	5,8	0,16	0,15	4,03	0,19
Comunicação	5,8	0,73	0,96	0,08	1,29

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

Gráfico 5.8 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

13/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Paraná
Dados dessazonalizados

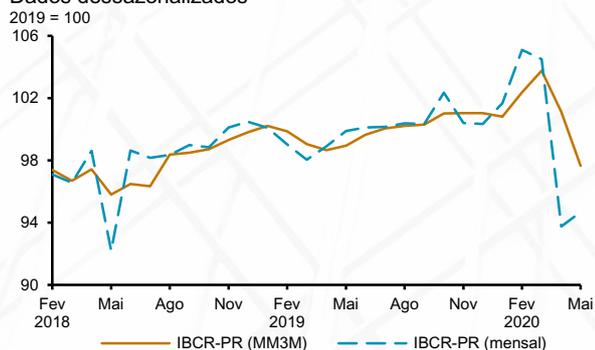


Tabela 5.1.1 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	76,3	40 604	12,6
Soja	52,2	20 749	28,4
Milho	15,2	14 899	-10,2
Trigo	5,1	3 672	72,2
Feijão	2,8	589	-4,3
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	6,1	40 590	1,3
Mandioca	4,1	3 420	8,4
Fumo	4,1	174	3,0
Batata-inglesa	2,2	760	0,1
Tomate	1,4	219	-7,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

As incertezas decorrentes do enfrentamento à pandemia da Covid-19 impactaram negativamente a atividade econômica paranaense, todavia em intensidade menor do que a observada para o país. O IBCR-PR recuou 4,6% no trimestre encerrado em maio, mitigado pelo desempenho positivo no setor primário, de acordo com dados dessazonalizados. À variação de -10,3% em abril, ante março, sucedeu aumento de 1% em maio, na mesma base de análise, sugerindo que o vale da retração possa ter ocorrido naquele mês.

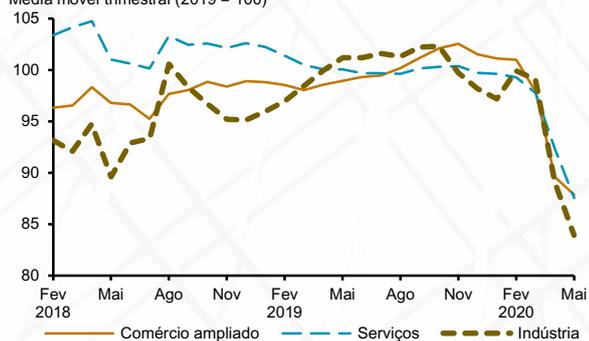
A colheita superior a 40 milhões de toneladas de grãos, estimada para o ciclo produtivo em curso e 12,6% acima do anterior, concentra-se nas safras de soja e milho. Adicionalmente, estima-se crescimento de 72,2% na produção estadual de trigo e, dentre as demais lavouras, destaque para o aumento nas colheitas de cana-de-açúcar, mandioca e fumo.

O resultado agrícola segue sustentando perspectiva de aumento na renda setorial, produção de alimentos e exportações, corroborada com a elevação de 51% nos embarques de soja no primeiro semestre de 2020, ante igual período de 2019. Dados do Mapa apontam aumento de 31,1% no VBP da agricultura, especialmente nos cultivos de soja, milho e trigo, e retração de 3,1% no VBP da pecuária, sobre valor recorde no ano anterior, com menor crescimento em suíno e quedas em frango e leite.

Os primeiros casos confirmados da Covid-19 no Paraná ocorreram em 12 de março, nos municípios de Curitiba e de Cianorte. Nas semanas seguintes, foram editados decretos¹⁴ estabelecendo medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública com o objetivo de reduzir a velocidade de contágio, que pouco afetaram a produção agrícola. A diminuição ou suspensão parcial de atividades em segmentos industriais, voluntária ou mandatária, tanto para preservar trabalhadores considerados grupo de risco, e afastar, isolar e/ou tratar possíveis contaminados, quanto para adaptar o processo produtivo às recomendações sanitárias – especialmente em abatedouros e frigoríficos¹⁵, onde foram registrados mais de 20 surtos no estado – impactaram a indústria paranaense, bem como seu retorno à operação.

14/ Decretos Estaduais nº 4.230, de 16.3.2020; nº 4.311, de 20.3.2020; e nº 4.317, de 21.3.2020.

15/ No início de maio, o Mapa publicou manual com orientações para os frigoríficos, composto de 70 medidas (facultativas). Em 18.6 foi emitida a Portaria Conjunta Nº 19, pelos ME, MS e Mapa, estabelecendo medidas a serem observadas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados. A Secretaria Estadual da Saúde publicou a Resolução SESA nº 855, de 30.6.2020, estabelecendo normas mais rígidas para o setor no estado, que foi revogada em 16.7, dado o conteúdo da Portaria interministerial citada.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PRDados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)

Fonte: IBGE

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2020		
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,2	-16,0	-2,0
Produtos alimentícios	22,7	8,2	2,0	6,1
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	19,5	-9,8	-0,2
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-21,6	-52,9	-3,1
Máquinas e equipamentos	6,7	-8,3	-32,9	-15,3
Celulose e prod. papel	5,5	1,1	6,9	2,2
Outros produtos químicos	4,7	3,3	-7,1	-6,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Do lado da demanda, o isolamento social e a restrição à mobilidade da população refletiram no recuo observado no consumo de bens e serviços, principalmente os prestados às famílias e em parte de transportes (alojamento e alimentação, entretenimento e turismo).¹⁶ Os relacionados ao transporte de cargas tiveram sua continuidade assegurada por ações governamentais, dada a necessidade de garantir o escoamento da safra agrícola e o abastecimento de produtos.

No trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, observaram-se retrações de 13% no comércio ampliado, 16% na indústria de transformação e 11,8% nos serviços não financeiros. Houve diminuição nas vendas em nove dos dez segmentos varejistas – especialmente veículos e tecidos, vestuário e calçados –, no volume produzido por onze das treze atividades da indústria (automotiva, -53%, e máquinas e equipamentos, -32%, importantes vetores do crescimento da produção fabril em 2019) e nos cinco grupamentos da prestação de serviços.

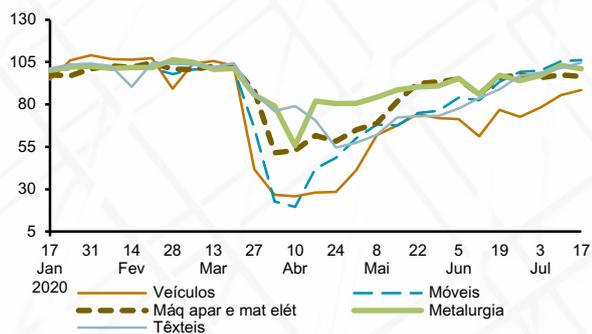
Todavia, a evolução mensal dos dados dessazonalizados revela crescimento de 26,6% nas vendas varejistas em maio – 1,5 p.p. acima da queda acumulada em março e abril –, nas dez atividades, sobressaindo veículos, tecidos, vestuário e calçados, e móveis e eletrodomésticos. A produção fabril aumentou 24,1%, ainda não superando a retração no bimestre, nas mesmas bases de análise. Repercutindo o bom desempenho do agronegócio estadual e a demanda externa, a fabricação de produtos alimentícios e a produção de celulose registraram os resultados mensais menos desfavoráveis no decorrer da pandemia, enquanto, na margem, observou-se retomada parcial em veículos, móveis e bebidas. Após diminuição acumulada de 15% em março e abril, a demanda por serviços não financeiros variou 0,5% em maio, sobressaindo os prestados às famílias, profissionais e de transportes. Nos relativos às atividades turísticas, as variações, foram, na ordem, -69,7% e 19,3%.

Indicadores de alta frequência sinalizam, até 17 de julho, consumo de energia elétrica na indústria de

16/ Decreto nº 4.545, de 27.4.2020, do governo estadual. Em 9.6.2020, estabelecimento, pela Prefeitura de Curitiba, do protocolo de responsabilidade social e sanitária, procedimento para a liberação das atividades comerciais, baseado em nove indicadores. Decreto Municipal nº 774, de 13.6.2020, restringindo atividades em Curitiba a partir de 15.6. Decretos Estaduais nº 4.885, em 19.6.2020, com novas restrições à circulação de pessoas nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba. Decreto nº 4.942, de 30.6.2020, que determinou quarentena restritiva para 7 das 22 Regionais de Saúde, abrangendo 134 dos 399 municípios do Paraná. A principal medida foi a suspensão das atividades não essenciais por 14 dias. Foi autorizada a reabertura dos estabelecimentos a partir de 15.7.

Gráfico 5.1.3 – Consumo de energia – Ind. transf - PR

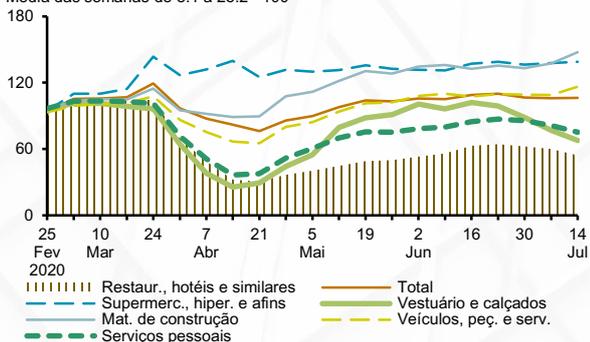
Média entre 6.1 e 21.2 = 100



Fonte: CCEE

Gráfico 5.1.4 – Vendas com cartão de débito – Paraná^{1/}

Média das semanas de 8.1 a 25.2 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.

^{1/} Média móvel de quatro semanas.

transformação estadual 0,7% inferior ao registrado no período base (média entre 6 de janeiro e 21 de fevereiro), confirmando a continuidade do arrefecimento da queda na demanda do insumo. Destacaram-se, na margem, os segmentos fabricação de veículos, móveis, têxteis e metalurgia.

De acordo com dados observados da CIP/SLC, o total da receita nominal de vendas realizadas com cartão de débito no Paraná estabilizou na média das quatro semanas finalizadas em 14 de julho, comparativamente ao período pré-pandemia. Entretanto, assinala-se a evolução da comercialização em supermercados e hipermercados, material de construção, veículos (vendas, peças e serviços) e combustíveis, que superaram o patamar do período base, com aumento na margem. Em contraponto, as vendas de vestuário e calçados e de serviços pessoais, após o atendimento à demanda reprimida decorrente do isolamento social, registram desaceleração na recuperação no período mais recente.

A confiança dos empresários do comércio recuou no segundo trimestre, situando-se em área de pessimismo. O Icec atingiu média de 98,6 pontos, 24,3% abaixo do período anterior, com avaliações negativas em oito dos nove componentes do índice (exceto situação dos estoques), cenário idêntico ao observado ao final do primeiro trimestre de 2020. Em julho, houve melhora significativa no componente de expectativas, que subiu 18,2% ante junho, evidenciando perspectiva de melhoria no cenário pós-pandemia. Todavia, a avaliação das condições atuais e de investimentos diminuíram novamente e o Icec, ao alcançar 75,2 pontos no mês, ainda não retornou à faixa de otimismo.

O ICF, pesquisado no primeiro decêndio de cada mês, retraiu 16,6%, na média do segundo trimestre, comparativamente ao primeiro. Segundo pesquisa divulgada pela Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR), o ICF atingiu 85,4 pontos em junho, situando-se acima do nacional (69,3 pontos), porém no menor patamar desde setembro de 2016. A avaliação dos aspectos renda atual e compra de bens duráveis foi considerada satisfatória, contrastando com a perspectiva profissional e o acesso ao crédito. Em julho, o ICF baixou para 84,3 pontos, acumulando queda de 32,1 pontos ante março, todavia ainda superior ao nacional (66,1 pontos). Observou-se alguma melhora reportada por parte das famílias de menor renda, nos aspectos emprego atual, perspectiva profissional e de consumo, porém, houve

redução na disposição a consumir entre aquelas de maior renda.

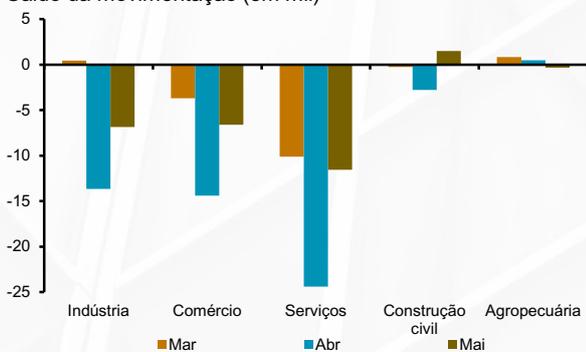
De acordo com dados das Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Projetos Estruturantes do Paraná¹⁷, a quantidade de contribuintes de ICMS do Simples Nacional que emitiram documento fiscal (empresas ativas) na primeira quinzena de julho, representou 88% dos enquadrados nessa categoria que haviam fechado ao final de março, enquanto a do Regime Normal atingiu 77%, na mesma base de análise, indicando que 4,4 mil estabelecimentos do Simples Nacional e 1,4 mil do Regime Normal, que fecharam no início da pandemia, ainda não reabriram. Ressalte-se a redução das atividades durante a vigência do Decreto nº 4.942/2020 (quarentena mais restritiva).

O valor total bruto de ICMS (desconsiderando os repasses para Municípios e para o Fundeb, e ainda sujeito à retificação) arrecadado no estado no primeiro semestre, corrigido pelo IPCA, retraiu 9,4% em comparação com igual intervalo de 2019. As variações nos trimestres, ante os mesmos do ano anterior, foram 6,7% e -20,1% (fabricação de veículos, -40,3%; comércio varejista, -26,6%; combustíveis, -24,4% e bebidas, -20,8%). Em julho, considerada a arrecadação dos dias 1º a 13, houve arrefecimento da queda, -4,2%, especialmente na agricultura e na indústria.

Elaborado pelo Iparides, o índice do valor médio diário das emissões de NFe, no período de 1º a 19 de julho 2020, comparativamente ao período base de 1º a 20 de março, aumentou nos setores comércio atacadista, comércio varejista, indústria de alimentos e outras atividades da indústria de transformação, porém, a taxas consideradas pouco relevantes. O cenário, de acordo com a Instituição, é de suavização da retomada observada em junho.

A retração na atividade econômica, o aumento da incerteza e a deterioração das expectativas impactaram o mercado de trabalho no Paraná, que registrara criação de 47 mil postos no primeiro bimestre de 2020, especialmente nos setores de serviços e indústria de transformação. Apesar das ações governamentais voltadas à sustentação do emprego e da renda, foram eliminadas 94 mil vagas formais no trimestre finalizado em maio, com maior intensidade em abril (-58 mil). As atividades de serviços e de comércio lideraram as demissões,

Gráfico 5.1.5 – Emprego formal – Novo Caged – PR
Saldo da movimentação (em mil)



17/ SEPL, SEFA e Receita Estadual, Boletim Semanal, 22 de julho de 2020, disponível em <http://www.coronavirus.pr.gov.br/Campanha/Pagina/TRANSPARENCIA-Enfrentamento-ao-Coronavirus-11>

afetadas pela menor demanda e por restrições ao atendimento presencial. Na indústria, observou-se dispensa de trabalhadores nos segmentos confecção de artigos do vestuário e acessórios, fabricação de móveis, veículos e de produtos de metal. Por outro lado, a construção civil apresentou aumento do emprego em maio, recuperando-se parcialmente das demissões líquidas em março e abril.

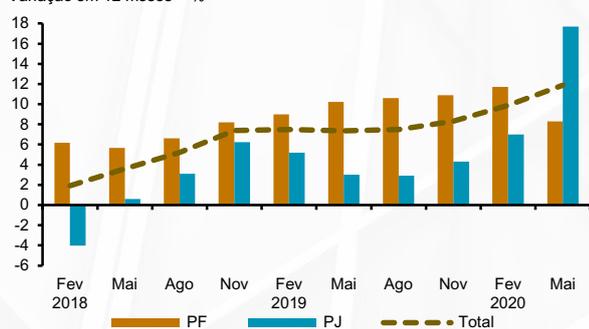
De acordo com a pesquisa PNAD COVID19 do IBGE, como resultado das medidas de distanciamento, em junho 10,4% da FT paranaense estava trabalhando remotamente e 7,9% estava afastada, apesar de manterem-se ocupadas. Na comparação dos dados entre os meses de maio e junho destaque-se o aumento na taxa de desemprego, de 10,0% para 11,1%. Do número de domicílios paranaenses, 35,7% receberam auxílio emergencial do governo em junho, ante 31,3% em maio, indicando aumento do alcance dos programas.¹⁸

Dados até junho do seguro-desemprego apontam para o significativo aumento de requerimentos do benefício – no primeiro semestre, foram efetuados 264,1 mil pedidos, 31,4 mil a mais do que em igual período de 2019. De acordo com dados livres de influência sazonal, no segundo trimestre de 2020 os pedidos subiram 42,2%, na comparação com o primeiro, ainda que com desaceleração no último mês analisado. Na primeira quinzena de julho, 17,6 mil pessoas solicitaram o benefício, comparativamente a 20,6 mil em igual período de 2019.

O mercado de crédito paranaense cresceu 3,0% no trimestre encerrado em maio, apesar das dinâmicas distintas impostas pela pandemia da Covid-19 a pessoas físicas e jurídicas. Destaque-se, em relação às famílias, a forte retração nos gastos com cartão de crédito, de 16,8%, além da queda de 1,4% nos financiamentos de veículos. O aumento expressivo na demanda por liquidez pelas empresas, por sua vez, ocorreu especialmente via modalidades de financiamento a exportações (49,0%) e de capital de giro (16,9%). Em linha com dados preliminares do mês de junho, que apontam para crescimentos de 0,3% e 2,0% nos saldos de financiamentos de veículos a pessoas físicas e jurídicas, respectivamente, observou-se arrefecimento da queda nas vendas no setor. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam que o licenciamento de automóveis e comerciais leves cresceu 58% em maio-junho, após recuar 66% no bimestre março-abril.

Gráfico 5.1.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

18/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões		
	2019	2020	Var. %
Exportações	7 989	8 000	0,1
Básicos	4 120	4 626	12,3
Industrializados	3 869	3 374	-12,8
Semimanufaturados	931	854	-8,3
Manufaturados	2 938	2 520	-14,2
Importações	6 084	5 101	-16,1
Bens de capital	1 186	812	-31,6
Bens intermediários	3 267	2 966	-9,2
Bens de consumo	803	626	-22,0
Combustíveis	828	698	-15,6
Saldo comercial	1 906	2 898	52,1

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

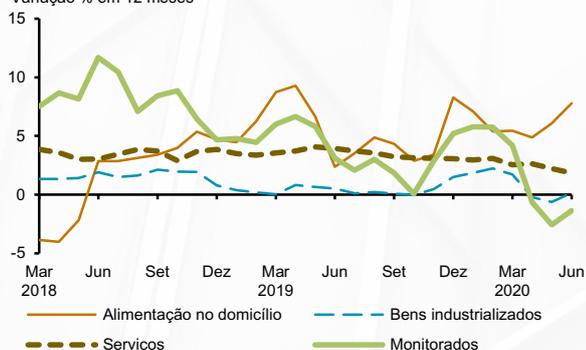
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2019		2020	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,28	1,85	0,26	-0,94
Livres	76,3	0,05	1,92	0,56	-0,18
Alimentação no domicílio	14,2	-0,97	5,45	1,47	1,73
Bens industriais	27,1	-0,10	1,14	0,14	-1,04
Serviços	34,9	0,60	0,99	0,52	-0,28
Monitorados	23,7	0,97	1,63	-0,64	-3,26

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

Gráfico 5.1.7 – IPCA – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

O *superavit* da balança comercial do Paraná no primeiro semestre de 2020 refletiu a queda nas importações, haja vista a relativa estabilidade das exportações no período. O crescimento nos embarques de produtos básicos, especialmente soja, para a China, e carne suína, para Hong Kong e Cingapura, compensou a retração nas vendas de manufaturados e de semimanufaturados. Nas importações destacaram-se as menores aquisições de bens intermediários (adubos e produtos farmacêuticos) e bens de capital (máquinas e aparelhos para serviço científico, maquinaria industrial) coerente com a menor atividade fabril.

O IPCA da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) recuou 0,94% no segundo trimestre de 2020, com queda nos preços livres e aprofundamento na retração em monitorados. Dentre os livres, observou-se aceleração na variação dos preços de alimentação no domicílio, com a maior contribuição de tubérculos e legumes, especialmente batata-inglesa e cebola. A variação nos preços dos bens industriais refletiu, em boa parte, a redução trimestral nos preços de etanol e móveis, enquanto nos preços de serviços, os destaques foram passagem aérea e hospedagem. Em monitorados, assinala-se a queda nos preços de gasolina e óleo diesel.

5.2 Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – PIB

I trimestre de 2020

Discriminação	%			
	I Tri20 / I Tri19		I Tri20 / IV Tri19	
	Brasil	RS	Brasil	RS
Agropecuária	1,9	-14,9	0,6	-16,9
Indústria	-0,1	-4,6	-1,4	-1,3
Serviços	-0,5	-1,2	-1,6	-1,3
Valor adicionado a preços básicos	-0,2	-3,2	-1,6	-2,7
Impostos líquidos sobre produtos	-0,4	-4,1		
PIB a preços de mercado	-0,3	-3,3	-1,5	-2,7

Fontes: DEE/Seplag e IBGE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
2019 = 100

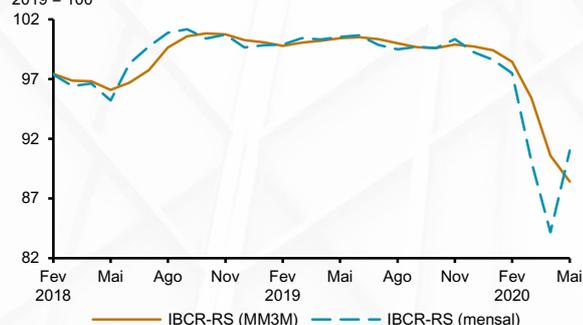
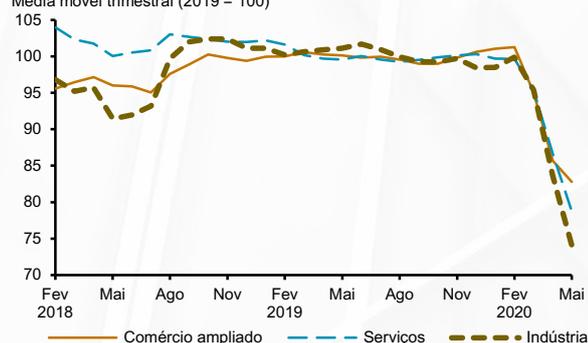


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

A economia gaúcha foi negativamente impactada por dois eventos – a seca e a pandemia do novo coronavírus. O setor primário, que havia sido o principal indutor do crescimento em 2019, foi influenciado pela baixa ocorrência de chuvas desde o final do ano. Posteriormente, a disseminação da Covid-19 provocou efeitos severos no nível de atividade, consubstanciados em retrações bruscas da demanda e da produção, que levaram à deterioração do mercado de trabalho, cuja trajetória até então sugeria recuperação gradual.

O PIB do RS recuou de forma mais intensa que a média do país no primeiro trimestre comparativamente ao trimestre anterior. O desempenho da agropecuária influenciou o resultado, sobretudo pelas quebras das safras. A partir da segunda quinzena de março, somaram-se os efeitos da pandemia, que levaram a significativa e disseminada retração da atividade econômica¹⁹.

O IBCR-RS contraiu 10,2% entre março e maio, relativamente ao trimestre imediatamente anterior, condicionado pelos resultados negativos em março e abril, parcialmente mitigados pela alta em maio, sobretudo da produção industrial e das vendas do comércio. Apesar da recuperação parcial na margem, o nível de atividade – medido pelo IBCR-RS – situou-se 9,0% inferior à média de 2019.

Em março, a contração foi mais intensa no comércio, principalmente das vendas automotivas e de vestuário e calçados. Na indústria e na prestação de serviços, esse processo foi amplificado em abril, destacando, na comparação mensal (dados dessazonalizados), a retração de 72,6% na fabricação de veículos e de 57,1% nos serviços prestados às famílias. Em maio, houve recuperação parcial dos resultados setoriais mensais – comércio, indústria e serviços assinalaram altas de 27,9%, 13,3% e 5,2%, na ordem, sugerindo o encerramento da pior fase do ciclo. No entanto, os níveis de produção situam-se em patamares significativamente reduzidos, comparativamente às médias de 2019 ou aos do período pré-pandemia.

Análise do trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, aponta reduções de 18,2% no comércio ampliado, 25,9% na indústria e 21% nos serviços não financeiros. Além da magnitude, essas

19/ Em 19 de março, foi editado o Decreto Estadual nº 55.128, que reconheceu o estado de calamidade pública e estabeleceu uma série de restrições com o objetivo de reduzir a velocidade de contágio no novo coronavírus.

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

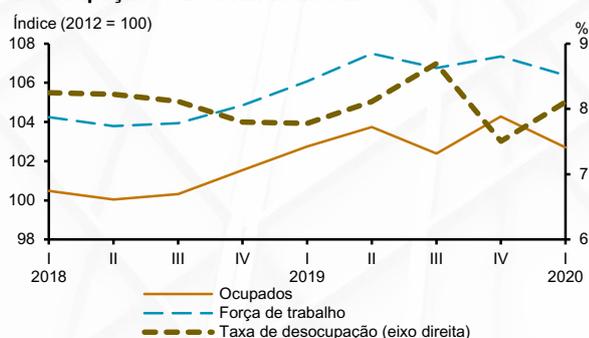
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2019	2020	12 meses
		Fev ^{2/}	Mai ^{2/}	
Indústria geral	100,0	0,2	-25,9	-7,7
Produtos alimentícios	16,4	-1,7	0,4	-0,9
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	6,9	-63,8	-15,7
Máquinas e equipamentos	12,0	-2,8	-12,1	-15,2
Outros produtos químicos	10,3	-6,0	-1,1	-7,5
Artef. couro e calçados	8,9	-1,1	-42,2	-5,2
Produtos de metal	8,5	-3,7	-18,0	-3,2
Produtos de borracha e plástico	5,0	1,8	-27,4	-8,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

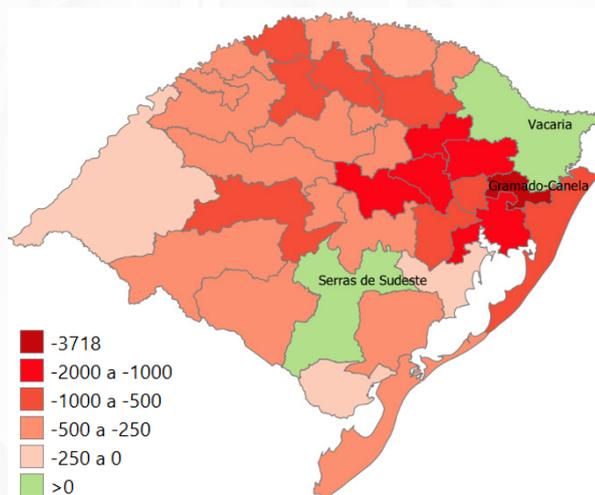
Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Figura 5.2.1 – Variação nas admissões/desligamentos

Mar-mai 2020 vs. Mar-mai 2019 (por 100 mil hab.)



trajetórias caracterizaram-se pelo grau de difusão: houve contração em nove das dez atividades do comércio, em treze de catorze ramos industriais e nos cinco segmentos da prestação de serviços. Tanto no comércio quanto na indústria, a atividade vinculada a produtos alimentícios foi a única que assinalou alta no período, repercutindo mudanças no padrão de consumo das famílias frente ao aumento da incerteza. Essa foi a mesma razão para a queda abrupta assinalada nos serviços de alojamento e alimentação.

Como resultado da severa redução na atividade econômica – e a despeito da introdução de mecanismos para a mitigação dos efeitos e sustentação do emprego – o mercado de trabalho foi fortemente impactado. Esse movimento ainda não foi plenamente capturado pela taxa de desemprego, tendo em vista sua disponibilidade apenas até o primeiro trimestre, quando atingira 8,3%, de acordo com a PNAD Contínua. Mesmo com informações defasadas, dados dessazonalizados já indicam recuo de 1,5% na população ocupada no primeiro trimestre, em relação ao trimestre imediatamente anterior. Especificamente no segmento com carteira, no trimestre até maio houve redução de 119,3 mil postos de trabalho segundo dados do Caged/ME, não obstante a possibilidade de redução da jornada e suspensão do contrato. Os maiores desligamentos foram na indústria de transformação, sobretudo na calçadista, que respondeu por 50% da eliminação de vagas do setor, nos serviços de alojamento e alimentação, e no comércio varejista, de modo geral.²⁰

Das 35 microrregiões do RS, 33 apresentaram piora na variação do emprego com carteira assinada no trimestre março-maio de 2020, ante a variação no mesmo período de 2019, sendo maior o impacto nas microrregiões mais industrializadas e naquelas com forte setor terciário, destacando-se a microrregião de Gramado-Canela, que se caracteriza por alta dependência do setor turístico. Em comparação com o estoque de vagas formais em fevereiro, somente a microrregião de Santa Cruz do Sul criou vagas no trimestre, em função do ciclo do fumo (ainda assim somente 21 vagas nesse intervalo de 2020, ante 6,9 mil em 2019).

De acordo com a pesquisa PNAD COVID19 do IBGE, como resultado das medidas de distanciamento, em junho 10,3% da FT gaúcha estava trabalhando remotamente e 8,8% estava afastada, apesar de se

20/ Dados sem ajuste do Novo Caged.

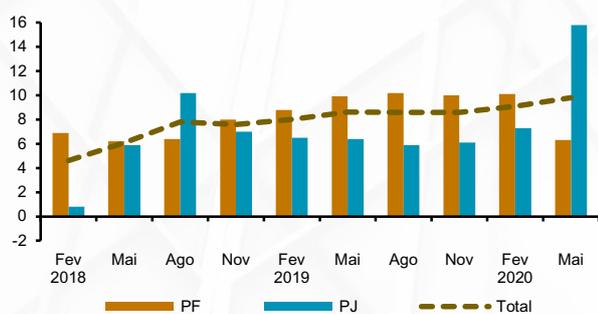
manter ocupada. Na comparação dos dados entre os meses de maio e junho destaca-se o aumento na taxa de desemprego, de 8,4% para 9,7%. Do número de domicílios gaúchos, 27,7% receberam auxílio emergencial do governo em junho, ante 24,1% em maio, indicando aumento do alcance dos programas.²¹

Dados do seguro-desemprego apontam para o significativo aumento de requerimentos do benefício – no primeiro semestre, foram feitos 255,1 mil pedidos, 48,1 mil a mais do que no primeiro semestre de 2019. De acordo com dados livres de influência sazonal, na comparação com o primeiro trimestre do ano, houve aumento de 53,7% nos pedidos no segundo trimestre, com desaceleração em junho. Na primeira quinzena de julho, tal processo foi revertido, com queda de 15,7% nos requerimentos na comparação com a mesma quinzena do ano anterior.

Nesse período, o crédito foi utilizado, em especial, para dar liquidez às empresas. Assim, diferentemente do observado nos trimestres anteriores, houve crescimento de 10,3% nas operações contratadas por PJ e decréscimo de 1,0% nas contratadas por PF em maio, na comparação com os saldos de fevereiro. Essa dinâmica distinta repercutiu, em especial, as maiores altas nos empréstimos para capital de giro e no financiamento à exportação, no primeiro segmento, e os menores gastos com cartão de crédito, no segundo. Dados preliminares para junho sugerem continuidade nesse processo – o saldo das operações totalizou R\$250,9 bilhões, com variações de +2,1% nas operações com PJ e -0,5% com PF.

O desempenho do setor primário foi influenciado pelos efeitos da seca que atingiu grande parte do estado a partir do final de 2019. Dos 497 municípios gaúchos, 390 tiveram homologada a situação de emergência em função da estiagem. A safra de grãos projeta quebra de 23%, sendo que dos três principais produtos – soja, milho e arroz – apenas esse deve apresentar expansão na quantidade produzida, apesar da redução da área plantada pelo terceiro ano consecutivo (deslocamento para a soja)²². A soja – principal produto agrícola do RS – deve ter a colheita reduzida em cerca de 7,3 milhões de toneladas e queda de 30% no valor bruto de produção, segundo o Mapa. Apesar disso, as exportações dessa oleaginosa aumentaram em decorrência da disponibilidade de estoques.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 5.2.3 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	80,1	26 482	-23,5
Soja	54,4	11 221	-39,3
Arroz	15,5	7 678	7,1
Milho	6,0	4 203	-26,8
Trigo	2,8	2 452	7,2
Feijão	0,6	83	-9,9
Outras lavouras			
Fumo	7,6	289	-22,6
Uva	2,5	740	11,1
Mandioca	2,4	792	-10,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2018.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2020.

21/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

22/ Quase todo o arroz produzido no estado é irrigado, e a falta de chuva prejudicou pouco a quantidade produzida e até contribuiu na época da colheita, ainda que possivelmente tenha ampliado a quantidade de grãos quebrados pela baixa umidade.

Tabela 5.2.4 – Comércio exterior – RS

Janeiro-dezembro

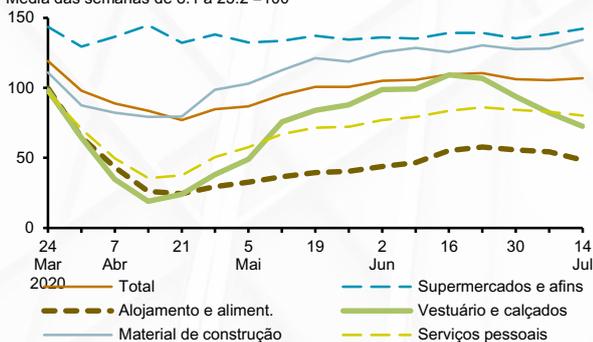
Discriminação	US\$ milhões		
	2017	2018	Var. %
Exportações	17 790	20 769	16,7
Básicos	9 286	9 415	1,4
Industrializados	8 504	11 354	33,5
Semimanufaturados	1 374	1 663	21,0
Manufaturados	7 130	9 691	35,9
Importações	9 929	11 282	13,6
Bens de capital	1 416	1 612	13,8
Bens intermediários	5 753	6 528	13,5
Bens de consumo	1 599	1 526	-4,6
Combustíveis	1 160	1 614	39,1
Saldo comercial	7 861	9 487	20,7

Fonte: MDIC/Secex

No comércio exterior, o resultado das exportações (exclusive Repetro) refletiu quedas de 5,5% no *quantum* e 9,0% nos preços, e sobressaiu o complexo soja, que compôs aproximadamente 30% dos embarques, sobretudo para a China. A retração das vendas de industrializados (-27,0%, exclusive Repetro) foi condicionada, em boa medida, pelos menores embarques do setor automotivo para Chile, Argentina e Estados Unidos, e de calçados (-32,9%), especialmente para Estados Unidos e Alemanha. As importações, repercutindo a menor atividade no estado e a desvalorização cambial, recuaram 15,4% nas quantidades e 9,8% nos preços, impactando, principalmente, as aquisições da Argentina, que caíram 40,7% no semestre. Além das menores compras de veículos, que correspondem a mais da metade da pauta, houve redução na oferta de trigo, cujo fornecimento praticamente se resume a esse país.

Gráfico 5.2.5 – Vendas com cartão de débito – RS^{1/}

Média das semanas de 8.1 a 25.2 = 100

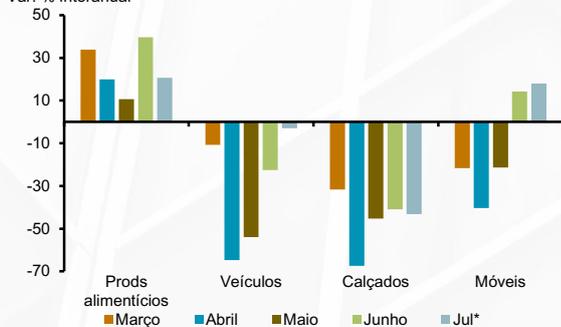


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB.
1/ Média móvel de quatro semanas.

Estatísticas mais tempestivas sugerem recuperação da atividade na margem. *Proxy* do comércio, o licenciamento de veículos aumentou 19,9% no bimestre maio-junho, em relação ao bimestre imediatamente anterior, quando havia recuado 52,4%, de acordo com dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Além disso, dados da CIP/SLC evidenciam o avanço das transações com cartão de débito. A média nominal quadrissemanal aumentou 6,9% em 14 de julho, em relação ao período pré-pandemia²³, sobressaindo as receitas provenientes de supermercados e afins, e de material de construção. Na margem, destaque-se o recuo das receitas no segmento de vestuário e calçados – 32,2%, relativamente à média das quatro semanas anteriores. Note-se, a esse respeito, que a alta significativa no período imediatamente posterior ao de maior isolamento social sugere a efetivação de vendas represadas. Além disso, a fim de conter a velocidade de contágio do vírus, após um período de abertura, o comércio não essencial voltou a fechar em várias regiões do estado, dentre as quais, a metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 5.2.6 – NFe da ind. transformação – RS

Var. % interanual



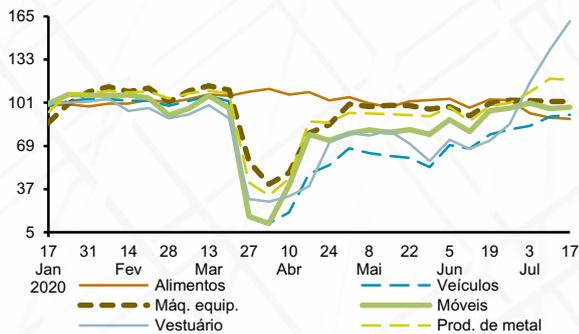
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
* Dados até 19 de julho.

Indicadores coincidentes da atividade industrial sugerem recuperação na ponta. A variação interanual das notas fiscais eletrônicas (NFe) da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul atingiu expansões de 7,1% em junho e 7,6% em julho (dados até dia 19) nas vendas da indústria, após retração de 22,6% e 15,0% em abril e maio. A fabricação

23/ Média das semanas entre 8.1 e 25.2.2020.

Gráfico 5.2.7 – Consumo de energia – Ind. transf. – RS

Méida de 6.1 a 21.2=100



Fonte: CCEE

Tabela 5.2.5 – IPCA – RMPA

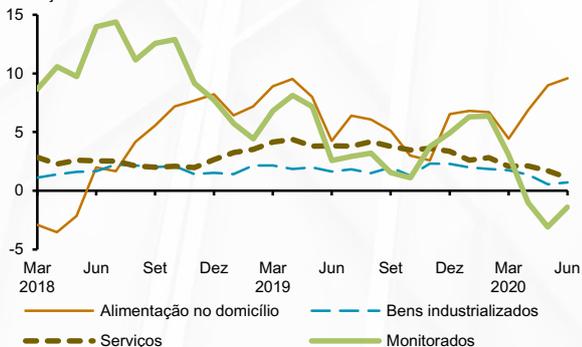
Discriminação	Pesos ^{1/} 2019	Variação % no período			
		2019		2020	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,46	1,62	0,01	-0,50
Livres	72,8	0,36	1,61	0,30	0,47
Alimentação no domicílio	14,4	0,77	3,85	0,92	3,77
Bens industrializados	23,1	0,17	0,85	-0,21	-0,08
Serviços	35,3	0,27	0,94	0,39	-0,47
Administrados	27,2	0,76	1,63	-0,73	-2,99

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2020.

Gráfico 5.2.8 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

de produtos alimentícios manteve trajetória de expansão das vendas e, dentre as atividades industriais com maior queda no trimestre até maio – veículos, calçados e móveis –, observou-se melhora na indústria moveleira, desaceleração da queda na automotiva e manutenção do fraco resultado na fabricação de calçados. Dados do consumo de energia na indústria de transformação sugerem continuidade da recuperação em junho e início de julho, com variações respectivas de -4,8% e de -0,6%, em relação ao período-base (de 6 de janeiro a 21 de fevereiro), em especial nos setores de vestuário e fabricação de produtos de metal, que já recompuseram o consumo pré-pandemia. Adicionalmente, registre-se a demanda desse insumo pela indústria automotiva, cuja retração, relativamente ao período-base, arrefeceu de 46,6% em maio, 18,7% em junho para 7,9% em meados de julho.

O forte impacto da crise sanitária sobre a atividade econômica repercutiu nos preços na Região Metropolitana de Porto Alegre. O IPCA, que registrara estabilidade no primeiro trimestre recuou 0,50% no segundo, condicionado, principalmente, pelos menores preços monitorados (gasolina). Especificamente no caso da gasolina, além dos reajustes nas refinarias, o aumento em 12% no preço de pauta para fins de cálculo da cobrança do ICMS deverá provocar elevação no preço do produto nos próximos meses.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

A economia brasileira, como as dos demais países, foi fortemente afetada pelo distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Os indicadores econômicos recentes permitem melhor conhecimento da dimensão dos impactos da pandemia, mas o grau de incerteza sobre o ritmo de recuperação da economia permanece acima do usual. De forma geral, as diversas atividades tiveram rápida e profunda deterioração em abril, iniciaram lenta recuperação em maio e sinalizam continuidade do crescimento em junho e julho. Regionalmente, houve impacto generalizado da pandemia em intensidade relativamente semelhante, com exceção do Centro-Oeste, que registrou efeitos menos pronunciados, repercutindo particularidades da estrutura produtiva.

Os indicadores econômicos regionais corroboram o impacto negativo da pandemia. Essas variáveis, que até o trimestre anterior ratificavam a recuperação gradual da economia, apontaram para ruptura desse processo, com contração severa e disseminada no trimestre até maio. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) recuou 11,4% no período, após relativa estabilidade no trimestre anterior. A evolução na margem repercutiu retrações significativas em todas as regiões, com menor magnitude no Centro-Oeste. Apesar de volumes do comércio e da prestação de serviços mais que 11% inferiores aos do trimestre anterior, a apropriação das colheitas de verão e a pequena redução da produção industrial foram os condicionantes da distinção do resultado dessa região.

O Nordeste – maior variação negativa do IBCR – repercutiu os resultados regionais mais fracos nos serviços e no varejo restrito, além de dividir com o Sul o pior desempenho da indústria geral na avaliação trimestral. Considerando apenas o segmento da transformação, o setor foi o principal vetor para a queda da atividade no Norte, com retração de um terço da produção no período. No Sudeste, a despeito de recuos generalizados, note-se que a redução da produção industrial, embora elevada, foi inferior à média para o país.

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	2019			2020		%
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	-0,7	0,6	0,8	-0,1	-11,4	
Norte	0,5	1,5	0,4	0,6	-6,9	
Nordeste	0,3	0,1	0,3	0,3	-8,0	
Centro-Oeste	0,8	1,5	0,1	0,3	-3,5	
Sudeste	-0,1	0,1	1,2	-0,1	-6,6	
Sul	0,2	0,7	0,3	-0,1	-6,8	

^{1/} Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Variação percentual				
	2019			2020	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Comércio varejista					
Brasil	1,1	1,4	0,7	-1,0	-9,6
Norte	2,5	2,8	3,8	-1,4	-19,2
Nordeste	0,7	-0,7	2,3	-0,7	-18,8
Centro-Oeste	-0,9	0,3	2,9	-0,2	-11,3
Sudeste	0,3	1,5	1,3	-0,3	-9,2
Sul	0,6	0,8	1,2	-0,6	-6,4
Comércio ampliado					
Brasil	1,6	1,2	1,5	-0,5	-19,0
Norte	2,4	2,7	3,8	-0,4	-22,7
Nordeste	0,9	0,3	1,9	-0,5	-25,1
Centro-Oeste	-0,2	1,8	1,9	-0,7	-15,2
Sudeste	1,8	2,3	0,5	-0,4	-18,8
Sul	1,1	1,3	1,9	-0,5	-16,0

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Volume de serviços
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	%				
	2019			2020	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-0,5	0,2	1,8	-0,6	-15,1
Norte	0,7	1,4	1,3	0,8	-10,8
Nordeste	0,4	0,3	-0,4	-1,1	-19,7
Centro-Oeste	-3,8	2,2	1,1	-1,3	-11,7
Sudeste	-0,1	0,0	2,7	-0,3	-14,7
Sul	-1,3	-0,3	0,7	-0,1	-16,5

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Carregamento estatístico (*carry-over*) do resultado de maio projeta queda menos intensa na atividade do Centro-Oeste em 2020 (-1,7%), comparativamente às demais regiões: Norte, -5,9%; Nordeste, -7,1%; Sudeste, -5,4%, e Sul, -6,1%. Deverão concorrer para a mitigação da variação no Centro-Oeste, a forte presença da indústria de produtos alimentícios e o bom resultado da produção agrícola, especialmente da soja.

O comércio foi uma das atividades mais afetadas por restrições de funcionamento e medidas de isolamento social. As vendas do comércio ampliado apresentaram recuos significativos no trimestre encerrado em maio em todas as regiões, com menores retrações no Centro-Oeste (-15,2%) e Sul (-16,0) e maiores no Norte (-22,7%) e Nordeste (-25,1%). Esses resultados repercutem, em parte, o grau de isolamento social ou de restrição de mobilidade da população. Dados de mobilidade, segundo Google Mobilty Report²⁴, indicavam, em maio, queda mais pronunciada no Nordeste e com menor intensidade no Centro-Oeste e Sul, em linha com a intensidade do avanço da pandemia nessas regiões.

Essas informações de mobilidade para junho e julho mostram melhora significativa no Norte e, em menor proporção no Nordeste, sinalizando tendência de crescimento mais expressivo nessas regiões nas próximas divulgações. No mesmo sentido, as transações comerciais de bens e serviços efetuadas com cartão de débito aumentaram em termos nominais, na comparação das duas primeiras semanas de julho e as duas primeiras de junho, com mais intensidade nessas regiões (37,7% e 21,1%, respectivamente), de acordo com dados da CIP/SLC.

O volume de serviços não financeiros no país também anotou forte recuo em todas as regiões no trimestre encerrado em maio, reflexo das medidas adotadas de restrição de atividades não essenciais e distanciamento social, impactando mais notadamente os serviços prestados às famílias e o de transporte. Não obstante, o mês de maio mostrou arrefecimento desse recuo, com dinâmicas em linha com os estágios da pandemia.

Os dados do mercado de trabalho formal evidenciavam a deterioração do nível de emprego no trimestre encerrado em maio, com eliminação de 1,5 milhões de postos de trabalho, repercutindo a forte retração da atividade. A perda de postos foi generalizada entre as

24/ Considerando a mobilidade de lugares em restaurantes, cafés, shopping centers, parques temáticos, museus, bibliotecas e cinemas.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho^{1/}

Discriminação	Mil				
	2019			2020	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	118,5	213,6	327,3	35,3	-1 487,6
Norte	1,9	21,7	18,2	-1,0	-45,0
Nordeste	-4,8	42,4	98,6	-34,8	-248,6
Centro-Oeste	19,7	32,3	6,4	11,3	-82,5
Sudeste	99,9	106,3	123,9	-8,0	-788,7
Sul	1,9	10,9	80,2	67,9	-322,9

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

Discriminação ^{1/}	%				
	2019				2020
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Brasil	12,7	12,0	11,8	11,0	12,2
Norte	13,1	11,8	11,7	10,6	11,9
Nordeste	15,3	14,6	14,4	13,6	15,6
Centro-Oeste	10,8	10,3	10,1	9,3	10,6
Sudeste	13,2	12,4	11,9	11,4	12,4
Sul	8,1	8,0	8,1	6,8	7,5

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN^{1/}

Maio de 2020

Discriminação	Var %					
	Operações de crédito					
	Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	9,0	-0,8	3,2	11,0	8,5	9,6
Norte	6,0	-0,2	1,6	11,5	12,6	12,2
Nordeste	3,7	-1,5	0,1	6,4	7,9	7,4
Centro-Oeste	8,8	0,8	3,6	16,0	12,4	13,7
Sudeste	9,8	-1,1	4,1	9,3	7,5	8,4
Sul	9,9	-0,9	3,4	16,6	7,9	11,4

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

regiões e ocorreu com maior intensidade em abril. No Sudeste, a diminuição de empregos foi concentrada no setor de serviços. No Sul, o fechamento de vagas ocorreu, principalmente nas indústrias de vestuário e calçados, serviços de alojamento e alimentação. Dados dos requerimentos do seguro desemprego mostram queda em junho e início de julho, sugerindo menor ritmo de desligamentos no mercado de trabalho formal em todas as regiões.

A taxa de desocupação, dados disponíveis até o primeiro trimestre, recuou 0,5 p.p. em comparação ao mesmo período de 2019, segundo a PNAD Contínua do IBGE, indicando que os efeitos da pandemia ainda não tinham se materializado. A PNAD COVID19²⁵ mostra aumento do desemprego em todas as UF em junho comparativamente ao mês anterior, sinalizando que o ajuste do mercado de trabalho continua em processo e possui defasagem em relação à atividade econômica.

No trimestre encerrado em maio, o mercado de crédito mostrou aumento significativo no segmento de pessoas jurídicas, refletindo a elevada demanda das empresas, que buscaram reforçar o caixa. Entre a segunda quinzena de março e a primeira de abril houve um predomínio das grandes empresas no fluxo de concessões, o que elevou o volume de novos contratos pactuados no período. Ao mesmo tempo, os bancos implementaram ações para postergar o pagamento de financiamentos já existentes das empresas em geral. Em sentido oposto, houve contração no crédito às famílias, em linha com a redução no consumo e nos gastos correntes, tendo sido observada queda acentuada no saldo das operações de cartão de crédito à vista e, em menor intensidade, no dos financiamentos de veículos, modalidades mais correlacionadas com o ciclo econômico.

O crédito às empresas avançou 9,0% no trimestre, destacando-se o desempenho no Sul e Sudeste, impulsionado por operações de capital de giro e financiamentos a exportação, ressaltando-se as contratações das indústrias de fabricação de automóveis, produção de alimentos, derivados de petróleo e biocombustíveis, e comércio. Os empréstimos às famílias recuaram 0,8% no trimestre, com retração mais acentuada nas regiões Nordeste e Sudeste, localidades em que o cartão de crédito à vista, a modalidade que mais contraiu, tem maior participação de mercado.

25/ Segundo o IBGE, as estatísticas da PNAD Covid19 são classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação.

Tabela 6.7 – Estimativa da produção anual de grãos^{1/}
Brasil e regiões

Discriminação	Peso ^{2/}	Em milhões de toneladas		
		Produção ^{3/}		Variação %
		2019	2020	
Brasil	100,0	241,5	247,4	2,5
Norte	3,9	9,8	10,5	7,0
Nordeste	11,0	19,2	21,9	14,3
Centro-Oeste	41,0	111,5	115,8	3,8
Sudeste	9,8	23,7	25,6	7,8
Sul	34,4	77,2	73,6	-4,7

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2018.

3/ Estimativa segundo o LSPA de Junho de 2020.

Tabela 6.8 – Produção física da indústria
Brasil e regiões^{1/}

Discriminação	Peso ^{2/}	%				
		2019		2020		
		Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	100,0	-0,8	-0,4	1,2	-0,7	-18,1
Norte	5,9	-7,3	15,1	-4,0	-0,7	-21,3
Nordeste	9,5	0,2	-2,1	3,6	3,0	-22,2
Centro-Oeste	3,5	-0,7	-1,5	3,4	-3,5	-0,7
Sudeste	62,7	-0,2	-0,4	0,6	-1,8	-14,5
Sul	18,5	1,6	-0,8	-0,2	0,4	-22,3

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.9 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Junho

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Total	109,4	101,7	83,8	79,4	25,7	22,3
Norte	9,2	10,5	6,4	5,7	2,8	4,8
Nordeste	8,0	7,4	9,9	7,3	-1,8	0,1
Centro-Oeste	15,0	16,7	4,3	4,2	10,7	12,5
Sudeste	54,6	45,4	44,6	46,6	10,0	-1,2
Sul	21,8	18,8	18,5	15,6	3,2	3,2
Outros ^{1/}	0,8	2,9	0,0	0,0	0,8	2,9

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

Pelo lado da oferta, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do país, boa parte já colhida, deverá totalizar 247,4 milhões de toneladas, crescimento de 2,5% no ano, após expansão de 6,6% na safra anterior. Sobressaem, nessa estimativa, as maiores colheitas de soja e de arroz e, em sentido contrário, os recuos na produção de milho, sobre quantidade recorde em 2019, e de feijão, além da estabilidade no algodão. O acréscimo de 6 milhões de toneladas na safra nacional virá do Centro-Oeste (4,3 milhões, principalmente soja) e Nordeste (2,7 milhões; soja, milho e feijão), sobrepondo-se à perda esperada no Sul (-3,6 milhões; soja e milho), impactado por forte estiagem no RS e a despeito do prognóstico favorável para o trigo. No Sudeste, onde é mais representativo o cultivo de outras lavouras, além da soja, estima-se aumento na produção de cana-de-açúcar, café e laranja. No Norte, destaque para as maiores produções de soja, milho e arroz, e a diminuição em mandioca. Conforme observação na edição anterior deste Boletim, os efeitos do enfrentamento à pandemia da Covid-19 seguem menos significativos na agricultura.

No mesmo sentido do comércio e serviços, diversos segmentos industriais tiveram suas atividades afetadas pela pandemia da Covid-19. Entre as indústrias que apresentaram quedas mais acentuadas da produção no trimestre encerrado em maio, destaca-se principalmente a automobilística. Nesse sentido, a produção da indústria nacional recuou 18,1% no trimestre encerrado em maio (-0,7% no trimestre anterior), segundo dados dessazonalizados, com queda generalizada entre as regiões. A indústria do Centro-Oeste registrou a menor retração (0,7%), repercutindo, em especial, a grande participação de fabricação de alimentos na sua composição industrial. O desempenho nacional foi fortemente influenciado pelo resultado negativo do Sul, Nordeste e Norte que registraram recuos acima de 20% no trimestre.

Na avaliação mensal, a retração foi mais intensa em abril (19,2%) e todas as regiões apresentaram expansão em maio, com destaque para Sul (15,6%) e Nordeste (12,7%). Para junho e início de julho, dados da CCEE de consumo de energia pela indústria de transformação sinalizam continuidade da recuperação industrial, com maior magnitude na Região Norte.

O comércio externo registrou redução do *superavit* comercial no primeiro semestre de 2020, repercutindo diminuições das exportações e das importações. Esse

Tabela 6.10 – IPCA

Discriminação	Peso	%			
		2019	2020		
	Ano	I Tri	II Tri	12 meses	
IPCA					
Brasil	100,0	4,31	0,53	-0,67	1,89
Norte	4,7	5,35	0,42	-0,69	2,45
Nordeste	15,9	4,12	0,90	-0,13	2,22
Centro-Oeste	7,9	4,20	-0,01	-0,58	1,64
Sudeste	55,4	4,35	0,64	-0,38	2,35
Sul	16,2	4,02	0,13	-0,71	1,51
Livres					
Brasil		3,88	0,71	0,26	2,93
Norte		5,05	0,87	0,25	3,77
Nordeste		3,45	1,22	0,48	3,04
Centro-Oeste		4,26	0,24	-0,13	2,52
Sudeste		3,88	0,71	0,17	2,83
Sul		3,68	0,43	0,15	2,56
Monitorados					
Brasil		5,54	0,02	-3,31	-1,02
Norte		6,35	-0,79	-3,27	-1,08
Nordeste		6,24	0,01	-1,87	-0,08
Centro-Oeste		4,03	-0,70	-1,81	-0,76
Sudeste		5,64	0,47	-1,96	0,92
Sul		5,04	-0,69	-3,11	-1,37

Fontes: IBGE e BCB

resultado repercutiu o desempenho no Sudeste, que passou de *superavit* de US\$10,0 bilhões para *deficit* de US\$1,2 bilhão, com retração de 16,7% das exportações (com destaque para os produtos industrializados, -23,7%) e aumento de 4,5% das importações (ênfase nas menores aquisições de combustíveis e lubrificantes). Em sentido contrário, destaque-se o desempenho positivo no Norte no primeiro semestre, alcançando *superavit* de US\$4,8 bilhões (US\$2,8 bilhões no mesmo período de 2019).

A inflação, medida pela variação do IPCA, também exibe os efeitos da pandemia. Os preços recuaram em todas as regiões no segundo trimestre, com ênfase no segmento monitorados (-3,31% para o indicador nacional), em boa medida refletindo o preço da gasolina. Considerados períodos de doze meses, a inflação está em patamar baixo, alcançando 1,89% no país, com variações de 1,51% no Sul e 2,45% no Norte.

Em síntese, os principais indicadores evidenciam efeitos significativos da pandemia da Covid-19 sobre o nível de atividade no trimestre encerrado em maio em todas as regiões. Estatísticas mais tempestivas sugerem recuperação parcial, evidenciando a retomada de algumas atividades, mas com setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecendo deprimidos. Prospectivamente, o cenário permanece desafiador, com elevado grau de incerteza quanto ao ritmo de expansão da economia.

Consumo por faixa de renda municipal

Desde a segunda quinzena de março, a atividade econômica tem sido impactada fortemente pelos efeitos da pandemia da Covid-19 e da consequente adoção de medidas de isolamento social¹. Várias iniciativas foram tomadas para preservar empresas e empregos e recompor a renda das famílias. Entre elas, destaca-se o auxílio emergencial (AE)², com desembolsos esperados superiores a R\$200 bilhões para os beneficiários do programa.

Nesse cenário, o objetivo deste boxe é observar o comportamento do consumo de bens e serviços por parte das famílias — com abertura por região, faixa de renda ou segmento de atividade — em um ambiente de retomada gradual da economia. Para esse fim, foram utilizados dados de vendas com cartão de débito, da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), com desagregação por municípios, como *proxy* do consumo das famílias.³

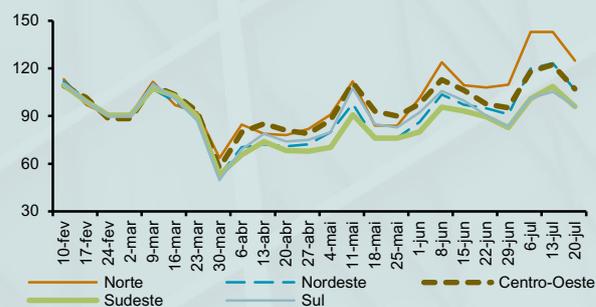
Observa-se que o piso do consumo semanal de bens e serviços no Brasil ocorreu no final de março (Gráfico 1) e que a trajetória dessa variável, até essa data, foi similar entre as regiões (Gráfico 2). Já na retomada, iniciada em abril, há diferenças relevantes entre as regiões. Destaque-se o Norte, que em julho (média das 3 primeiras semanas) apresentou nível de consumo 37% superior ao do período de referência, pré-pandemia, seguidos pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde o crescimento atingiu 16% na mesma base de comparação. Enquanto isso, as regiões Sudeste e Sul estão apenas 2% e 1% acima, respectivamente, do observado no período de referência.

Gráfico 1 – Vendas com cartão de débito (total) – Brasil
Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100



Fontes: CIP e IBGE

Gráfico 2 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100

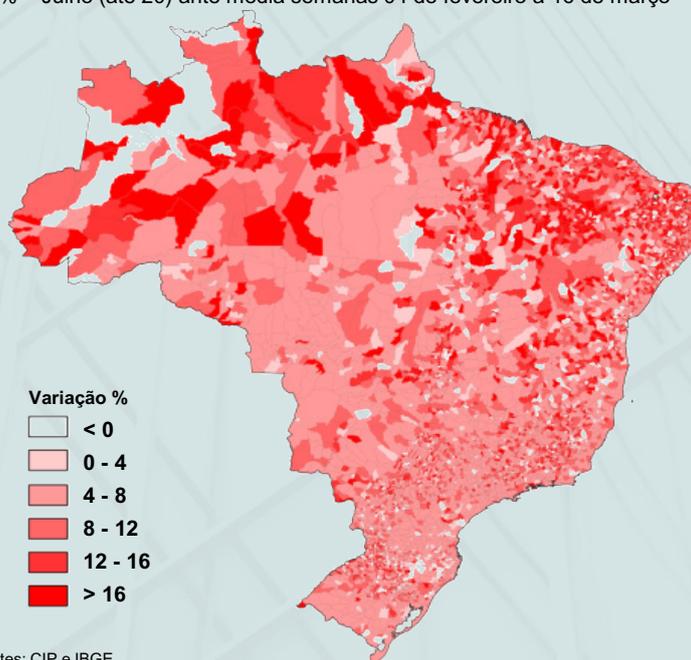


Fonte: CIP

- 1/ O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), do Banco Central, indicou recuo de 15,0% na atividade no acumulado dos meses de março e abril.
- 2/ Benefício financeiro concedido pelo Governo Federal, instituído pela lei nº13.982, de 2.4.2020, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados.
- 3/ Abrange todas as vendas efetuadas via cartão de débito. Foram excluídas transações da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 64, 66 e 82, pela concentração das suas liquidações no estado de SP. Dados até 20 de julho. Os dados de cartão de débitos podem trazer algum viés pela tendência de aumento do seu uso, principalmente pelos beneficiários do AE pela facilidade do seu uso pelo agente pagador.

No mapa abaixo é possível observar a concentração nas regiões Norte e Nordeste de municípios com patamares de consumo, em julho, superiores aos do período pré-pandemia.

Figura 1 – Vendas com cartão de débito por município
Var % – Julho (até 20) ante média semanas 04 de fevereiro a 16 de março



A distribuição dos municípios por quartis de renda média explica parte do desempenho do consumo das regiões Norte e Nordeste⁴. Os municípios mais pobres (1° e 2° quartis) estão proporcionalmente mais presentes nessas duas regiões⁵, e é possível que eles tenham tido menores reduções de consumo no início do agravamento da pandemia da Covid-19 no país, por terem em suas cestas parcela maior de bens e serviços essenciais ou por terem sido atingidos mais tardiamente pela epidemia. Ademais, os municípios dos quartis mais pobres foram mais favorecidos pelo AE, contribuindo para retomada mais expressiva do consumo (Gráfico 3).⁶

Gráfico 3 – Vendas com cartão de débito (quartis) –



- 4/ Foi utilizado o rendimento médio por município de acordo com o Censo 2010 para ordenar os municípios por renda. Os quartis foram construídos de forma que cada um tenha 25% população brasileira (em vez de 25% do número de municípios). Para isso foi usado o número de habitantes segundo as estimativas do IBGE para primeiro de julho de 2019.
- 5/ O percentual da população nos municípios com renda abaixo da mediana (dois primeiros quartis) alcança 67,1% no Norte e 77,0% no Nordeste. Esses percentuais são: 43,7% no Centro-Oeste; 36,5% no Sudeste e 30,2% no Sul.
- 6/ Dados do Portal da Transparência, referente aos valores até a terceira parcela do AE e disponibilizados nos meses de abril a julho, evidenciam a importância do AE para os municípios mais pobres, atingindo aproximadamente R\$720 por habitante, comparativamente a R\$410 nos municípios com renda mais alta. Essa diferença de recebimento ainda é mais significativa se considerarmos que a renda dos municípios do primeiro quartil corresponde a 27,0% da renda do quarto quartil, sugerindo que o AE alcança o objetivo de fornecer proteção emergencial a parcela da população mais vulnerável.

A análise por quartil de renda dos municípios foi replicada para cada região, com reordenação dos municípios e cálculo dos novos quartis (25% da população de cada região). Em todas as regiões, observou-se comportamento em linha com o nacional, com trajetórias distintas do consumo das cidades mais pobres e das mais ricas, principalmente o 4º quartil (Gráficos 4 a 8). Essa discrepância é mais acentuada no Norte e Nordeste comparativamente às demais regiões.

Gráfico 4 – Vendas com cartões de débito (quartis) – Norte

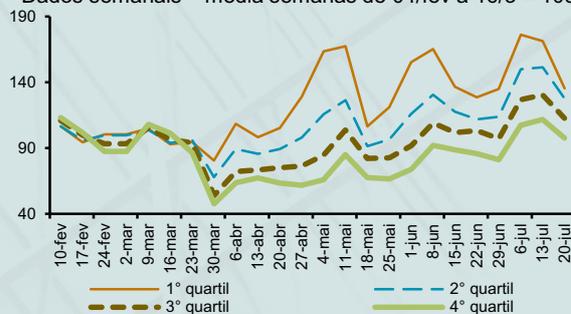
Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/3 = 100



Fontes: CIP e IBGE

Gráfico 5 – Vendas com cartões de débito (quartis) – Nordeste

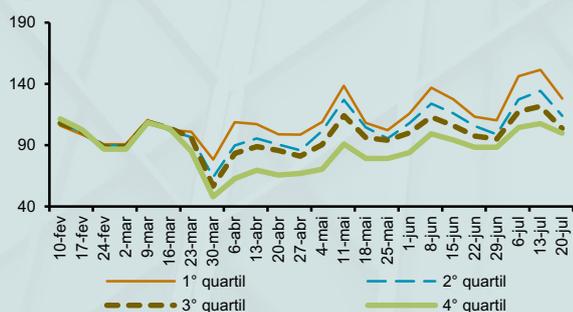
Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/3 = 100



Fontes: CIP e IBGE

Gráfico 6 – Vendas com cartões de débito (quartis) – Centro-Oeste

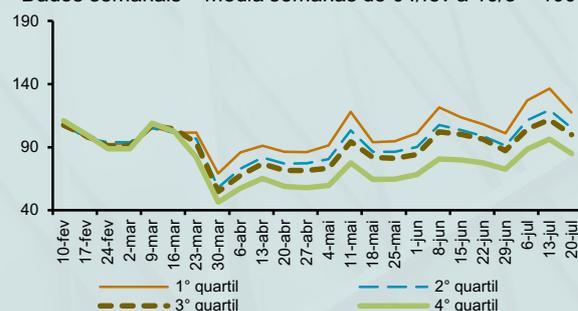
Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/3 = 100



Fontes: CIP e IBGE

Gráfico 7 – Vendas com cartões de débito (quartis) – Sudeste

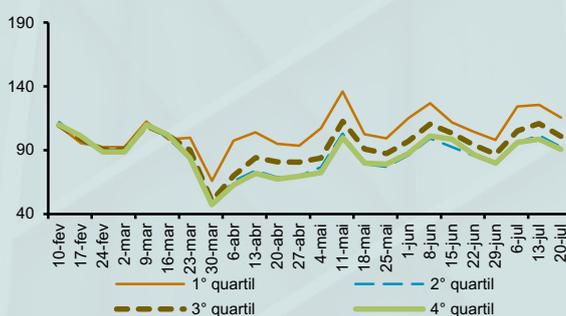
Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/3 = 100



Fontes: CIP e IBGE

Gráfico 8 – Vendas com cartões de débito (quartis) – Sul

Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/3 = 100



Fontes: CIP e IBGE

Entre os segmentos de atividades, os únicos em que o consumo está acima do observado no pré-pandemia em todas as regiões são “supermercados e afins” e “farmácias e afins”⁷. Esses segmentos, inclusive, tiveram aumento expressivo nas vendas antes do início das medidas mais restritivas de isolamento social no final de março, em parte, refletindo comportamento prudencial e mudança no perfil de consumo.

7/ CNAEs 47113, 47121 e 469 para “supermercados e afins” e CNAE 4771701 para “farmácias e afins”.

Gráfico 9 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Supermercados e afins – Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100

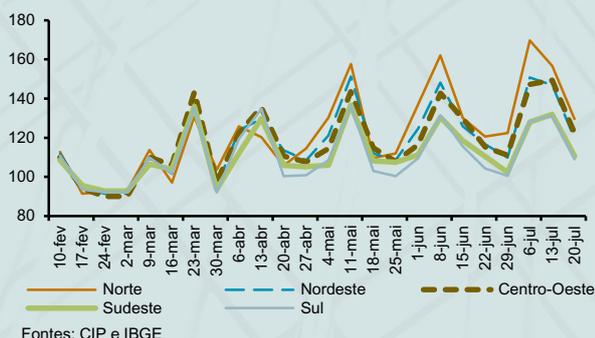
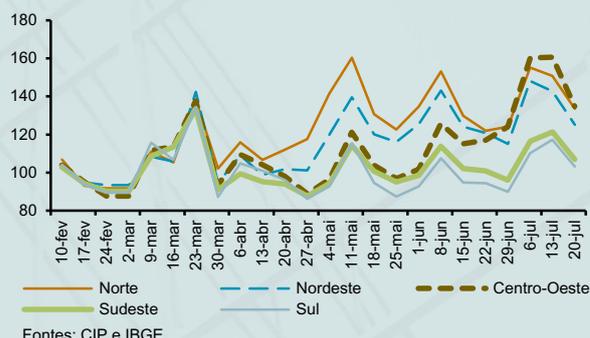


Gráfico 10 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Farmácias e afins – Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100



Por outro lado, o consumo de vestuário e calçados, de alojamento e alimentação e de cabeleireiros e outros serviços pessoais⁸ foi fortemente impactado pela epidemia e pelas medidas de isolamento social relacionadas a sua contenção. Em julho tais segmentos ainda se encontravam, em nível nacional, 28%, 46% e 20%, abaixo do patamar pré-pandemia respectivamente. O mesmo padrão é observado na maioria das regiões. Deve-se destacar o aumento mais expressivo do consumo no Norte em todos os segmentos a partir de junho, repercutindo a maior flexibilização das medidas de isolamento social.

Gráfico 11 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Vestuário e calçados – Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100

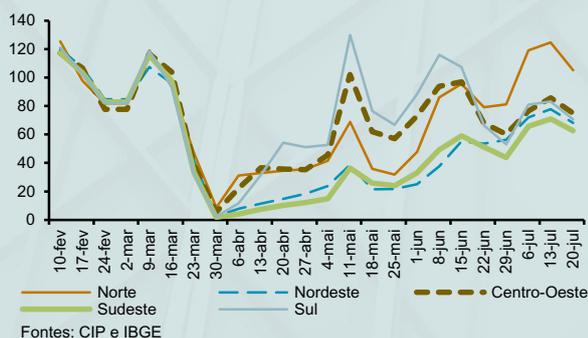


Gráfico 12 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Alojamento e alimentação – Dados semanais
média semanas de 04/fev a 16/mar = 100

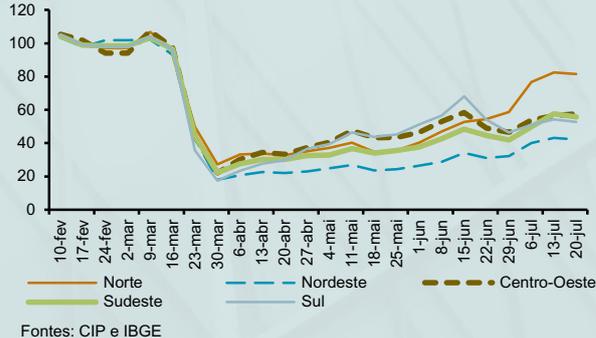
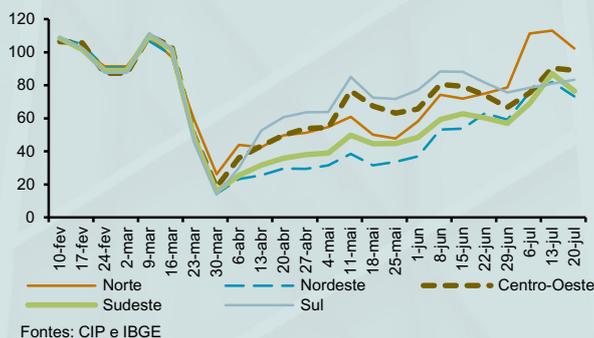


Gráfico 13 – Vendas com cartão de débito (total) – Regiões – Cabeleireiro e outros serviços pessoais – Dados semanais – média semanas de 04/fev a 16/mar = 100



Convém salientar que apesar do maior aumento do consumo nos municípios mais pobres, a participação deles no consumo total de bens e serviços pagos com cartão de débito é de apenas 24,9% em nível nacional, chegando a 35,6% no Sul (Nordeste, 16,9% e Norte, 18,0%). Já os municípios do 4º quartil de renda respondem por 46,1% do consumo nacional efetuado através de cartão de débito.

8/ CNAEs 47814 e 47822 para Vestuário e calçados, 561 e 551 para Alojamento e alimentação e 960 para Cabeleireiro e outros serviços pessoais.

Em resumo, as evidências sugerem que o consumo das famílias foi menos afetado em municípios mais pobres, refletindo, provavelmente, a maior parcela de bens e serviços essenciais no padrão de gastos e o efeito proporcional mais significativo do AE. Todavia, a participação dessas localidades no consumo total é reduzida, indicando que uma recuperação mais vigorosa da economia nacional pode depender do retorno mais amplo da oferta de bens e serviços e do consumo da população dos municípios de renda mais alta, que pode ter aumentado a poupança precaucional nesse período de incertezas e recuo da confiança.

Consumo de energia como *proxy* da atividade industrial

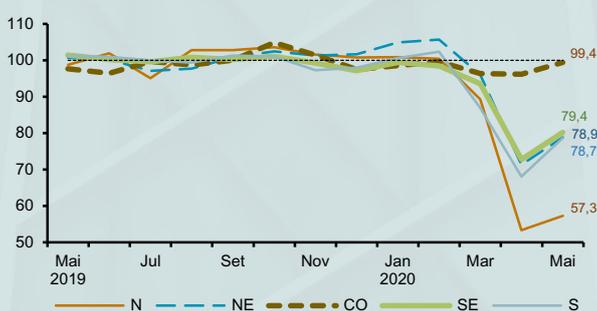
A evolução da atividade econômica foi fortemente influenciada pelos impactos do avanço da pandemia da Covid-19 no país a partir da segunda metade de março. Nesse ambiente de mudanças rápidas e relevantes nos movimentos dos principais indicadores macroeconômicos, as informações com maior frequência e tempestividade passaram a ter maior importância para o acompanhamento conjuntural da economia.¹ Adicionalmente, dados de abrangência regional, em geral, possuem menor disponibilidade e apresentam movimentos com maior ruído, trazendo maior dificuldade para a análise econômica.

Informações de energia elétrica comercializada no mercado livre, disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e desagregadas por segmentos e por região, permitem um acompanhamento mais tempestivo da indústria de transformação, favorecendo a análise do desempenho do setor em âmbito nacional. Assim, este boxe analisa o comportamento recente da indústria de transformação a partir de dados de consumo de energia elétrica, uma vez que tal variável apresenta variações mensais aderentes aos dados de atividade industrial da Pesquisa Mensal Industrial (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No atual ciclo o setor industrial, que desempenha papel relevante nas flutuações econômicas, foi impactado fortemente e de forma distinta entre os diversos segmentos e regiões. Observaram-se paralisações totais por período relativamente longo em determinados segmentos, enquanto outros precisaram contornar as dificuldades para atender o aumento da demanda. Regionalmente, a indústria foi relativamente pouco impactada no Centro-Oeste, com recuos de 3,8% em abril e 0,6% em maio, na comparação com a média de 2019, de acordo com dados consolidados e dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. No Sudeste, principal região industrial, os percentuais de retração atingiram 27,3% e 19,8% nas mesmas bases de comparação. A região Norte foi a que apresentou maior queda na atividade fabril, de 46,7% no acumulado de março e abril, com recuperação de 7,4%, na margem, em maio (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção industrial – Regiões

Dados dessazonalizados
2019 = 100

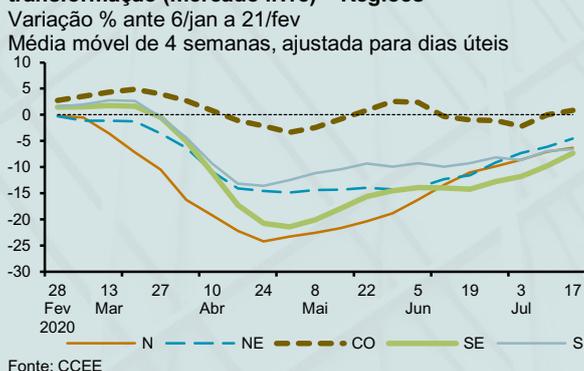


Fonte: IBGE

1/ Ver boxe “Indicadores para acompanhamento da conjuntura econômica doméstica durante a pandemia” no Relatório de Inflação de junho.

Os dados de energia elétrica comercializada no mercado livre² acompanharam o desempenho observado na indústria de transformação nas regiões, permitindo uma análise mais tempestiva da recuperação do setor. Em todas as regiões, o declínio do consumo de energia na indústria atingiu seu ponto mais baixo entre a segunda quinzena de abril e a primeira quinzena de maio, com algumas diferenças por setor e por região. Novamente, observou-se pequeno impacto no consumo de energia nas indústrias no Centro-Oeste, e impactos relevantes nas demais regiões. No Norte, Nordeste e Sudeste, o consumo apresenta tendência de recuperação mais pronunciada em junho e início de julho (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Consumo de energia elétrica na indústria de transformação (mercado livre) – Regiões



Setorialmente, o consumo de energia recuou de forma mais intensa em veículos (no Norte, a produção de outros equipamentos de transporte, em especial motocicletas), com interrupção total da produção em algumas fábricas no início do isolamento. Considerada atividade essencial, a fabricação de produtos alimentícios foi a menos afetada pela pandemia. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a produção de alimentos permaneceu estável, apresentando retração modesta no Sudeste e no Sul (Gráficos 3 a 7).

Em suma, os dados de consumo de energia sugerem que a recuperação da atividade industrial nas regiões continua apresentando sinais favoráveis em junho e julho, particularmente no Norte. Tal retomada gradual vem ocorrendo na maior parte dos setores industriais e em todas as regiões, porém o nível de produção ainda se encontra em patamar inferior ao pré-pandemia.

Gráfico 3 – Consumo de energia elétrica – Norte

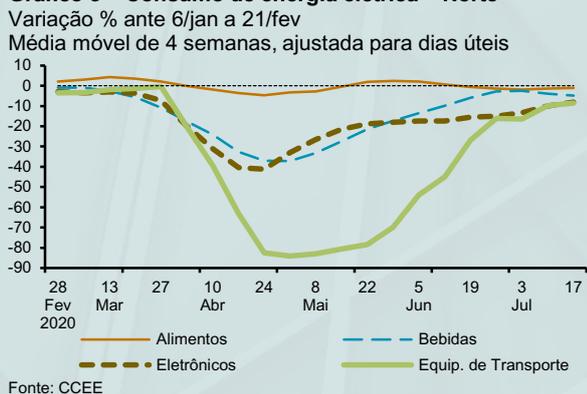
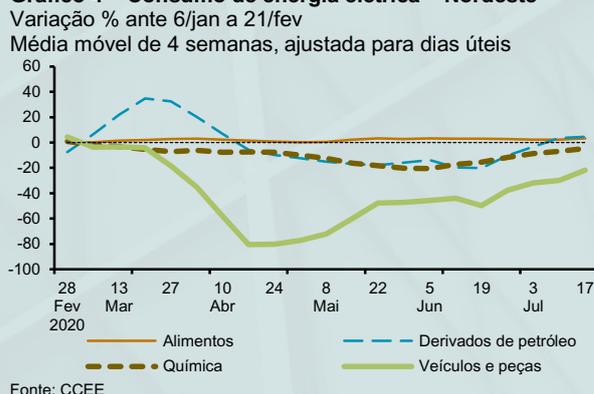


Gráfico 4 – Consumo de energia elétrica – Nordeste

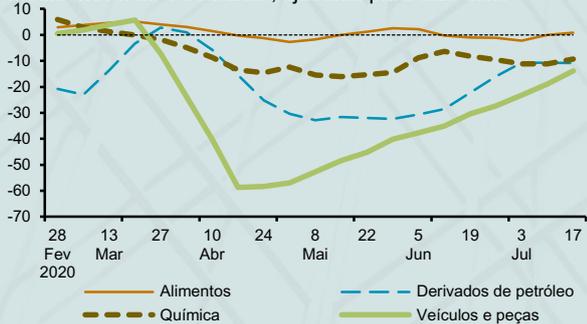


2/ Os dados de consumo de energia dos segmentos industriais foram ponderados pelo Valor da Transformação Industrial (VTI) da Pesquisa Industrial Anual, 2010, mesmo critério utilizado na PIM-PF. Esses ajustes são relevantes porque setores industriais eletrointensivos podem não representar aqueles de mais peso em cada região.

Gráfico 5 – Consumo de energia elétrica – Centro-oeste

Variação % ante 6/jan a 21/fev

Média móvel de 4 semanas, ajustada para dias úteis

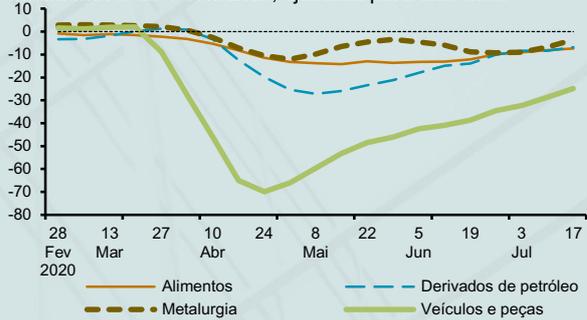


Fonte: CCEE

Gráfico 6 – Consumo de energia elétrica – Sudeste

Variação % ante 6/jan a 21/fev

Média móvel de 4 semanas, ajustada para dias úteis

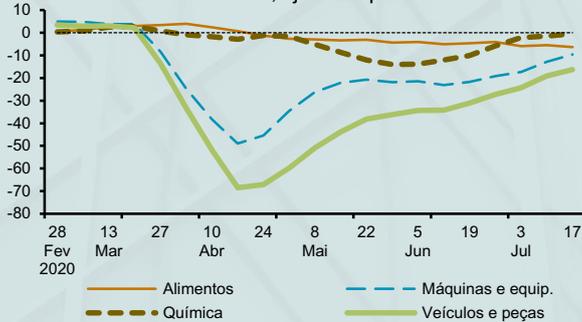


Fonte: CCEE

Gráfico 7 – Consumo de energia elétrica – Sul

Variação % ante 6/jan a 21/fev

Média móvel de 4 semanas, ajustada para dias úteis



Fonte: CCEE

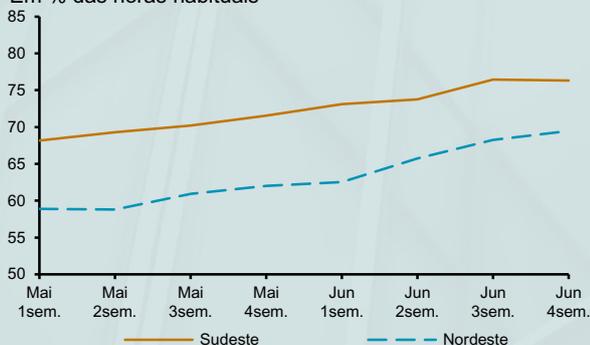
Retorno ao trabalho sob efeito da pandemia

O afastamento social em meio à pandemia tornou mais complexa a análise do mercado de trabalho: maior número de pessoas tem desistido de buscar trabalho pela dificuldade de encontrá-lo (desalento), houve redução da carga horária média e a população ocupada (PO) passou a contar com participação relevante de trabalhadores afastados por conta da pandemia. Esses fatores influenciam o cálculo de medidas tradicionais do mercado de trabalho, ensejando cautela ao interpretá-las. Nesse ambiente, a trajetória do retorno ao trabalho pode ser também aferida pelas horas efetivamente trabalhadas, avaliadas em periodicidade semanal e divulgadas mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19)¹.

Em linha com a evolução de índices de isolamento social, que apontaram queda em junho ante maio, o total de horas efetivamente trabalhadas em todas as regiões expandiu: 13,9% no Norte, 9,8% no Nordeste, 6,0% no Sudeste, 3,5% no Centro Oeste e 2,9% no Sul. Acrescente-se que, exceto pelo Sudeste, todas alcançaram o valor máximo do bimestre na última semana de junho.

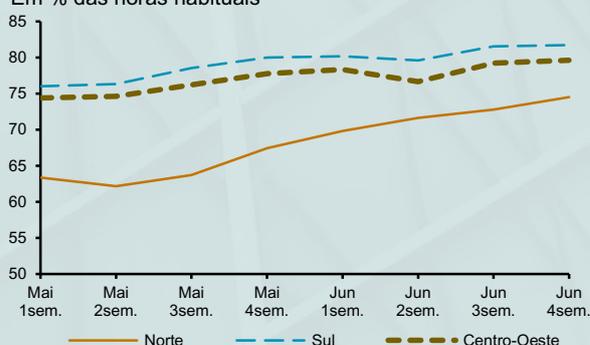
Os gráficos 1 e 2 mostram as horas efetivamente trabalhadas como proporção das horas normalmente trabalhadas, evidenciando que, apesar da maior elevação, as regiões Norte e Nordeste ainda registram menos de 75% de utilização, em contraste com os 82% no Sul. Além do efeito de medidas de distanciamento, que são diferentes entre regiões – e mesmo dentro das regiões –, o resultado provavelmente repercute distintas estruturas produtivas e formas de inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Horas Efetivamente Trabalhadas
Em % das horas habituais



Fonte: IBGE

Gráfico 2 – Horas Efetivamente Trabalhadas
Em % das horas habituais



Fontes: IBGE

As horas trabalhadas nos serviços privados² (correspondente a 60 a 70% de participação nas regiões), bastante impactadas no início da pandemia, se recuperaram em junho em relação a maio (6,6% na média nacional) e refletiram, em parte, os diferentes estágios de reabertura das atividades nas regiões do país. Sobressaiu o desempenho do Norte, 15,4%, em linha com o aumento da mobilidade³, destacando-se os serviços de alimentação (39,4%), transporte de mercadorias (34,5%) e cabeleiros e afins (45,4%), com crescimentos

1/ Segundo o próprio IBGE, as estatísticas da PNAD COVID19 são classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. As informações sobre horas trabalhadas estão disponíveis apenas na divulgação mensal da PNAD COVID19, mas é possível obter a variável em frequência semanal a partir dos microdados da pesquisa. Ademais, a PNAD Contínua traz informações sobre horas trabalhadas apenas em sua divulgação trimestral.

2/ Corresponde ao setor de serviços exceto administração pública.

3/ O Norte foi a região de maior expansão da mobilidade em junho, conforme acompanhados pelo Google Mobility Report em lugares como restaurantes, cafés, shopping centers, parques temáticos, museus, bibliotecas e cinemas.

acima do dobro da média do país. Na sequência veio o Nordeste, 10,5%, beneficiado pelo dinamismo do comércio (17,9% ante 10,9% da média nacional). Já o Sul e o Centro-Oeste, onde a mobilidade era mais alta em relação às outras regiões em maio, avançaram menos, 2,7% e 3,0%, respectivamente.

Tabela 1 – Horas Efetivamente Trabalhadas por Setor

Maio de 2020		Em relação ao total de horas da região (%)					
Discriminação	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Serviços Privados	65,8	59,9	65,5	69,4	59,7	64,7	
Serviços às Famílias ^{1/}	17,9	14,8	20,2	18,5	14,6	19,1	
Comércio	14,0	14,8	15,1	13,1	14,7	14,2	
Serviços às Empresas ^{2/}	11,9	6,9	8,8	14,4	10,8	11,5	
Alojamento e Alimentação	5,0	5,0	6,0	4,9	4,1	5,3	
Outros Serviços Privados	17,0	18,4	15,3	18,5	15,6	14,5	
Ind. Transformação	9,2	4,7	5,7	9,8	14,1	6,3	
Construção Civil	6,4	7,0	6,3	6,5	5,9	6,9	

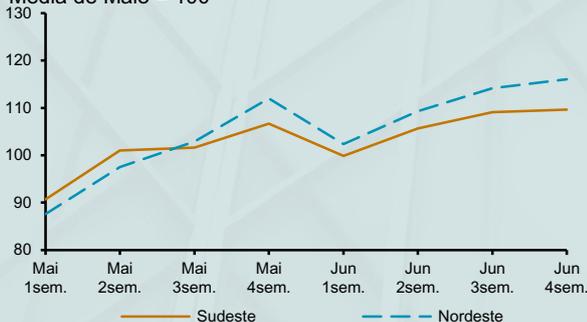
Fonte: IBGE

1/ Corresponde aos setores Educação, Saúde humana e assistência social, Organizações religiosas, sindicatos e associações, Atividade artísticas, esportivas e de recreação, Cabeleiros, tratamento de beleza e serviços pessoais, Serviço doméstico.

2/ Corresponde aos setores Informação e comunicação, Bancos, atividades financeiras e de seguros, Atividades imobiliárias, Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária, Locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento.

Gráfico 3 – Horas Efetivamente Trabalhadas nos Serviços Privados

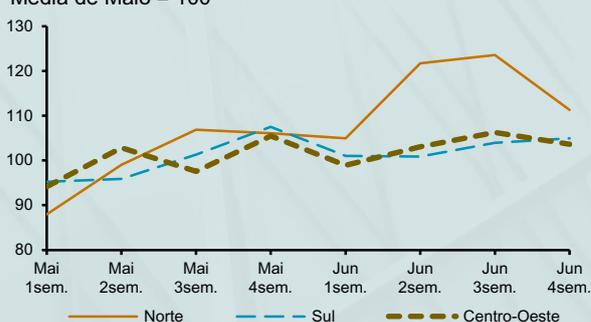
Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4 – Horas Efetivamente Trabalhadas nos Serviços Privados

Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Na indústria de transformação houve aumento do tempo trabalhado de 9,3% no país entre maio e junho, destacando-se Nordeste (18,1%) e Norte (14,5%). A menor elevação foi assinalada no Sul, com diminuição do ritmo nas últimas semanas.

As horas trabalhadas na construção civil (peso entre 6 e 7% nas regiões) expandiram 10,7%. Ao final de junho, Nordeste e Centro-Oeste estavam mais de 20% acima da média de maio.

Em resumo, observou-se, em todas as regiões e nos principais segmentos, crescimento no total das horas trabalhadas no mês de junho em relação a maio. O dinamismo foi maior nas regiões Norte e Nordeste, onde as horas efetivamente trabalhadas como porcentagem das horas habitualmente trabalhadas haviam sido menores em maio, acompanhando a retomada de atividades intensivas em mão de obra, como serviços às famílias e comércio. Os dados do Sul e Centro-Oeste, onde houve menor crescimento das horas trabalhadas, possivelmente refletem o estágio mais defasado de evolução da epidemia nessas localidades em relação ao resto do país.

Gráfico 5 – Horas Efetivamente Trabalhadas na Indústria de Transformação

Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 6 – Horas Efetivamente Trabalhadas na Indústria de Transformação

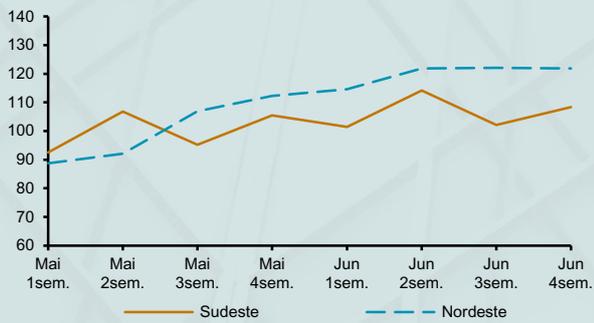
Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 7 – Horas Efetivamente Trabalhadas na Construção Civil

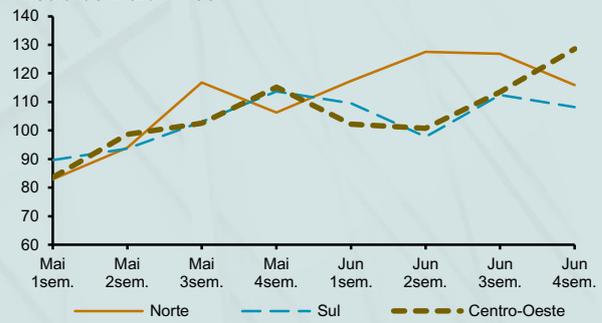
Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 8 – Horas Efetivamente Trabalhadas na Construção Civil

Média de Maio = 100



Fonte: IBGE

Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente

Roberto Oliveira Campos Neto

Diretor de Política Econômica

Fabio Kanczuk

Chefe do Departamento Econômico

Ricardo Sabbadini

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1.445
50040-090 – Recife (PE)
E-mail: pe.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 – Salvador (BA)
E-mail: ba.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 – Fortaleza (CE)
E-mail: ce.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Norte e Sul

Rua 7 de setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 – Porto Alegre (RS)
E-mail: rs.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 – Belém (PA)
E-mail: pa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 – Curitiba (PR)
E-mail: pr.depec@bcb.gov.br

Coordenação Regional do Sudeste

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista
Caixa Postal 8.984
01310-922 – São Paulo (SP)
E-mail: gtspa.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 – Belo Horizonte (MG)
E-mail: mg.depec@bcb.gov.br

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)
E-mail: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

AE	Auxílio emergencial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
Cepea	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Covid-19	Doença Coronavírus
Depec	Departamento Econômico
Fecomercio SP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
Fecomércio-CE	Federação do Comércio do Estado do Ceará
Fecomércio-PR	Federação do Comércio do Estado do Paraná
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FT	Força de trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME	Ministério da Economia
MEI	Microempreendedor Individual
NFE	Nota fiscal eletrônica
Nuci	Nível de utilização da capacidade instalada
PCCV	Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista
PCSS	Pesquisa Conjuntural do Setor de Serviços

PF	Pessoa física
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAD COVID19	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PO	População ocupada
Pronampe	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RS	Rio Grande do Sul
Secovi-SP	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais em São Paulo
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SLC	Sistema de Liquidação de Cartões
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VBP	Valor bruto da produção
VTI	Valor da Transformação Industrial



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

bcb.gov.br